

Sonale Karla Cordeiro Santos

A PAISAGEM CULTURAL DA SERRA SANTA HELENA

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura
2011

Sonale Karla Cordeiro Santos

A PAISAGEM CULTURAL DA SERRA SANTA HELENA

Dissertação do projeto de pesquisa submetida ao programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural

Tema para orientação: Paisagem Cultural

Orientadora: Prof^a Stael de Alvarenga Pereira Costa

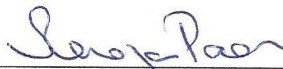
Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2011

SONALE KARLA CORDEIRO SANTOS

“A Paisagem Cultural da Serra Santa Helena”

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes (Universidade Estadual de Campinas)



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EAUFMG)



Profa. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa (EAUFMG - orientadora)

Belo Horizonte, 17 de junho de 2011

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Sílvio e ao meu filho Rafael, pelo amor e pelas horas que tive de abdicar-me das funções de mãe e esposa;

À minha mãe pela dedicação e carinho ao Rafael;

À professora Stael pelos ensinamentos e incentivo constante;

Aos colegas do MACPS pela amizade e pela troca de experiências;

Aos professores MACPS pela oportunidade de aprender;

Aos estagiários do LAP, Belisa, Bernardo, Cibele, Éllis, Fernanda, Mariane, Nathália, Rebekah e Sarah pelo interesse, disponibilidade e dedicação;

Às amigas e colegas de trabalho: Mônica, Marília, Luciana Machado e Luciana Magalhães, pelos exemplos.

A todos aqueles de maneira direta ou indireta contribuíram para mais esta etapa, meu muito obrigado!

RESUMO

No projeto de pesquisa “**A PAISAGEM CULTURAL DA SERRA SANTA HELENA**” trabalha-se um plano de identificação do patrimônio cultural, em um estudo de caso, utilizando-se do conceito de paisagem cultural da atualidade. O objetivo é compreender a dinâmica da paisagem cultural da Serra Santa Helena, no Município de Sete Lagoas, MG, para que este patrimônio cultural possa ser preservado. A pesquisa torna-se importante à medida que constrói um modo de investigação sobre os valores e significados específicos de um determinado lugar, os quais são reconhecidos pela sua comunidade como seu patrimônio cultural próprio. Ao contrário da dinâmica geral dos órgãos de preservação que reconhecem nas classificações universais os “valores culturais” de uma dada sociedade. Para identificar os valores culturais da comunidade em questão desenvolve-se como instrumento de pesquisa uma nova proposta de inventário da Paisagem Cultural. O qual é apresentado e analisado. Ao final conclui-se que as propostas de chancela das paisagens culturais nos órgãos de preservação continuam tendo que lidar com a constatação de que os fenômenos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais continuam colocando em risco contextos de vida e tradições locais. Diante disso, faz-se necessário uma revisão metodológica e conceitual, de inovação técnica e instrumental, acerca da aplicação do próprio instrumento da chancela de paisagem cultural na atuação dos órgãos de preservação.

Palavras chave: Paisagem Cultural, Patrimônio Cultural, Inventário do Patrimônio Cultural, Serra Santa Helena, Sete Lagoas

ABSTRACT

The research project: "**A CULTURAL LANDSCAPE IN SERRA SANTA HELENA**" works up a plan for identification of cultural heritage, through a case study, by using the concept of contemporary cultural landscape estate. The goal is to understand the dynamics of the cultural landscape of the Serra Santa Helena, in the city of Sete Lagoas, Minas Gerais, so that this cultural estate can be preserved. The search becomes important as it develops a way of research on the specific values and the meaning of a particular place, which is recognized by its surrounding community as their own cultural estate. Unlike the general dynamics of preservation agencies which recognize the universal "cultural values" of a given society. To identify the cultural values of this community a new proposal has been developed as a research tool for the Cultural Landscape's Inventory, which is presented and analyzed. Finally it is concluded that the propositions of administration of cultural landscapes in preservation agencies still have to deal with the fact that the phenomena of urban sprawl, globalization and the amassment of urban and rural landscapes continue to endanger contexts of life and local traditions. Therefore, methodological and conceptual revision as well as technical and instrumental innovation becomes necessary, on the implementation of the administrative instruments of cultural landscape by the preservation agencies.

Keywords: Cultural Landscape, Cultural Estate, Cultural Estate's Inventory, Serra Santa Helena, Sete Lagoas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do Estado de Minas Gerais em relação ao Brasil.....	49
Figura 2 – Localização do município de Sete Lagoas em relação ao estado de Minas Gerais.....	50
Figura 3 – Localização da APA Santa Helena em relação ao município de Sete Lagoas.....	50
Gráfico 4 – Gráfico de distribuição da precipitação média mensal.....	52
Gráfico 5: Gráfico de distribuição da frequência dos dias de chuva durante o ano...	52
Figura 6 - Mapa de solos.....	53
Figura 7 – Mapa da vegetação na área da APA Serra Santa Helena.	61
Figura 8 – Mapa Topográfico do Município de Sete Lagoas	63
Tabela 9 - Tabela referente às grutas de Sete Lagoas	64
Tabela 10 – Tabela com os principais ribeirões e córregos, com suas nascentes na área da APA da Serra de Santa Helena.....	66
Figura 11 - Mapa da Hidrografia no Município de Sete Lagoas	67
Figura 12 - Mapa de Caracterização de Ecossistemas	68
Tabela 13 - Tabela de caracterização do ecossistema da Serra de Santa Helena ...	68
Figura 14 - Mapa Unidades de conservação do município de Sete Lagoas.....	70
Figura 15 - Imagem satélite: Área da Lagoa da Chácara.....	71
Figura 16 - Mapa de densidade habitacional no Município de Sete Lagoas.	73
Figura 17 - Mapa de localização das indústrias no entorno da Serra de Santa Helena.....	75
Figura 18 - Vista da Lagoa Paulino em 1930	80
Figura 19 – Festa de Santa Helena: o Público aguarda a chegada das guardas de congo, em frente à Capela	82
Figura 20 – Cruzeiro iluminado	84
Figura 21 - Do alto da Serra Santa Helena, a vista da cidade.....	87

Figura 22 - Parque da Cascata.	90
Figura 23 - Altar da Capela de Santa Helena.....	92
Figura 24 – Imagem de Santa Helena no altar da capela	92
Figura 25 - Exterior da Capela de Santa Helena.....	96
Figura 26 - Vista lateral esquerda da Capela de Santa Helena.....	96
Figura 27 - Interior da Capela de Santa Helena	97
Figura 28 - Cruzeiro da Capela de Santa Helena.....	100
Figura 29 – Cruzeiro Iluminado no dia da Festa Santa Helena.....	100
Figura 30 – Festa de Santa Helena:Procissão à beira da Lagoa Paulino, Guarda Nossa Senhora do Rosário	102
Figura 31- Segunda fase da Festa de Santa Helena no alto da Serra, apresentação das embaixadas	104
Figura 32 – Festa de Santa Helena, levantamento da bandeira.	105
Figura 33 – Parque da Cascata – playground infantil.....	107
Figura 34 – Mapa das áreas verdes e vazios urbanos no Município de Sete Lagoas	112
Figura 35 - Mapa dos perímetros: atual e proposto, para a APA da Serra Santa Helena	114
Figura 36 – Placa existente no Parque da Cascata	117
Tabela 37 – Tabela de avaliação do Inventário da Paisagem Cultural da Serra Santa Helena	121

LISTA DE SIGLAS

ADESA - Associação de Desenvolvimento Ambiental
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
CF - Constituição Federal
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
EAU-UFMG – Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais
EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FJP – Fundação João Pinheiro
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDF – Índice de Desenvolvimento das Famílias
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IPHAN – Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQA – Índice de Qualidade das Águas
LAP – Laboratório de Arquitetura Pública
LOM - Lei Orgânica Municipal
LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo
MCIDADES - Ministério das Cidades
ONG – Organização Não-Governamental
PDP – Plano Diretor Participativo
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SiAC - Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras

TCG - Taxa de Crescimento Geométrico anual

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	16
1.2	OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO	17
1.3	MÉTODOS.....	17
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2	PAISAGEM COMO CONCEITO.....	20
2.1	A PAISAGEM CULTURAL COMO CIÊNCIA	20
2.2	A PAISAGEM CULTURAL E O PATRIMÔNIO	26
2.3	A REVITALIZAÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	32
3	SETE LAGOAS E A SERRA SANTA HELENA.....	36
4	A CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO	39
4.1	OS CAMINHOS TRILHADOS NA CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO	39
4.2	ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS NO INVENTÁRIO DA SERRA SANTA HELENA.....	40
4.3	ASPECTOS SIMBÓLICOS NO INVENTÁRIO DA SERRA SANTA HELENA	41
4.4	A ORGANIZAÇÃO DOS DADOS NA FICHA DO INVENTÁRIO DA PAISAGEM CULTURAL.....	44
5	INVENTÁRIO DA PAISAGEM CULTURAL DA SERRA SANTA HELENA ..	49
5.1	LOCALIZAÇÃO.....	49
5.2	MAPAS (BRASIL, MG, SETE LAGOAS, SERRA SANTA HELENA).....	49
6	REFERÊNCIAS CULTURAIS	51
6.1	DESCRIÇÃO DO SÍTIO	51
6.1.1	CONDIÇÕES AMBIENTAIS (TEMPERATURA, CLIMA, UMIDADE, EXPOSIÇÃO SOLAR, VENTOS DOMINANTES, ETC.)	51

6.1.2	CARACTERÍSTICAS ECOGEOGRÁFICAS	53
6.2	DESCRIÇÃO DO ENTORNO	69
6.3	ASPECTOS HISTÓRICOS E SIMBÓLICOS	76
6.4	ELEMENTOS PATRIMONIAIS EXISTENTES.....	91
6.4.1	BENS MÓVEIS	92
6.4.1.1	IMAGEM DA SANTA HELENA.....	92
6.4.2	BENS IMÓVEIS	95
6.4.2.1	CAPELA DE SANTA HELENA	95
6.4.2.2	CRUZEIRO.....	99
6.4.3	BENS IMATERIAIS.....	101
6.4.3.1	A FESTA DE SANTA HELENA	101
6.4.4	ELEMENTOS NATURAIS DE INTERESSE CULTURAL.....	106
6.4.4.1	VINHÁTICOS.....	106
6.4.4.2	PARQUE DA CASCATA	106
6.5	GESTÃO.....	107
6.5.1	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	107
6.5.2	AS CONDIÇÕES PARA APROPRIAÇÃO DA PAISAGEM DA SERRA.....	109
6.6	TITULARIDADE	109
6.7	PROTEÇÃO JURÍDICA	110
6.8	AÇÕES DE PRESERVAÇÃO	113
6.8.1	PROJETOS DE LEI	113
6.8.2	AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	116
6.8.3	INSTITUTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CULTURA.....	118
7	ANÁLISE DO INVENTÁRIO.....	120
7.1	INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO	120
7.2	INVENTARIO COMO UM INSTRUMENTO DE CARACTERIZAÇÃO	123

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS.....	128

1 INTRODUÇÃO

A apresentação da minha dissertação faz-se a partir de uma reflexão pessoal com liberdade poética. Ela descreve o modo como uma arquiteta e moradora, observa e vivencia a cidade em que nasceu e cresceu. E os motivos que a levaram a estudar sobre a Paisagem Cultural da Serra Santa Helena.

Começa-se por falar da cidade. Como bem define o arquiteto Carsalade em *Arquitetura: Interfaces*: “*A cidade é uma entidade, tem personalidade e jeito próprios, dotada de um gênio especial. Tem humores e amores.*” (CARSALADE, 1999)

Sete Lagoas é uma cidade mineira, com belezas naturais e cheia de histórias para contar... Desenvolveu-se no séc. XIX, ao longo de uma estrada sertaneja, por onde passava o gado que abastecia a Corte. Da fazenda, transformou-se em arraial, mais tarde em vila, e foi elevada a cidade em 1880.

A cidade possui um relevo plano entremeado com lagoas. Cada lago é um lugar de contemplação, onde homens, mulheres e crianças vivenciam um micro clima diferente do resto da cidade. A oeste, a Serra de Santa Helena a protege. Do alto da Serra, as pessoas que gostam de contemplar o desenho da cidade, apreciam as mudanças de humores e amores de Sete Lagoas.

Ao final da tarde, todos os dias, o sol se põe atrás da serra. À beira da Lagoa Paulino, vê-se a luz refletida nas águas a realçar a silhueta da Serra. Esta imagem é possível porque os poucos prédios na orla da lagoa não impedem a visão da Serra.

Com o passar do tempo, Sete Lagoas tornou-se importante dentro das Minas Gerais. Hoje é um pólo da microrregião dos Campos das Vertentes. Apesar de estar próxima à capital de Minas, distante 70 Km de Belo Horizonte, a cidade conseguiu desenvolver-se com certa independência. Ela exerce influência sobre cidades vizinhas, principalmente na educação do terceiro grau e nas atividades industriais, comerciais e de serviços.

Durante muitos anos, entre as atividades econômicas destacavam-se as indústrias de transformação de ferro- gusa. Com a chegada da fábrica de automóveis, IVECO FIAT em 2000, iniciou-se um novo ciclo de desenvolvimento. Em 2007 Sete Lagoas ocupou o 8º lugar na lista das cidades exportadoras de Minas Gerais e ficou em 29º

lugar, acima da média nacional, no ranking dos 300 municípios mais dinâmicos, por atrair investimentos.

Assim, a cidade desenvolve-se ficando mais populosa e mais produtiva, porém, as suas transformações ocorrem de maneira desordenada. Apesar do Plano Diretor de 2006, que indica a revisão das leis complementares, a Lei de Uso e Ocupação do Solo é de 1991.

A ânsia do mercado imobiliário e os ideais de modernidade e progresso transformam a cidade e criam espaços sem substância urbana, fragmenta o seu tecido de maneira descaracterizadora. É cada vez mais constante a construção de grandes edifícios que substituem as construções antigas, e a construção de grandes equipamentos como shopping, indústrias, campos universitários, em áreas antes desabitadas.

Observa-se que a identidade de Sete Lagoas faz-se principalmente através da paisagem, da sua aparência física. Porém, os seus registros históricos estão ameaçados pelo processo de renovação.

Em 2006, na elaboração do Plano Diretor Participativo, em uma das audiências públicas, quando se discutia sobre as propostas de preservação do patrimônio cultural de Sete Lagoas, a comunidade destacou a importância da paisagem para identidade da cidade. Esta questão foi abordada no Plano Diretor com a proposta de criação de zonas de proteção para as lagoas e patrimônio histórico e paisagístico, com estabelecimento de diretrizes de uso, ocupação e altimetria, entre outros.

Essa audiência despertou na pesquisadora o interesse sobre o tema de *Paisagem Cultural*. Quando ingressou no mestrado, em 2009, disposta a estudar as unidades de paisagem culturais de Sete Lagoas, não tinha a clara noção sobre a complexidade do conceito na perspectiva do patrimônio cultural. Com o desenvolver da dissertação a pesquisadora foi entendendo que o conceito ainda esta em construção.

Então, para contribuir na preservação do Patrimônio Cultural de Sete Lagoas o primeiro passo da pesquisa seria conhecer e reconhecer-lo. Para isso seria necessário estudar sobre a cidade, ressaltando os valores e significados que diferentes grupos de pessoas têm com o espaço e a natureza.

Baseada na teoria de que a paisagem da Serra Santa Helena mantém uma inter-relação com todas as outras paisagens do município, a pesquisa é destacada como um importante estudo de caso dentro da perspectiva da investigação.

A pesquisa inicia-se ao final de 2009, junto com a equipe do Laboratório de Arquitetura Pública¹ da Escola de Arquitetura da UFMG, com o objetivo de desenvolver o inventário sobre a Paisagem Cultural da Serra Santa Helena.

Contam os antigos moradores que foi a partir do aparecimento da Santa, em meados do Séc. XIX, no alto da Serra que hoje leva o seu nome, que iniciaram os cultos de adoração à Santa Helena, identificada como a principal protetora dos setelagoanos. Em homenagem à santa, em 1852 foi construída uma pequena capela, como forma de consagrar aquele lugar. E todos anos, no segundo domingo de maio, os congadeiros unem-se aos devotos das mais diferentes religiões para a grande Festa de Santa Helena.

Na Serra de Santa Helena além da capela há também o Parque da Cascata, com 295 hectares de mata nativa. O parque é para alguns o lugar de lazer; para outros é o lugar propenso às atividades mágicas e religiosas, e à comunicação com entes espirituais. Algumas pessoas acreditam que a Serra Santa Helena, na qualidade de divisor de águas, constitui um lugar de encruzilhada onde é possível estar em sintonia com o sagrado. Existem também as famílias de moradores que consideram a Serra como o seu lugar sagrado, a sua casa, o seu lugar no mundo, e da sua terra extraem a sua subsistência.

Quando nas viagens que fazemos, procuramos as diferenças, procuramos a tradição como marcas da identidade do outro lugar, e não do nosso. Por isso, CARSALADE diz que: *“As cidades dos outros são para nós sempre exóticas, são sempre o contato*

1 O Programa de Arquitetura Pública é desenvolvido na Escola de Arquitetura da UFMG e consiste na assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo a municípios do interior de Minas Gerais no desenvolvimento de suas políticas de habitação de interesse social, planejamento ambiental-urbano e patrimônio cultural. De acordo com a demanda municipal, o Programa produz mapeamentos, inventários culturais, planos de bens da paisagem e do conjunto urbano, dentre outros.

O Programa atua em Sete Lagoas desde 2009, com base no conceito de paisagem cultural, desenvolvido pela UNESCO a partir dos anos 1990. A proposta é investigar os valores e significados atribuídos à Serra Santa Helena por aqueles que têm uma experiência direta e/ou indireta com ela. O aprofundamento do conceito de paisagem cultural, somado ao contato com a comunidade, possibilita formulação de uma nova proposta de inventário de patrimônio: um registro dos aspectos relevantes para a identidade local que, posteriormente, poderá ser utilizado para a preservação da Serra.

com outro lugar.” A maioria das pessoas que visitam Sete Lagoas fica admirada com a sua paisagem, com a vista da serra, com a gruta, com o parque da cascata, porém, muitos turistas não reconhecem o patrimônio cultural intangível da cidade. Não sabem das suas tradições, do grande número de artistas que vivem na cidade. Não sabem dos artesãos, dos bailarinos, dos cantores, dos escultores, dos pintores, e tantos outros, que não são poucos. Não sabem sobre as suas crenças, folclores, ritos, manifestações culturais. Não sabem a sua história.

Assim, na tentativa de construir um modo de investigação sobre os valores e significados específicos da Serra Santa Helena, a pesquisa propõe-se a desenvolver o seu inventário. Como um instrumento que pudesse revelar qual o patrimônio cultural é reconhecido pelos setelagoanos, como o seu patrimônio cultural próprio. Ao contrário da dinâmica geral dos órgãos de preservação que reconhecem nas classificações universais os “valores culturais” de uma dada sociedade.

1.1 Justificativa e relevância

A “paisagem cultural”, desenvolvida pela UNESCO desde o início dos anos 1990, combina os aspectos materiais e imateriais do conceito, muitas vezes pensados separadamente, indicando as interações significativas entre o homem e o meio- ambiente natural. Com isso, esse conceito parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às ações tradicionais do campo da preservação, podendo servir para ampliar a perspectiva de visada sobre o patrimônio cultural urbano, permitindo leituras que compreendem justamente as interações entre os aspectos naturais e culturais, imateriais e materiais de conjuntos ou paisagens, muitas vezes ignorados. A partir desta compreensão ampliada, parece-nos possível também se propor estratégias integradas de gestão que, ao combinar esses diversos aspectos, terminam por constituir respostas muito mais completas ao complexo desafio da conservação urbana. (Castriota, 2009, p.22)

Diante dessa nova perspectiva, o projeto “**A PAISAGEM CULTURAL DA SERRA SANTA HELENA**” trabalha um plano de identificação do patrimônio cultural, utilizando-se deste novo conceito de paisagem cultural.

O projeto inicia reconhecendo na ciência pós-moderna uma nova forma de conhecimento, um modelo de transição, uma vez que define a especificidade do

humano, em contraposição à dicotomia da ciência moderna, que separava as ciências naturais das ciências sociais. Como relata Boaventura Souza Santos (2003):

A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessário uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separa e antes nos une pessoalmente ao que estudamos. A incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada às sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais que controlado, tem que ser contemplado. (SANTOS, 2003, p.85)

Baseada na teoria de SANTOS a pesquisa preocupa-se em identificar os elementos da paisagem cultural buscando o entendimento sobre a realidade, por meio da observação de um estudo de caso.

A pesquisa torna-se importante à medida que constrói um modo de investigação sobre os valores e significados específicos de um determinado lugar, os quais são reconhecidos pela sua comunidade como seu patrimônio cultural próprio. Ao contrário da dinâmica geral dos órgãos de preservação que reconhecem nas classificações universais os “valores culturais” de uma dada sociedade.

1.2 Objetivo geral e específico

Objetivo geral desse trabalho é identificar os elementos que configuram a dinâmica da paisagem cultural da Serra Santa Helena para que o patrimônio cultural possa ser preservado.

O desenvolvimento do inventário de paisagem cultural como instrumento de pesquisa, identificação e caracterização da paisagem cultural da Serra Santa Helena, para a conservação do patrimônio cultural na cidade de Sete Lagoas, é o objetivo específico desse trabalho.

1.3 Métodos

Para identificar os valores culturais da comunidade em questão, a pesquisa é do tipo qualitativo, pois sua fonte de dados é o ambiente natural e social, onde tudo deve ser estudado como potencial e como indicador para a melhor compreensão da realidade. Neste tipo de pesquisa, em que se privilegia a compreensão do significado dos fatos sociais, a questão da representatividade dos dados é vista de forma diferente do positivismo. Segundo a socióloga Mirian Goldenberg (2005):

Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para produzir generalizações. Os dados da pesquisa quantitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiadas no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. (GOLDENBERG, 2005, p.49)

Apoiada nesse princípio, esta pesquisa utiliza além das fontes primárias e secundárias, o ambiente natural como fonte direta da coleta de dados.

Na pesquisa qualitativa há um mínimo de estruturação prévia. Não se admite regras precisas, com problemas, hipóteses e variáveis antecipadas, e as teorias aplicáveis deverão ser empregadas no decorrer da investigação. (LAKATOS E MARCONI, 2006, p.272)

Dessa maneira a pesquisa prevê um mínimo de estruturação, construída a partir do embasamento teórico e do planejamento cuidadoso. A criatividade do pesquisador no momento da coleta e análise de dados é fator determinante para que a pesquisa seja bem sucedida. Neste caso é necessária a observação atenta ao processo.

1.4 Estrutura do trabalho

Esta dissertação estrutura-se em 7 capítulos:

1. **Introdução:** apresenta os temas a serem estudados, expõe a justificativa e relevância da pesquisa, as questões que a norteiam, o objeto de estudo, os objetivos gerais e específicos, os métodos de pesquisa e por fim, a estrutura da pesquisa.
2. **Paisagem como conceito:** Aborda a revisão histórica conceitual do tema de paisagem cultural. No âmbito da UNESCO e do IPHAN busca analisar a ampliação do conceito de patrimônio cultural, tanto em sua vertente material como imaterial e ao final do capítulo apresenta desafios e possibilidades na preservação deste patrimônio.
3. **Sete Lagoas e a Serra Santa Helena:** apresenta o estudo de caso desta pesquisa: a paisagem da Serra Santa Helena no município de Sete Lagoas.
4. **A construção do inventário:** descreve como foi construído o inventário do estudo de caso, e coletados os dados para alcançar os objetivos propostos.
5. **Inventário da Paisagem Cultural da Serra Santa Helena:** apresenta o inventário desenvolvido.
6. **Análise do inventário:** apresenta uma análise do inventário enquanto instrumento de pesquisa e preservação e uma síntese dos seus resultados.
7. **Considerações finais:** apresenta a síntese da dissertação e aponta as contradições com relação à proteção da nova categoria de paisagem do patrimônio cultural brasileiro.

2 PAISAGEM COMO CONCEITO

Na ciência moderna do sec.XIX os temas estudados eram condicionados às determinadas disciplinas, as quase eram classificadas em ciências sociais ou em ciências naturais. Observa-se que para a construção do conceito de paisagem, destacou-se a contribuição dos geógrafos, na disciplina da geografia.

Porém, na medida em que vamos conhecendo sobre a evolução do conceito de paisagem, vamos também entendendo que ao longo dos anos ele vem agregando as ciências naturais às ciências culturais. Essa confluência de temas e disciplinas utilizadas no estudo de um objeto científico, no caso a Paisagem, reflete-se também na nova forma de conhecimento da ciência pós-moderna, onde o que interessa mais é o entendimento sobre a especificidade do objeto estudado e menos a classificação. Neste sentido, cada vez mais o termo *paisagem cultural* vêm sendo discutido e trabalhado sob a ótica interdisciplinar.

2.1 A paisagem cultural como ciência

A paisagem como um conceito formal da geografia moderna emerge no final do séc. XIX na Alemanha, com Otto Schlüter (1872-1959) e Siegfried Passarge (1866-1958), sendo introduzida nos Estados Unidos por Carl Ortwin Sauer (1889-1975). Schlüter e Passarge investigavam como elementos que compõem a paisagem se agrupavam, possibilitando uma hierarquia de paisagens, e também nos mecanismos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural (CORREA, 1995).

Já Sauer, em 1925, defendia Paisagem como um termo utilizado para definir uma unidade geográfica², onde os fatos da geografia eram fatos do lugar; e a associação desses fatos originava o conceito de paisagem.

² O termo “paisagem” é apresentado para definir o conceito de unidade geográfica, para caracterizar a associação peculiarmente geográfica de fatos. Em certo sentido, “área” e “região” são termos equivalentes. É claro que área é um termo geral e não distintivamente geográfico. Região passou a significar, pelo menos para alguns geógrafos

Neste sentido, para entendermos como a ciência moderna construiu esse conceito, seria importante conhecer um pouco da história da disciplina da geografia, onde, desde o início do séc. XX, o conceito de paisagem relaciona-se com o próprio papel da disciplina da geografia.

A história da disciplina inicia-se na antiga geografia que tinha como objetivo a descrição das áreas. Os estudiosos observam que ela era descritiva e muito pouco crítica. Mesmo assim, fundamental no processo histórico por construir conteúdos importantes.

No sec.XIX, onde o positivismo e o racionalismo dominavam o trabalho do geógrafo, o meio ambiente tornava-se uma doutrina dominante. Podemos destacar a importância de Montesquieu e Buckle neste processo. Nesta época, o complexo dos fatos em área foi substituído pela seleção de certos atributos, tais como clima, relevo e drenagem, sendo examinados como causa e efeito, observados como produtos finais, cada uma dessas classes de fatos, mal poderia ser relacionada razoavelmente bem às leis da física (SAUER, 1925).

Apesar desse positivismo, já ao final do século XIX, estudiosos alemães introduziram a percepção humana na caracterização da paisagem. Sob o olhar do naturalista Humboldt, a paisagem era vista de forma holística, associada a um conjunto de fatores naturais e humanos. Para Humboldt, a paisagem (*landschaft*) significava “the total character of an Earth region”. Considerava que a observação da paisagem deveria ser contemplada com sentimento.

Assim, observamos que no sec.XIX a disciplina da geografia teve como tarefa o exame de todos os atores que ocorressem em interações espaciais significativas para conferir a feição singular de uma área da superfície terrestre³. Nesta época, os geógrafos começavam a acreditar que através das descrições e análises seria possível revelar o sentido das relações entre o homem e a natureza, as quais estruturariam o espaço. A descrição, portanto, criaria uma nova dimensão que conduziria à explicação.

3 R. Hartshorne (1939) mostrou que a busca pela descrição das características únicas das áreas havia sido a grande nota de consenso entre o trabalho de geógrafos até aquele momento, sendo assim por ele considerada como da própria natureza da disciplina.

Porém, o enorme avanço do conhecimento das áreas afins no final do séc. XIX impossibilitou a pretensão de síntese total dessa relação entre o homem e a natureza (GOMES, 1997, p. 20).

Um dos mais importantes saltos epistemológicos, com destaque para a dimensão morfológica, foi levado a cabo por Carl Ortwin Sauer. Em 1925, na sua paradigmática obra *The Morphology of Landscape*, ele definiu a paisagem geográfica como o conjunto das formas naturais e culturais associadas em área. Ela seria, assim, o resultado da cultura (o agente), ao longo do tempo, sobre o quadro natural (meio ou berço). A atenção central neste objeto de estudo decorreu de seu cuidado em afirmar a disciplina em torno de uma seção definida da realidade, assumindo, entretanto, uma postura crítica quanto ao mecanicismo de matriz determinista dos trabalhos realizados anteriormente ou por seus contemporâneos na geografia americana.

Inspirado nos geógrafos alemães Alfred Hettner e Siegfried Passarge, Sauer via uma persistência do interesse na corologia, conhecimento da expressão variada das diferentes partes da superfície terrestre, aceitando as abordagens de outras disciplinas, desde que orientadas para as variáveis expressões espaciais de seus respectivos objetos. Neste sentido Sauer defendia que se os fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas interdependentes e em associações, caberia à geografia a tarefa de descobrir tais conexões e sua ordem implícita (SAUER, 1998, p. 175).

Apesar de SAUER reconhecer que as monografias regionais descobriram na paisagem cultural a expressão máxima da área orgânica, ele demarcou bem a discordância com a sua seleção impressionista dos fenômenos e a excessiva liberdade artística.

Tal abordagem sistêmica inovou ao centrar esforços no relacional, ao invés de apenas catalogar configurações territoriais. Daí, a maior contribuição para o estudo da morfologia, que se prende ao objetivo de descobrir uma *ordem* dentro da multiplicidade, almejando decompô-la para explicar as *relações* que produzem a paisagem. Este caminho mostrou a riqueza da interface com a ecologia e a biogeografia, culminando com grande caudal de pesquisas contemporâneas em ecologia da paisagem.

Dizemos que o trabalho de Sauer 1925 formou discípulos e constituiu-se numa verdadeira escola nos Estados Unidos e mesmo fora de lá, sendo o mais bem sucedido no contexto dos anos 20 e 30 do século XX.

Ao final do sec.XX, teve início um movimento de ruptura com o positivismo, que se dirigiu para uma maior aproximação da geografia com as filosofias ligadas ao humanismo emergindo uma nova corrente intitulada como “geografia humanista”. Para os geógrafos, seguidores da geografia humanista, a paisagem representaria mais que o simples visível, a paisagem seria introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio (RIBEIRO, 2007).

Na França, o matemático RENÉ THOM (1972), um dos seguidores da corrente humanista, propunha que o estudo da paisagem deveria remeter-se aos sistemas organizados e à teoria da organização, a qual poderia apoiar-se em outras proposições, como a teoria da informação, a termodinâmica e a teoria das catástrofes. Os geógrafos interessados na compreensão/explicação da paisagem foram atraídos por esta abordagem porque ela abrigava a idéia de que os *componentes vivos*, organismos, inclusive o homem, como também os *componentes não-vivos*, o meio físico, funcionavam juntos, como um todo, de acordo com leis físico-químicas e biológicas bem definidas, o que está na base do conceito de ecossistema.

Nesta abordagem, há que se considerar uma paisagem visível, concreta, conjunto de significantes possíveis, e a determinação da leitura levada a cabo por um certo olhar (significados). A análise semiótica e ecológica da paisagem realizou uma das possíveis leituras de Thom, privilegiando o mundo natural do *corpo* e da *coisa* num viés empirista que remete ao positivismo lógico.

Porém, o autor que mais se destacou dentro desse universo da “paisagem humanista” foi o geógrafo Chinês Yi-Fu Tuan, professor em várias escolas americanas na década de 80. Tuan chegou a desenvolver em seus livros a noção de *Topofilia* como o amor ao lugar. Ele e seus seguidores acabam dando mais valor ao conceito de lugar do que ao de paisagem. Para eles, o conceito de lugar demonstraria mais fortemente a idéia de pertencimento, de individualidade do ser humano e de seu apego a determinados espaços.

Entretanto, como no movimento humanista não há um único caminho a adotar, são diferentes abordagens, algumas até opostas, as quais humanistas criam um sub-campo próprio dentro da geografia. (RIBEIRO, 2007).

Na década de 80, um novo grupo de autores procurou renovar a geografia cultural e, apesar de não estarem alinhados à geografia humanista, sofreram influências desse movimento, incorporando como um dos focos de análise a simbologia da paisagem e passando a valorizar o caráter subjetivo do conhecimento. (RIBEIRO, 2007)

Os autores ligados a essa nova vertente da geografia cultural, passaram a chamar todo o legado de Sauer (1925) como “Geografia Cultural Tradicional” e classificaram o seu trabalho como “Nova Geografia Cultural”

Tido como um dos expoentes da nova geografia cultural anglo-saxônica Denis Cosgrove (1984; 1998), buscou demarcar uma posição original pela introdução do materialismo histórico como ferramenta metodológica. Cosgrove criticava a chamada “*geografia da percepção*” de Yi-Fu Tuan (1980) por não haver se calcado em uma forma adequada de explicação social ou histórica, preferindo o tratamento da psicologia para o indivíduo, tema que para ele seria de interesse geográfico menor.

O geógrafo inglês Cosgrove critica também a metodologia da morfologia de SAUER. Segundo ele:

Todo o esforço visando tornar científico o conceito de paisagem não foi suficiente para separá-lo totalmente de suas raízes estéticas e subjetivas; toda paisagem é simbólica, é também aquilo que se imagina e que recebe diferentes valorações e sentidos culturais. Porém, tais conotações geram problemas para os que querem uma definição pura, científica e precisa — denotando a atualidade dos debates sobre a incorporação da subjetividade e das paixões humanas às reflexões acadêmicas. (COSGROVE, 1984, p.93)

Para Cosgrove, a paisagem está repleta de significados os quais podem e devem ser revelados, e que para isso, é necessário ter habilidade imaginativa:

Revelar os significados na paisagem cultural exige habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então re-presentar essa paisagem no nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos dos

seus significados são “naturalmente” encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à experiência, na medida em que somos parte da natureza, por exemplo, quando associamos o prado na primavera com o aparecimento de vida nova, ou o pomar do outono com a melancolia. (COSGROVE, 1984, p.103)

Assim, como ciência pós moderna que introduziu outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo, que nos une pessoalmente ao que estudamos, como uma chave do entendimento de um mundo que mais que controlado, tem que ser contemplado (SANTOS, 2003). Para Cosgrove (1984), é justamente devido à ambigüidade de buscar compreender o espaço terrestre tanto como sujeito quanto como objeto da ação humana que a geografia pode ser melhor alinhada aos objetivos e métodos das humanidades, e mais precisamente aos seus modos de compreensão hermenêuticos.

Podemos dizer então, que a geografia do final do Séc. XX congrega atributos humanos para além da *razão*. Onde, falar de significado não se restringe à consideração de signos, modelos e padrões de relação funcional entre os símbolos e os sujeitos da observação, apesar de também incluir isto. Falar de significado é antes, porém, falar do significado em seu sentido mais contundente, que remete à consideração do imaginário geográfico e do plano afetivo como uma força criativa da realidade.

Sob a perspectiva do humanismo, a geografia em 2010 pode ser apresentada como produto social, que incorpora à memória pessoal e histórica uma materialidade real, capaz de desenvolver através das representações o imaginário geográfico de que fala Castro (2000). Nesta teoria, a natureza não pode ser vista como um dado independente da representação social, enquanto paisagem ela é percebida, interpretada e mediatizada pelas representações. A terra é um registro simbólico tanto quanto uma fonte de recursos, daí possuir as marcas da existência humana como se fosse um texto à espera de tradução. RIBEIRO afirma que:

Dentre as diferentes metodologias e aportes teóricos que surgem nesse momento, MONDANA e SÖDERSTRÖM identificam a metáfora da cultura e da paisagem como um texto com principal abordagem que caracteriza a Nova Geografia Cultural. Segundo eles, o interesse dessa metáfora, em um contexto de reformulação

não positivista da geografia cultural, é o de permitir ter em conta da dimensão do sentido, na medida em que essa analogia apresenta a paisagem como uma espécie de documento de interpretação instável, aberta a múltiplas interpretações. Nessa abordagem, a interpretação da paisagem é subjetiva, e cada grupo a interpreta de uma forma diferente segundo seus próprios conjuntos de símbolos (RIBEIRO, 2007, p.25).

Concluindo, a profusão de acepções sobre conceito de paisagem na Geografia da atualidade apresenta uma riqueza de possibilidades que pode ser explorada. E ainda, a evolução do conceito de paisagem ao longo dos anos demonstra que a perspectiva simbólica vem adquirindo uma crescente importância no discurso acadêmico. Assim como no processo de transição entre a ciência moderna e a ciência pós-moderna. De maneira geral, essa revitalização do conceito de paisagem remete à apreciação crítica dos aportes tradicionais, mediante ao aprimoramento de seu embasamento teórico. Essa inversão de sentidos assenta-se no reconhecimento do papel central do espírito humano: a paisagem pode ser uma realidade interpretada pelos habitantes e subjetivamente dotada de sentidos por eles na medida em que forma um mundo coerente para as suas ações cotidianas.

2.2 A paisagem cultural e o patrimônio

Inicialmente, o conceito de Patrimônio Histórico encontrava-se vinculado à idéia de excepcionalidade e monumentalidade das edificações e só se valorizavam os bens monumentais na forma individual. Na França, quando se criou a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram: os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos⁴. Posteriormente, todas as formas de arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, foram anexadas aos monumentos históricos, sob novas denominações: *arquitetura menor*, termo proveniente da Itália, ou *arquitetura vernacular* ou *industrial*, proveniente da Inglaterra.

4 CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2002.

Somente no início do sec. XX é que o domínio patrimonial começa a reconhecer os aglomerados de edificações e a malha urbana. FRANÇOISE CHOAY (2002) relata sobre essa constituição da noção de patrimônio urbano histórico e a sua relação com a revolução industrial:

A conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu a revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares. É então, pelo efeito da diferença e, por contraste, que a cidade antiga se torna objeto de investigação. Os primeiros a considerá-la em perspectiva histórica, e a estudá-la segundo os mesmos critérios que as formações urbanas contemporâneas, são os fundadores (arquitetos e engenheiros) da nova disciplina, à qual Cerdá dá o nome de urbanismo. O mesmo autor propõe a primeira história geral e estrutural da cidade. (CHOAY, 2002, p.179)

CHOAY relata que a história das doutrinas do urbanismo e suas aplicações, no início do sec. XX são solidárias à invenção do patrimônio urbano histórico. E foi essa alternância entre a destruição e a conservação dos conjuntos urbanos antigos que geraram novas modalidades de organização do espaço urbano, e as formações antigas adquiriram a sua identidade cultural.

Já ao final do sec. XX, juntamente com ampliação dos estudos sobre a história das cidades, começa-se a considerar como patrimônio histórico, também os sítios⁵, e a vincular os aspectos culturais com os aspectos do meio natural que o serve de suporte. “A Convenção Sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”⁶, de 1972, considera como patrimônio cultural: os monumentos e conjuntos que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência e os sítios que tenham valor universal excepcional, do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

5 Sítios: obras do homem ou obras combinadas do homem e da natureza, assim como as zonas, inclusive sítios arqueológicos.

6 **Conventions et recommandations de l’Unesco relatives à la protection du patrimoine culturel**, Unesco, Paris, 1972.

Também na Convenção da UNESCO de 1972, para manter um equilíbrio entre a proporção de bens naturais e culturais que se inscreviam na lista, foram estabelecidos alguns critérios. E, uma vez encaminhado este tema, observou-se que existia um sub-registro daqueles bens que eram facilmente definidos como natural ou como cultural. Então, a noção de bens mistos se revelou, por sua vez, insuficientes para cobrir todos os casos dos diferentes tipos de sítios. Somente em 1992, a noção de **paisagem cultural** foi incorporada e mencionada na Convenção como o objeto que ajudaria a resolver o problema do sub-registro de sítios patrimoniais, abrindo novas possibilidades.⁷

Esta noção de paisagem cultural foi tomada previamente pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos⁸, que os define como “uma área geográfica associada a um evento, atividade, personagem histórico, ou que exibe outros valores culturais ou estéticos”. A preocupação inicial que depois foi ampliando-se era a proteção das paisagens naturais sem belezas cênicas nem valores ecológicos significativos, nos quais abrigaram fatos importantes, tais como batalhas da Guerra da Independência ou a Guerra Civil.

Baseado nessa idéia, e ampliando seus alcances, o Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos estabeleceu quatro tipos de paisagens culturais: Paisagem histórica desenhada, Paisagem histórica vernácula, Sítio histórico e Paisagem etnográfica. Porém, por se tratar de um conceito desenvolvido para uma área de parques nacionais, inicialmente privilegiou-se as paisagens culturais rurais às paisagens culturais urbanas, tendência que vem equilibrando-se de acordo com a ampliação do conceito de patrimônio.

Atualmente, são várias as classificações da UNESCO com relação a paisagens culturais, porém, a categoria mais abrangente apresentou-se quando a cidade Buenos Aires, em 2007, candidatou-se à Patrimônio da Humanidade na categoria de “**Paisagem Cultural Urbana**”, o dossiê de inscrição encaminhado à UNESCO relata:

7 **Cultural Landscapes: The Challenges of Conservation.** World Heritage 2002. Ferrara, Italy.

8 HOHMANN, Heidi. **Mediating Ecology and History.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

O setor da cidade de Buenos Aires, que se postula para ser incluído na lista do Patrimônio Mundial, é parte de uma nova visão da categoria em que se apresenta: Paisagem Cultural - Urbana. A evolução e dinamismo, a sua imagem européia expressa em seus sítios, parques e edifícios urbanos e as qualidades ambientais, fazem de Buenos Aires um exemplo singular para a categoria em que pretende ser registrado. O fato de que se trata de uma nova visão da categoria da paisagem cultural, nos leva a crer que esta relação natureza-ação do homem, tem estado implícita em todas as paisagens culturais declaradas e inscritas na lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO até o momento. No entanto, em termos de categoria de Paisagens Culturais Urbana, dada a falta de uma reflexão explícita, e a formulação de critérios e conceitos, estamos propondo a abertura de uma nova visão, mais ampla, de "paisagem cultural" na sua dimensão urbana. (MINISTRA DE CULTURA, Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007, p.170)

Apesar da UNESCO ainda não ter reconhecido a candidatura de Buenos Aires, tais concepções vêm contribuindo para ampliação do conceito de patrimônio, as quais vão incrementando a sua complexidade no decorrer do tempo. O termo paisagem cultural, estudado nas últimas décadas por autores e disciplinas variadas, tem sido abordado de forma cada vez mais integral. Os processos naturais e sociais, de um determinado lugar, estão sendo pensados sob a forma conjunta, resultando de uma visão mais ecológica da paisagem urbana. Além disso, o espaço da cidade passa a ser estudado através da experiência humana, ressaltando os valores e significados que cada grupo de pessoas tem com o espaço e a natureza. Esta visão permite o reconhecimento dos elementos naturais, tais como rios, lagos, serras e parques urbanos, como paisagens culturais⁹. Assim, a expressão Paisagem Cultural Urbana agrega os monumentos e as paisagens urbanas aos valores culturais intangíveis considerando a dinâmica dessa interação. Isso está claro na justificativa da inscrição de Buenos Aires:

A inclusão explícita da paisagem cultural urbana (...) será um passo importante no desenvolvimento conceitual das diferentes implicações dessa categoria. Além disso, o argumento para incluir as paisagens culturais industrial, e não apenas zonas rurais, é uma consequência lógica de se considerar a relação entre o monumento e o local. A atividade produtiva gera condições de entorno particular, que

9 HOUGH, Michael. **Cities and Natural Process**. London: Editora Routledge, 1995.

representa uma forma de vida cujas características principais merecem ser preservadas. Uma paisagem cultural é caracterizada por uma utilização complexa dos diversos componentes do território em que se desenvolve. Além disso, em uma paisagem cultural, a importância do conjunto é maior que a soma de suas partes, seria como se estas se re-significassem mutuamente. Isso faz com que o rol dos aspectos intangíveis seja particularmente intenso nas paisagens culturais, porque os fatores imateriais são aqueles que desempenham, neste complexo processo, o papel de re-significação. (MINISTRA DE CULTURA, Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007, p.180)

Lynch (1978) já comentava que a importância social de um espaço traduz o “*sentido do lugar*”, pois, considera as experiências adquiridas pelas pessoas, ou seja, além das qualidades físicas de um ambiente, considera os significados derivados do processo cultural.

Neste contexto, o conceito de patrimônio cultural da atualidade, reconhece as cidades como organismos vivos repletos de significado e de re-significação. Se antes, os elementos dignos de preservação eram os monumentos com excepcional valor histórico como: as edificações ou conjuntos urbanos, atualmente, faz-se necessário reconhecer a importância dos valores ambientais, estéticos, sociais e culturais, específicos do lugar. Os quais representam uma forma de vida humana.

Porém, Françoise Choay (2002) chama a atenção para o processo da atualidade na identificação dos bens patrimoniais, que parecem questionar a própria identidade das sociedades contemporâneas:

Esse processo parece agora desprezar seleções e classificações e visar uma exaustividade simbólica, em detrimento da heterogeneidade das culturas, dos usos e épocas às quais pertencem os bens acumulados. Esse processo reúne, do mais significativo ao mais insignificante, os lugares de cultos religiosos e os lugares da indústria, os testemunhos de um passado secular e os de um passado recente. É como se, pela acumulação de todas essas realizações e de todos esses traços, se tratasse de construir uma imagem da identidade humana. E aí se encontra o nó da questão: o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do séc. xx, contemplaríamos a nossa própria imagem. (...)

Pode-se, com efeito, interpretar essa profunda necessidade de uma auto-imagem forte e consistente com a maneira, encontrada pelas sociedades contemporâneas, de lidar com as transformações de que

elas não dominam nem a profundidade nem o ritmo acelerado , e que parecem questionar a sua própria identidade. (CHOAY, 2002, p.240)

Neste sentido, Choay apresenta a busca da identidade antropológica do homem, ameaçada pela ausência de restrições. Para criar a identidade antropológica faz-se necessário sondar a imagem patrimonial com um olhar crítico ou clínico que nos faz separar os materiais heterogêneos dos materiais com os quais a construímos¹⁰. Essa imagem patrimonial, que em alguns casos, está relacionada à estruturação da paisagem do lugar, torna-se autêntica à medida em que se aproxima do cotidiano das cidades e se afasta do espetáculo dos cenários urbanos, criados pela indústria do turismo.

Neste caso, um dos maiores desafios da atualidade, na questão do patrimônio cultural, é saber identificar as paisagens culturais que povoam a memória coletiva, como uma maneira de alcançar o equilíbrio entre o que deva ser preservado e o que poderá ser substituído pela dinâmica das cidades.

Atualmente, faz-se necessário, refletir sobre a paisagem urbana no sentido de criar unidades de preservação do patrimônio ambiental urbano, considerando os elementos da paisagem natural: a hidrografia, o relevo e a vegetação, como elementos originais do tecido urbano, estruturadores da *imagem patrimonial*.

Este texto utiliza varias referências, as quais reconhecem como universal o patrimônio cultural de alguns lugares do mundo. Porém, ao contrário da dinâmica que reconhece nas classificações universais os "valores culturais" das sociedades. É muito mais legítimo, investigar os valores e significados específicos de um determinado lugar, e que por sua vez, são reconhecidos pela sua comunidade como seu patrimônio cultural próprio.

Para isso, faz-se necessário compreender essa dinâmica das paisagens culturais ao longo da evolução histórica da cidade, considerando a experiência cotidiana da

10 CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2002.

população atual. A partir dessa investigação, identificar e caracterizar essas unidades de preservação do patrimônio ambiental urbano.

2.3 A revitalização do conceito de paisagem e a gestão do patrimônio cultural

Ao final do séc. XX amplia-se a percepção do objeto científico, que antes era delimitado e classificado pela ciência moderna, e que atualmente, passa a ter fronteiras cada vez menos definidas. Os objetos científicos da ciência pós-moderna são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais que as relações entre eles (SANTOS, 2003).

Paralelamente, também ao final do séc. XX o domínio patrimonial começa a reconhecer além dos bem imóveis isolados de valor excepcional, os aglomerados de edificações e a malha urbana. E, juntamente com ampliação dos estudos sobre a história das cidades, começa-se a considerar como patrimônio histórico, também os sítios¹¹, e a vincular os aspectos culturais com os aspectos do meio natural que o serve de suporte. E para resguardar os contextos que se traduzem na relação entre o homem e a natureza, cria-se a categoria da paisagem cultural.

As paisagens culturais, desenvolvida pela UNESCO desde o início dos anos dividem-se em três categorias principais: (i) A mais fácil de identificar é a paisagem claramente definida, intencionalmente concebida e criada pelo homem, e que engloba as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos. (ii) A segunda categoria é a paisagem essencialmente evolutiva. Resulta de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias: uma *paisagem relíquia (ou fóssil)* é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num

11 Sítios: obras do homem ou obras combinadas do homem e da natureza, assim como as zonas, inclusive sítios arqueológicos.

dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis; uma *paisagem viva* é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo. (iii) A última categoria compreende a paisagem cultural associativa. A inscrição destas paisagens na Lista do Patrimônio Mundial justifica-se pela força da associação a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

Diante das categorias estabelecidas pela UNESCO, percebemos que umas das premissas para a aplicação do conceito de Paisagem Cultural é a busca pela preservação da diversidade e riqueza dos cenários, urbanos e rurais, tendo em vista que os processos de massificação da vida e das paisagens têm colocado em risco e mesmo provocado o desaparecimento de contextos de vida e tradições culturais que, a rigor, não deveriam ser perdidas, sob pena do empobrecimento do próprio espírito e da ciência humana. Em tempos de “globalização” e pasteurização das culturas, é saudável que possamos resguardar e valorizar contextos de vida singulares, que se traduzam na relação harmônica do homem com a natureza e, conseqüentemente, em maior qualidade de vida.

Porém, à medida que se amplia o conceito do patrimônio e cria-se a categoria de paisagem cultural, amplia-se a complexidade da gestão, que é desafiada a propor estratégias integradas, capazes de combinar os diversos aspectos da paisagem na conservação. Diante desse desafio, na tentativa de proteção da nova categoria de paisagem do patrimônio cultural brasileiro, em 2009, cria-se a chancela da paisagem cultural brasileira, a qual figura como instrumento de preservação do patrimônio cultural, inserida num contexto de ampliação da ação do IPHAN no território nacional.

Neste ponto, importa ressaltar que a chancela não é um instrumento de proteção, tal como o tombamento. Sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação. Se for o caso, a chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras

formas de proteção, incluindo os mecanismos disponíveis em outras esferas, como por exemplo: instrumentos de proteção ambiental, de planejamento urbano, de fomento e outros. Tal entendimento encontra respaldo nos artigos 2º (da finalidade) e 3º (da eficácia) da Portaria 127/2009:

“Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.”

“Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.” (BRASIL, 2009, p.3)

Na chancela, constitui-se paisagem cultural brasileira: *“uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”*.

No momento atual, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira figura como novidade no rol dos instrumentos de preservação, partindo-se da constatação de que era necessário trabalhar a preservação do patrimônio a partir de uma nova abordagem, buscando atuar sobre os aspectos dinâmicos que estão implicados na relação entre natureza e cultura, cujo resultado se evidencia através de manifestações materiais e imateriais e sobre as quais não basta a aplicação de um instrumento apenas, mas onde, para se obter sucesso, é preciso o estabelecimento de um pacto. Desta forma, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve funcionar muito mais como um instrumento catalisador de um processo planejado e integrado de proteção e gestão territorial do que propriamente de um novo instrumento de proteção.

Assim, para que possam ser estabelecidas ações de planejamento, ordenamento territorial, gestão e fomento da porção do território a ser chancelada e das práticas culturais que a particularizam como paisagem cultural, a chancela toma como premissa do “pacto de gestão”.

“Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a

sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida”. (BRASIL, 2009, p.3)

Essa condição pode ser vista como uma nova estratégia para que a chancela não resulte em mera declaração ou título e possa integrar-se no rol de instrumentos de preservação.

3 SETE LAGOAS E A SERRA SANTA HELENA

O município de Sete Lagoas está situado a 70 km de Belo Horizonte, na Zona Metalúrgica, fazendo parte da Microrregião 181, Calcários de Sete Lagoas, formada por 17 municípios. Constitui o portal de entrada para o Centro Oeste Mineiro, zona de transição para os cerrados de Minas Gerais.

No período 1991-2000, a população total de Sete Lagoas registrou uma taxa média de crescimento anual de 2,92%, passando de 144.014, em 1991, para 184.871 em 2000. Já em 2010 a população total é de 214.071¹². Ou seja, no período de 20 anos a população aumentou quase 50%.

A área do município é de 539,55 km², sendo 70% do relevo plano e os outros 20% do terreno ondulado e o restante é área montanhosa.¹³ A área plana contém grande parte do núcleo urbano, nela estão localizadas as Sete Lagoas que denominam a cidade: Lagoa paulino, Lagoa José Félix, Lagoa Boa Vista, Lagoa do Matadouro (ou Vapabuçu), Lagoa do Cercadinho, Lagoa da Chácara, lagoa da Catarina. Consideradas bens de relevante interesse cultural as Lagoas são tombadas pelo município de Sete Lagoas.

Já na área montanhosa, ao noroeste do município, cerca de 7 quilômetros da área central da sede está localizada a Serra Santa Helena, que possui a altitude variando de 800 a 1.076 metros, com várias áreas de vertentes ravinadas e vales encaixados e com algumas áreas de baixada. Apesar de estar localizada em região típica do cerrado, a Serra de Santa Helena possui, em seu interior, um fragmento remanescente de floresta estacional semidecidual, muito denso, de porte muito desenvolvido e muito bem conservado¹⁴. Os remanescentes da vegetação natural ainda existente constituem refúgios para várias espécies de animais. Essa situação é reforçada pelo fato desses remanescentes encontrarem-se ilhados, em meio a uma região bastante antropizada.

12 FONTE: IBGE – 2005 e 2010.

13 PLANO DIRETOR DE SETE LAGOAS, In: Leitura Técnica Preliminar, 2006.

14 PROJETO DE LEI, Área de Proteção Ambiental, APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG. [Sete Lagoas]: [Prefeitura], 2007. Material não publicado fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas.

A Serra Santa Helena é uma região de “cabeceira de água”, uma importante zona de recarga de aquíferos que abriga um número muito grande de nascentes que vão formar vários córregos e ribeirões, contribuintes de duas bacias hidrográficas formadoras da bacia do Rio São Francisco, que são as bacias do Rio das Velhas e a bacia do Rio Paraopeba.¹⁵

Na Serra de Santa Helena ocorrem também, as chamadas rochas argilosas e carbonáticas. A partir das formações cársticas de relevo desenvolvem-se feições com cavidades subterrâneas naturais, as grutas, que são facilmente encontradas no município. As principais grutas da Serra são a Gruta da Passagem, a Gruta da Cascata I, a Gruta da Cascata II e a Gruta da Lapa do Boi¹⁶.

Além dos atributos naturais que a torna um ponto turístico, a Serra é um lugar bastante presente no cotidiano dos moradores, que a utilizam como espaço de lazer e encontros, principalmente nos finais de semana. E por fazer parte desse cotidiano desenvolveu a sua importância histórica no município e em algumas cidades vizinhas.

A Capela de Santa Helena construída em 1852 no topo da Serra transformou-se em ponto de visitação, peregrinações e orações. Da área ao seu redor, em razão de sua altitude e localização, obtém-se a mais bela vista panorâmica da cidade de Sete Lagoas, das lagoas, vales, serras e cidades do seu entorno. E essa visão permite às pessoas associarem o desenho da malha urbana ao imaginário geográfico

O Parque da Cascata é uma área de visitação e lazer com funcionamento diário, localizada no interior da Serra. A maioria do Parque é composta por remanescente de floresta estacional semidecidual, parte dessa floresta é irrigada por um curso d'água e uma grande represa. Às margens da represa existe uma pequena estrutura com quiosques e trilhas no interior da floresta. Uma dessas trilhas dá acesso a um mirante que possibilita a visão de uma cascata que possui uma queda de 35 metros de altura.

15 PLANO DIRETOR DE SETE LAGOAS, In: Leitura Técnica Preliminar, 2006.

16 PROJETO DE LEI, Área de Proteção Ambiental, APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG. [Sete Lagoas]: [Prefeitura], 2007. Material não publicado fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas.

As principais atividades econômicas na área da Serra de Santa Helena são tipicamente rurais, compreendendo a pecuária e a agricultura de subsistência. O extrativismo vegetal ocorre, em pequena escala, com a extração do pequi e plantas medicinais.

De acordo com o Memorial Descritivo do Projeto de Lei da APA¹⁷ da Serra Santa Helena, realizado pela EMATER-MG em 2007, existem dentro do perímetro da Serra Santa Helena, áreas sob concessão para pesquisa de recursos minerais e áreas onde ocorre exploração minerária. No seu entorno existem ainda áreas onde ocorre exploração mineral de calcário.

A atividades de lazer desenvolvidas na Serra concentram-se principalmente no Parque da Cascata e no entorno da Capela, entre estas atividades destacam-se a prática de rapel, caminhadas, ciclismo, cavalgadas, camping, trail, rally, MotoCross e paraplanagem.

Quanto às atividades sociais desenvolvidas na área da Serra a de maior destaque é a Festa de Santa Helena, também conhecida como Festa da Serra. A já tradicional e centenária, a festa inicia-se com a procissão da bandeira de Santa Helena que parte do centro da cidade e sobe a serra até a capela. Esse ritual de fé e festividade tem uma forte relação com grande devoção à santa e com as tradicionais manifestações das guardas de congo do município e região. Por isso é um dos principais patrimônios imateriais dos setelagoanos. Além disso, durante todo o ano, não apenas no ciclo festivo, inúmeros fiéis sobem a Serra para devotarem homenagens e orações à Santa Helena.¹⁸

Observa-se então que a Serra é guardiã de valores e significados resultantes da relação que as pessoas têm com o espaço e a natureza, e a manutenção desta característica é fundamental para preservação do patrimônio cultural do município.

17 PROJETO DE LEI, Área de Proteção Ambiental, APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG. [Sete Lagoas]: [Prefeitura], 2007. Material não publicado fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas.

18 GARONE, Taís Diniz. Uma poética da mediação: história, mito e ritual no congado setelagoano – MG. 2008. 210 f. Dissertação (Obtenção de Título de Mestre em Antropologia Social) - PPGAS/ DAN/ ICS/ UNB. Brasília, 2008.

4 A CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO

Diante da proposta de investigação sobre os atributos desenvolvidos no objeto cultural, para que sejam identificados e discutidos no universo da Paisagem Cultural, propomos a construção de um inventário da Serra Santa Helena, como um instrumento de pesquisa, preservação e caracterização.

Escolhemos o inventário como o instrumento por ser capaz de apresentar análises técnicas e estéticas associadas às características construtivas, naturais e culturais. Por possibilitar agregar dados de levantamento bibliográfico, histórico e de entrevistas com pessoas da comunidade local. E também por ser instituído como um instrumento de preservação do bem inventariado.

Lembramos que durante a pesquisa destacamos a especificidade do estudo de caso, onde os aspectos observados na paisagem cultural da Serra Santa Helena são na maioria os aspectos relevantes para caracterizá-la como paisagem cultural.

4.1 Os caminhos trilhados na construção do inventário

Para a construção do Inventário da Serra Santa Helena, pesquisamos sobre o conceito de Paisagem Cultural, como ele foi construído ao longo da história, principalmente na Geografia. Pesquisamos também sobre a relação do conceito na preservação do patrimônio cultural em 2010.

Após a revisão bibliográfica sobre o conceito, buscamos conhecer os inventários já produzidos em órgãos de preservação para algumas paisagens reconhecidas por eles como paisagens culturais¹⁹. Pesquisamos também, inventários de sítios, do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

19 Convención Mundial sobre el Patrimonio Cultural y Natural. UNESCO, Paris 1972. .Ferro Sergio. Fundamentos para elaborar el inventario de Paisajes Culturales y Jardines y Sitios Históricos en la Región de Centroamérica y el Caribe. Facultad de Arquitectura. ISPJAE, La Habana 1999.

UNESCO. Documento Conceptual. Reunión de expertos sobre Paisajes Culturales en El Caribe: estrategias de identificación y salvaguardia. Santiago de Cuba, 2005.

A partir desse material, construímos um roteiro com a listagem dos principais aspectos da paisagem, os quais seriam investigados e registrados no nosso inventário. Observamos, porém, que os inventários já produzidos não consideravam os aspectos simbólicos de maneira explícita. E para cumprir o nosso objetivo de investigação e interpretação da paisagem cultural, seria necessário explicitar neste inventário, não só as propriedades da paisagem natural, mas como também a os significados a ela atribuídos. Assim, introduzimos à nossa proposta de inventário, o item: *Importância Histórica e Simbólica*. Neste item, procuramos apresentar e relacionar os sistemas de significados presentes no cotidiano das pessoas que vivenciavam esta paisagem.

Outro aspecto que agregamos ao inventário foi o aspecto da percepção visual da paisagem. Observamos que Sete Lagoas possui uma estrutura paisagística associada ao imaginário coletivo. As lagoas são elementos marcantes dentro do contexto urbano, principalmente no cotidiano de quem vivencia a cidade. O próprio nome, *Sete Lagoas*, indica a estreita relação entre o meio físico e a identidade do lugar. Essa estrutura paisagística pode ser contemplada do alto da Serra, assim como das margens das lagoas, a Serra é vista como um ponto de referência. E de maneira mais contemplativa, na silueta da Serra as pessoas visualizam o pôr do sol.

4.2 Aspectos físicos e naturais no inventário da Serra Santa Helena

Para o desenvolvimento dos aspectos físicos e naturais da paisagem, dentro do inventário, no primeiro momento, foi realizado um levantamento de dados sobre a Serra Santa Helena, de variadas fontes, com o intuito de recolher informações prévias sobre o estudo de caso. Este levantamento foi realizado de duas maneiras: por meio da pesquisa bibliográfica e por meio da pesquisa documental. Na pesquisa bibliográfica foram abordados alguns trabalhos desenvolvidos sobre a Serra Santa Helena e o Município de Sete Lagoas, os quais foram capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados à paisagem cultural em questão. Já na pesquisa

documental pesquisamos principalmente a legislação municipal²⁰, com objetivo de compreender a gestão do patrimônio e as suas possibilidades.

4.3 Aspectos simbólicos no inventário da Serra Santa Helena

Para o desenvolvimento dos aspectos simbólicos da paisagem, dentro do inventário, foi necessário aprofundar sobre o conceito de paisagem cultural, considerando a princípio a percepção das pessoas com relação ao lugar e a identificação dos símbolos presentes. Considerando sempre o objetivo de investigação sobre o imaginário coletivo com relação ao lugar.

Buscamos referências no texto de TUAN (1980), que desenvolveu a teoria sobre a percepção da paisagem, destacando o valor afetivo atribuído a paisagem e criando o termo *topofilia*, como sendo o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico:

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos como meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente material pode ser basicamente estética: em seguida, pode virar um efêmero prazer que se tem de uma vista até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 1980, p.15)²¹

Assim, Tuan destaca os três aspectos principais formadores da topofilia: percepção, atitude e valores. Neste sentido, o autor abre novas possibilidades para a geografia intitulada na época como geografia humanística, a qual trabalha com o conhecimento subjetivo e objetivo, com a perspectiva individual e coletiva e com as

²¹ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.**

São Paulo: Difel, 1980.

facetas, temporal e espacial da experiência. Algumas pesquisas centraram-se no sentido do lugar e inúmeros esclarecimentos já foram alcançados sobre os fundamentos orgânicos, cognitivos, afetivos e simbólicos da identificação com o lugar. Tomamos como exemplo o trabalho de Luci Marion MACHADO (1999), aplicada na Serra do Mar, que trata a paisagem da serra paulista como a paisagem valorizada por meio das diferentes percepções entre dois grupos distintos. Este trabalho contribuiu para o desenvolvimento da metodologia de investigação da nossa pesquisa, na Serra Santa Helena.

Baseada no conceito de topofilia, MACHADO (1999) procura ilustrar duas maneiras de experienciar a Serra do Mar, discutindo de forma os moradores e estudiosos respondem perceptivamente a esse meio ambiente destacando algumas das descrições obtidas por meio da aplicação de entrevistas.

Assim, baseados nos temas e nas perguntas das entrevistas deste trabalho e após a identificação de diferentes grupos de usuários, desenvolvemos a estrutura das nossas entrevistas, que seriam aplicadas em campo. As perguntas estavam sempre relacionadas a alguma característica da percepção.

Para identificarmos qual o grupo pertencia o entrevistado, iniciávamos com os dados sobre a idade, sexo, origem, profissão, a frequência com que utilizava o espaço e as atividades que praticava nele.

Após a identificação do entrevistado, investigávamos sobre a questão da **identidade**: *O que é a Serra de Santa Helena para você?* As questões de **afetividade** e **significado**: *Qual o significado da Serra Santa Helena para você e para os moradores de Sete Lagoas?* A questão da **fisionomia**: *Como a serra é vista pelas pessoas?* As questões de **proteção, responsabilidade e conservação**: *Como cuidar da Serra Santa Helena?* O **valor histórico**: *Você quer que os seus filhos, ou netos, conheçam a Serra como ela é hoje? Você acha que a Serra deve ser um parque histórico-ecológico?* O **valor utilitário**: *O turismo deve ser desenvolvido aqui? Por quê? De quais outras maneiras as pessoas devem utilizar a serra?* A questão da **delimitação espacial**: *Até onde vai a Serra Santa Helena?* Os **mapas mentais**: *Desenhe a serra.*

Além das entrevistas, para coleta de dados utilizamos também a pesquisa de campo com a metodologia de observação sistemática e leitura de fontes secundárias, tais como recortes de jornais e entrevistas antigas realizadas por historiadores. À medida que foram sendo levantadas as informações o texto sobre os aspectos simbólicos foi sendo construído.

Para além das questões afetivas das pessoas com o lugar, consideramos o texto de COSGROVE (1984), que interpreta paisagem sob o ponto de vista da identificação dos símbolos presentes no lugar, os quais reproduzem normas culturais e estabelecem valores de grupos dominantes. COSGROVE (1984) aponta para uma metodologia de leitura da paisagem simbólica, por meio do trabalho de campo e a elaboração e a interpretação dos mapas na busca por fontes que possam nos informar os significados contidos na paisagem, para o que a fizeram, a alteraram, a mantiveram, a visitaram e assim por diante. O autor sugere que o pesquisador decodifique a paisagem, comparando a paisagem como um texto cultural. Ele ressalta ainda que a paisagem, como todo texto, tem muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas.

Diante das múltiplas possibilidades de leitura, para direcionar o nosso olhar sobre a paisagem da Serra Santa Helena, foi necessário definir o objetivo principal da nossa leitura. Considerando a paisagem cultural definida nos órgãos de preservação cultural, estabelecemos alguns princípios prévios, mesmo que estes não fossem determinantes, no caso de considerarmos alguns elementos exclusivos da observação da paisagem cultural da Serra Santa Helena.

Assim, seguindo as considerações do Ribeiro:

A categoria de paisagem cultural hoje mostra uma riqueza e variedade de possibilidades de abordagem. É possível, no entanto, apontar alguns aspectos que devem balizar qualquer abordagem sobre paisagem como um bem patrimonial. Se quisermos utilizar essa categoria, devemos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitando o erro de percebê-la com entorno o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham o seu valor mais exaltado. Isso significa que a sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nelas existam. A grande vantagem de da categoria de paisagem cultural reside mesmo no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação

do patrimônio no Brasil e no mundo trabalham historicamente de maneiras apartadas. É na possibilidade de valorização da integração entre o material e o imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside na riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse aspecto que merece ser valorizado. (RIBEIRO, 2007, p.54).

Diante disso, definimos como eixo principal de abordagem, para a construção do nosso inventário, o levantamento dos elementos que no possibilitam perceber a integração entre o material e o imaterial, o cultural e o natural.

Reunindo as informações das entrevistas realizadas, com as informações de textos e publicações sobre a Serra Santa Helena, principalmente em artigos de jornais antigos, junto com a proposta de COSGROVE (1984), de identificar os símbolos presentes no lugar através da observação quanto às atitudes das pessoas sobre os limites impostos no lugar, desenvolveu-se o item: *Importância Histórica e Simbólica*.

4.4 A Organização dos dados na ficha do inventário da Paisagem Cultural

No inventário, organizamos os dados em quatro grandes blocos. O primeiro diz respeito à inserção da paisagem dentro do contexto geral de localização territorial e reconhecimento patrimonial das instituições responsáveis pela preservação; no segundo bloco, destacamos os aspectos físicos do sítio; no terceiro, os aspectos simbólicos; e por último a gestão do patrimônio.

Apesar dessa divisão, alguns dados representam a fusão desses blocos, na primeira proposta do inventário os dados foram organizados da seguinte forma:

1. Localização

- 1.1. *Denominação da paisagem*
- 1.2. *Município*
- 1.3. *Estado*
- 1.4. *País*
- 1.5. *Posição geográfica*
- 1.6. *Altitude.*

2. Mapa (Brasil, MG, Sete Lagoas, Serra Santa Helena)

3. Referências culturais

- 3.1. *Bens tombados e ou inventariados no sítio*
- 3.2. *Bens tombados e ou inventariados no entorno*

4. Descrição do sítio

- 4.1. *Condições ambientais (temperatura, clima, umidade, exposição solar, ventos dominantes, etc.)*
- 4.2. *Características ecogeográficas:*
 - 4.2.1. *Solo*
 - 4.2.2. *Fauna*
 - 4.2.3. *Flora*
 - 4.2.4. *Topografia*
 - 4.2.5. *Geologia*
 - 4.2.6. *Hidrografia*
 - 4.2.7. *Ecossistema*

5. Descrição do entorno

- 5.1. *Natural*
- 5.2. *Urbano*
- 5.3. *Industrial*

6. Importância Histórica

- 6.1. *História de Sete Lagoas*
- 6.2. *História da Serra Santa Helena*
- 6.3. *História natural*

7. População

- 7.1. *Descrição dos grupos*
- 7.2. *Descrição das principais atividades econômicas e sociais*

8. Importância Afetiva e Sensitiva

- 8.1. *Percepção da paisagem*
- 8.2. *Apropriação do espaço*
- 8.3. *A paisagem no imaginário*
- 8.4. *Valores atribuídos à paisagem*
- 8.5. *Os símbolos instituídos x os símbolos percebidos*
- 8.6. *A religiosidade das pessoas com o lugar.*

9. Elementos Patrimoniais Existentes

- 9.1. *Bens Móveis (Santa)*
- 9.2. *Bens Imóveis (Sino, cruzeiro)*
- 9.3. *Bens Imateriais (Festa, Procissão)*
- 9.4. *Elementos Naturais de Interesse Cultural (Parque da Cascata)*

10. Gestão

10.1. *Estado de conservação*

10.2. *Titularidade*

10.3. *Proteção Jurídica*

10.1.1.1. *Proteção do sítio*

10.1.1.2. *Proteção do entorno*

10.4. *Ações de Preservação*

11. Anexos

12. Bibliografia

Porém, em um segundo momento da pesquisa percebeu-se que a estrutura apresentada acima não era capaz de caracterizar a paisagem como paisagem cultural, uma vez que para caracterizar uma paisagem cultural é importante identificar e relacionar os sistemas de significados presentes no cotidiano das pessoas que vivenciam o lugar. Pois, um dos maiores desafios da atualidade, na questão do patrimônio cultural, é saber identificar as paisagens culturais que povoam a memória coletiva, como uma maneira de alcançar o equilíbrio entre o que deva ser preservado e o que poderá ser substituído pela dinâmica das cidades.²²

Diante dessa perspectiva, de caracterizar a Paisagem Cultural da Serra no inventário, foi necessário desconstruir parte da sistemática que trata o inventário como um fichário de dados coletados e apresentados por temas, o qual não seria capaz de relacionar as características da paisagem.

Na primeira tentativa propôs-se incluir no inventario alguns pontos de vista de observadores e moradores da Serra, no item *Importância Afetiva e Sensitiva*, no qual seriam sistematizadas informações de 25 entrevistas atuais, 5 entrevistas sobre a Serra, realizadas em 1998 e recortes de jornais e revistas, antigos e atuais que trazem referências sobre a percepção das pessoas em relação ao lugar e registros dos próprios pesquisadores nas vistas a campo.

Porém, no segundo momento a pesquisa constatou que o modelo de inventário proposto organizava os dados de maneira sistemática impossibilitando inter-

²² CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2002

relacionar os diversos sistemas de significados fundamentais à caracterização sobre a paisagem cultural da Serra Santa Helena. Diante dessa constatação o inventário reuniu os dados históricos e simbólicos em uma narrativa sobre a Paisagem Cultural da Serra Santa Helena, reunindo os diversos fatores, antes separados por subtítulos. Nesta narrativa as informações foram sendo apresentadas com certa coerência cronológica. Assim, os pontos de vistas dos moradores em relação à paisagem foram sendo revelados, e a mediada em que a importância da serra era destacada nas experiências cotidianas da população apresentava-se as dinâmicas e as pressões naturais e antrópicas que modificam essa paisagem.

Assim, na proposta definitiva do inventário os dados foram organizados da seguinte forma:

13. Localização

13.1. *Denominação da paisagem*

13.2. *Município*

13.3. *Estado*

13.4. *País*

13.5. *Posição geográfica*

13.6. *Altitude.*

14. Mapa (Brasil, MG, Sete Lagoas, Serra Santa Helena)

15. Referências culturais

15.1. *Bens tombados e ou inventariados no sítio*

15.2. *Bens tombados e ou inventariados no entorno*

16. Descrição do sítio

16.1. *Condições ambientais (temperatura, clima, umidade, exposição solar, ventos dominantes, etc.)*

16.2. *Características ecogeográficas:*

16.2.1. *Solo*

16.2.2. *Fauna*

16.2.3. *Flora*

16.2.4. *Topografia*

16.2.5. *Geologia*

16.2.6. *Hidrografia*

16.2.7. *Ecossistema*

17. Descrição do entorno

17.1. *Natural*

- 17.2. *Urbano*
- 17.3. *Industrial*

18. Importância Histórica e Simbólica

19. Elementos Patrimoniais Existentes

- 19.1. *Bens Móveis (Santa)*
- 19.2. *Bens Imóveis (Sino, cruzeiro)*
- 19.3. *Bens Imateriais (Festa, Procissão)*
- 19.4. *Elementos Naturais de Interesse Cultural (Parque da Cascata)*

20. Gestão

- 20.1. *Estado de conservação*
- 20.2. *Titularidade*
- 20.3. *Proteção Jurídica*
 - 20.3.1.1. *Proteção do sítio*
 - 20.3.1.2. *Proteção do entorno*
- 20.4. *Ações de Preservação*

21. Anexos

22. Bibliografia

5 INVENTÁRIO DA PAISAGEM CULTURAL DA SERRA SANTA HELENA

5.1 Localização

- Denominação da paisagem: Serra Santa Helena
- Município: Sete Lagoas
- Estado: Minas Gerais
- País: Brasil
- Posição geográfica: Latitude -19 26', Longitude - 44 16'; Utm – Córrego Alegre 575892 E, 7850738 N.
- Altitude: Varia entre 750m E 1.076m.

5.2 Mapas (Brasil, MG, Sete Lagoas, Serra Santa Helena)

Figura 1 - Localização do Estado de Minas Gerais em relação ao Brasil



Figura 2 – Localização do município de Sete Lagoas em relação ao estado de Minas Gerais

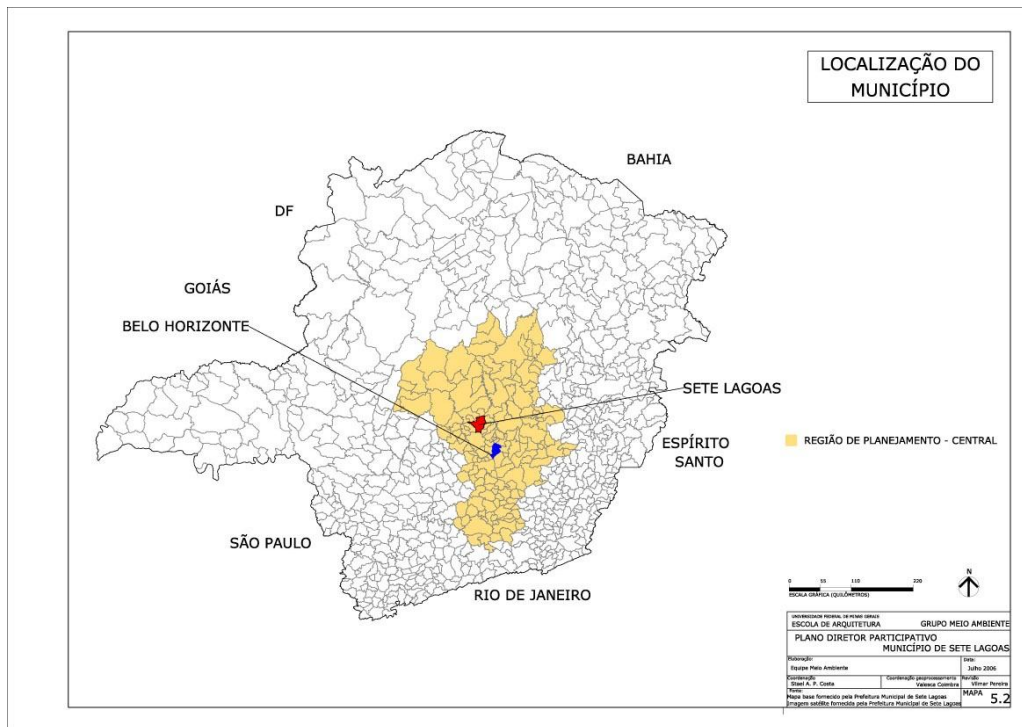
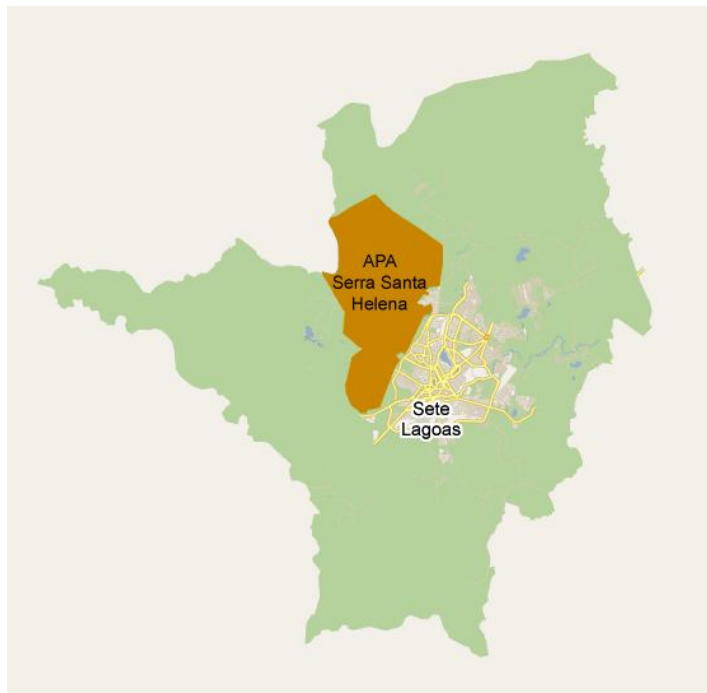


Figura 3 – Localização da APA Santa Helena em relação ao município de Sete Lagoas



6 REFERÊNCIAS CULTURAIS

- Bens inventariados no sítio: Capela de Santa Helena, Festa de Santa Helena e Vinháticos do Parque Da Cascata.
- Bens inventariados no entorno: não há bens inventariados no entorno imediato da serra.

6.1 Descrição do sítio

6.1.1 Condições ambientais (temperatura, clima, umidade, exposição solar, ventos dominantes, etc.)

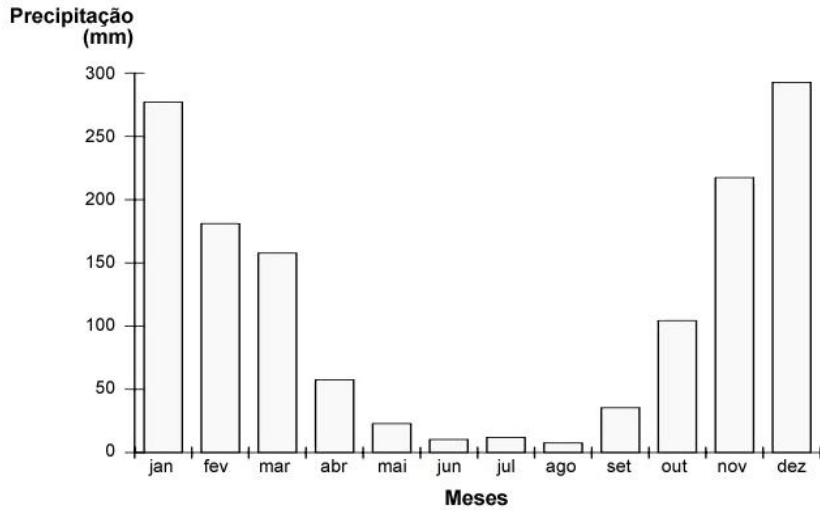
De acordo com a leitura técnica do Plano Diretor Participativo de Sete Lagoas, realizada em setembro de 2006²³, o clima na Serra de Santa Helena é temperado de inverno suave, com temperatura média do mês mais frio abaixo de 18 °C e do mês mais quente acima de 22 °C (Cwa). As amplitudes térmicas mensais variam de cerca de 11 °C (no verão) a 14 °C (no inverno). A umidade relativa média normal anual é de 70,5%, ocorrendo baixos valores médios mensais (em torno de 60%) na transição do inverno para a primavera. A média normal anual de precipitação total é de 1328,7 mm, sendo janeiro o mês mais chuvoso (289,0 mm) e agosto o mais seco (10,1 mm). A média normal anual de insolação total é de 1703,5 horas, sendo agosto o mês mais ensolarado (277,6 h, cerca de 9,3 horas diárias de sol) e dezembro o que apresenta a mais baixa insolação (169,7 horas, cerca de 5,7 horas diárias de sol).

A precipitação média anual enquadra-se entre 1100 e 1450 mm, sendo a temperatura média anual de 22,9° C, variando entre as máximas de 28,0°C e mínimas de 15,2° C.

23 PLANO DIRETOR DE SETE LAGOAS. In: Leitura Técnica Preliminar, Diagnóstico Municipal de Sete Lagoas, 2006.

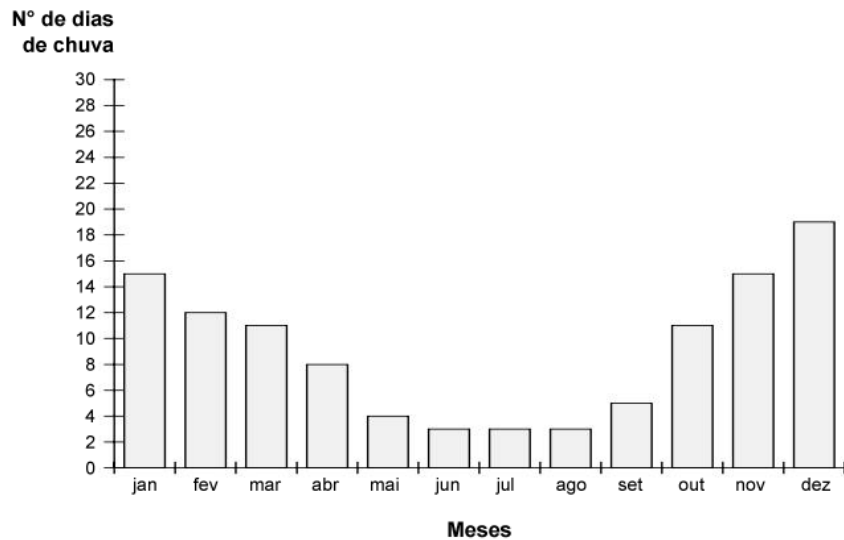
Os ventos dominantes no local são de baixa velocidade, com médias mensais que variam entre 1.1 e 1.9 m/s. A direção predominante é leste durante a maior parte do ano, com exceção apenas no mês de dezembro (norte). A direção secundária varia muito entre o norte, sul e sudeste.

Gráfico 4 – Gráfico de distribuição da precipitação média mensal



Fonte: Relatório Técnico do Plano Diretor, 2006, p. 99.

Gráfico 5: Gráfico de distribuição da frequência dos dias de chuva durante o ano.



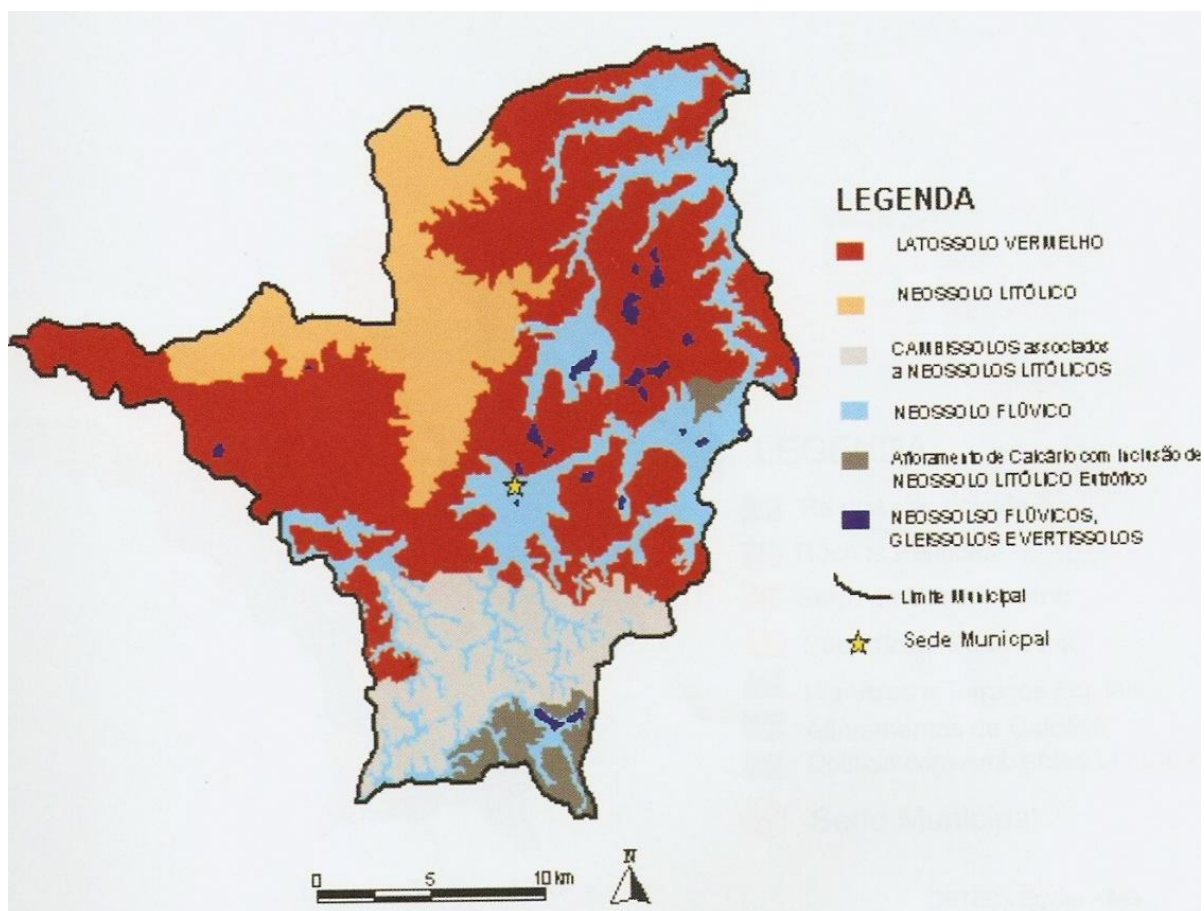
Fonte: Relatório Técnico do Plano Diretor, 2006, p. 100.

6.1.2 Características ecogeográficas

- Solo

Segundo a Caracterização de Ecossistemas de Sete Lagoas realizada pelo EMATER-MG, em 2007, na Serra Santa Helena são encontrados os seguintes tipos de solos: Cambissolos; Neossolos; Litólicos de textura argilosa; Latossolos vermelho escuro de textura argilosa; Latossolos vermelho-amarelo e Neossolos Flúvicos, genericamente solos aluviais, nas zonas rebaixadas constituídas pelas planícies e terraços fluviais.

Figura 6 - Mapa de solos.



Fonte: Caracterização de Ecossistemas de Sete Lagoas realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG, 2007, p. 45 – Anexo IV.

- Fauna

De acordo com o Memorial Descritivo realizado para a proposta da APA da Serra de Santa Helena²⁴, realizado em 2007 pela EMATER-MG, os remanescentes da vegetação natural ainda existente na APA Serra de Santa Helena constituem refúgios para várias espécies de animais. Essa situação é reforçada pelo fato desses remanescentes encontrarem-se ilhados, em meio a uma região bastante antropizada.

1. Mastofauna: Na Serra de Santa Helena, encontra-se as seguintes espécies: *Agouti paca* (paca); *Callithrix penicillata* (mico estrela); *Chrysocyon brachyurus* (lobo guará); *Dasyopus sp* (tatu peba); *Dasyopus novemcinctus* (tatu galinha); *Didelphis sp.* (garnbá); *Dusicyon vetulus* (raposa); *Hydrochoeirus hydrochaeris* (capivara); *Leopardus pardalis* (jaguatirica); *Leopardustigrinus* (gato do mato); *Lontra longicaudis* (lontra); *Ozotoceros bezoarticus* (veado campeiro); *Sylvilagus brasiliensis* (coelho do mato); *Silvilagus brasiliensis* (lebre). Há também várias espécies da ordem Rodentia (ratos) e Chiroptera (morcegos).

2. Avifauna: Dentre as espécies encontradas na Serra Santa Helena estão: *Aramides sp.* (saracura); *Aratinga leucophthalmus* (maritaca); *Cariama cristata* (seriema); *Colaptes campestri* (picapau); *Columbina talpacoti* (rolinha caldo de feijão); *Coragyps atratus* (urubu); *Crotophaga ani* (anu preto); *Eupetomena macroura* (beija flor tesoura); *Furnarius rufus* (joão de barro); *Gnorimopsar chopi* (pássaro preto); *Guira guira* (anu branco); *Leptotila rufaxilla* (juriti gemedeira); *Leucopternis polionota* (gavião pombo); *Milvago chimachima* (gavião carrapateiro); *Pitangus sulphuratus* (bem te vi); *Ramphastos toco* (tucanu açu); *Scardafella squammata* (fogo apagou); *Sicalis flaveola* (canário chapinha); *Speotyto cunilaria* (coruja); *Turdus sp.* (sabiá); *Volatinia jacarina* (tisiu); *Zonotrichia capensis* (tico-tico).

3. Herpetofauna: Podem-se citar as seguintes espécies: *Ameiva ameiva* (calango verde); *Boa constrictor* (cobra jibóia); *Bothrops jararaca* (cobra jararaca); *Bufo crucifer* (sapo bufo); *Cnemidophorus sp* (lagarto cinza); *Crotalus durissus* (cobra

²⁴ PROJETO DE LEI, Área de Proteção Ambiental, APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG. [Sete Lagoas]: [Prefeitura], 2007. Material não publicado fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas.

cascavel); *Helicups sp* (cobra água); *Hyla sp* (perereca); *Leptodactylus sp* (rã); *Mastigodrias bifidatus* (cobra jaracuçu); *Micrurus frontalis* (cobra coral); *Phyllodrias sp* (cobra verde); *Platemis sp* (cágado); *Tupinambis teguixin* (teiú).

4. Ictiofauna: Ocorrem as espécies listadas a seguir: *Hoplias malabaricus* (traíra); *Synbrachus marmoratus* (mussum); *Leporinus fasciatus* (bagre); *Astyanax taeniatus* (piaba).

5. Fauna cavernícola: De forma geral, as espécies encontradas em diferentes cavernas do município são basicamente as mesmas. Algumas espécies de morcegos, como os hematófagos *Desmodus rotundus*, que vivem em colônias geralmente pequenas; grilos (esbranquiçados e em grande número); aranhas (diversificadas); mariposas (principalmente nas entradas das cavernas); mosquitos, besouros e baratas (geralmente encontrados sobre o guano), dentre outros guanófilos; escorpiões, lacraias e centopéias (facilmente encontrados sob blocos abatidos); além de bactérias, protozoários e fungos (comuns em ambientes cavernícolas); entre outras. Em visitas às cavernas da região, foi possível observar uma diferenciação maior entre espécies de uma caverna para outra, através das distintas condições de umidade e por possuir drenagem subterrânea ou não. Sobretudo, cavernas como Gruta Cascata I e Gruta Cascata II, por serem drenadas, possuem uma fauna mais diversificada, como peixes, bagres despigmentados e especializados ao meio cavernícola. Nestas grutas de maior umidade, verificam-se constantemente em suas “bocas”, animais do ambiente externo, como alguns anfíbios (rãs e pererecas). Já na entrada de cavernas secas da região, pode-se observar uma grande quantidade de ninhos de pássaros, como os de corujas, papagaios, maritacas e periquitos.

- Flora

Segundo dados retirados do documento de Zoneamento da APA da Serra de Santa Helena, conseguido na Prefeitura de Sete Lagoas²⁵, a área do município de Sete Lagoas está inserida no bioma do Cerrado, que constitui as unidades florísticas mais

²⁵ PROJETO DE LEI, **Área de Proteção Ambiental, APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG**. [Sete Lagoas]: [Prefeitura], 2007. Material não publicado fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas.

abrangentes na APA da Serra de Santa Helena. Contudo, sua localização no limite oeste deste, próximo ao Domínio Tropical Atlântico, promove intenso fluxo de elementos florísticos entre ambos os sistemas.

Assim, podemos dizer que na APA da Serra de Santa Helena há também os ambientes florestais constituídos pelas florestas estacionais semidecíduais (subcaducifólias) e decíduais (caducifólias), montanas e matas de galeria (IBGE, 1992). Sobre o sistema florestal, nas informações contidas no Zoneamento do ano 2000 consta que as florestas remanescentes, que ocorrem na área, apresentam-se bem conservadas. Na vertente ocidental da Serra Santa Helena, ocorrem as manchas florestais mais extensas, predominando as florestas estacionais semidecíduais e decíduais montanas, de acordo com IBGE (1992). O conceito ecológico deste tipo de vegetação está condicionado pela dupla estacionalidade climática, uma tropical com época de intensas chuvas de verão, seguida por estiagem acentuada, e outra subtropical sem período seco, mas com seca fisiológica. Nas florestas estacionais semidecíduais o percentual de árvores caducifólias, no conjunto florestal, situa-se entre 20 e 50 % e, naquelas decíduais, mais de 50%. No entanto, pode ser observado que as duas fisionomias estudadas ocorrem num contínuo, sendo condicionadas pelo fator edáfico. As florestas estacionais decíduais têm sua ocorrência restrita aos afloramentos cársticos, estando bastante evidente no período seco do ano.

No flanco oriental da Serra Santa Helena predominam as florestas de galeria, que ocorrem de forma estreita ao longo dos cursos d'água, com os mesmos componentes florísticos das florestas estacionais semidecíduais, porém, com menor proporção daqueles elementos caducifólios. Além destes, há ocorrência ainda de sistemas secundários, resultantes do desenvolvimento das atividades agropecuárias.

As fisionomias de campo limpo e campo cerrado predominam nas maiores altitudes da Serra Santa Helena, assim como também nas áreas situadas na porção oriental da APA até, aproximadamente, a Fazenda Capão da Esmera. A partir deste trecho, a vegetação de cerrado tende para um adensamento de elementos lenhosos, constituindo o típico cerrado, em sentido restrito. Na área localizada entre as Fazendas Paiol, das Flores e do Estreito, supõe-se que ocorra o domínio original do

cerradão, devido à existência de relictos florestais deste ambiente em meio às pastagens e áreas agrícolas.

A cobertura herbácea das formações campestres possui uma predominância de gramíneas (Poaceae) dos gêneros: *Andropogon* (capim rabo de burro); *Aristida* (capim fino); *Echinolaena* (capim flexa); *Eragrostis* (capim barbicha); *Sporobolus* (capim capeta).

Outras herbáceas e subarborescentes desse ambiente são: *Ageratum conyzoides* (mentrasto); *Baccharis trimera* (carqueja); *Bidens pilosa* (carrapicho); *Blainvillea rhomboidea* (picão grande); *Eupatorium laevigatum* (mata pasto); *Eupatorium macrocephalum* (mata pasto); *Eupatorium squalidum* (mata pasto); *Vernonia scorpioides* (enxuga); Asteraceae; *Pyrostegia venusta* (cipó de São João); Bignoniaceae; *Merremia tomentosa* (velame do campo); *Covulvulaceae*; *Siphacampyus* sp. (flor de beija flor); Campanulaceae; *Croton lundianus* (gervão miúdo); Euphorbiaceae; *Deianira erubescens* (fel da terra); *Deianira nervosa* (fel da terra); *Detanira speciosa* (fel da terra); *Irlbachia speciosa* (fel da terra); Gentianaceae; *Hyptis crinita* (hortelã); *Hyptis suaveolens* (herva canudo); Lamiaceae; *Chamaecrista desvauxii* (mata pasto); *Chamaecrista rotundifolia* (erva de coração) Leguminosae/Caesalpinoideae; *Stylosanthes guianensis* (alfafa do campo); *Stylosanthes viscosa* (alfafa do campo); *Zornia latifolia* (urinária); Leguminosae/Papilionoideae; *Habenaria* sp., *Cyrtopodium* sp.; Orchidaceae; *Polygala anguata* (gelol); *Polygala fimbriata* (gelol); Polygalaceae; *Borreria capitata* (estralador); *Borreria capitata* (hortelã); *Borreria verticillata* (vassoura); *Richardia scabra* (poaia do cerrado); Rubiaceae; *Solanum americanum* (erva moura); *Solanum paniculatum* (jurubeba); Solanaceae; *Piriqueta* sp. (douradinha); *Turnera* sp. (chanana); Turneraceae; *Stachytarpheta* sp. (gervão); Verbenaceae.

Os arbustos de maior porte e arbóreas, quando presentes nas áreas campestres mais abertas, constituem as seguintes espécies: *Annona coriacea* (araticum do campo); *Annona crassiflora* (marolo, cabeça de negro); Annonaceae; *Didymopanax* sp. (mandiocão); Araliaceae; *Eremanthus glomerulatus* (candeia); Asteraceae; *Anemopaegma arvense* (catuaba); *Jacaranda caroba* (caroba); *Zeyhera digitallis* (bolsa de pastor); *Tabebuia ochracea* (Ipê do cerrado); Bignoniaceae; *Kielmeyera coriacea* (pau santo); Clusiaceae; *Bauhinia* sp. (unha de vaca); *Hymenaea*

stigonocarpa (jacarandá do cerrado); *Sclerobium* sp. (pau bosta); Leguminosae/Caesapinoideae; *Stryphnodendron adstringens* (barbatimão); Leguminosae/ Mimosoideae; *Bowdichia virgilioides* (sucupira preta); *Dalbergia violácea* (jacarandá do cerrado); Leguminosae/Papilionoideae; *Lafoensia pacari* (dedaleiro); Lythraceae; *Byrsonima coccolobifolia* (murici); *Byrsonima crassifolia* (murici); *Byrsonima verbascifolia* (murici); Malpigiaceae; *Cambessedesia ilicifolia* (foto 38); *Miconia Albicans* (maria branca); *Miconia thaezans* (maria branca); Melastomataceae; *Campomanesia pubescens* (Gabirola); *Myrcia* sp. (papo de rola); *Psidium firmum* (araçá); Myrtaceae; *Ouratea floribunda* (Caju bravo); Ochnaceae; *Roupala montana* (carne de vaca); Proteaceae; *Solanum Lycocarpum* (fruta de lobo); Solanaceae; *Triundetta* sp. (carrapichão); Tiliaceae; *Qualea grandiflora* (pau terra do campo); *Qualea multiflora* (pau terra, cinzeiro); *Vochysia elliptica* (pau doce); Vochysiaceae.

Nos cerrados, sentido restrito, e cerradões, há um adensamento da vegetação, bem como um aumento do porte das espécies lenhosas. Algumas espécies que se apresentavam como arbustivas nas formações campestres mais abertas adquirem, então, porte arbóreo. Além das espécies arbustivas e arbóreas citadas anteriormente, acrescenta-se as seguintes, que demarcam bem este ambiente: *Xylopia seicea* (pindaíba); Annonaceae; *Aspidosperma macrocarpum* (pereiro do cerrado); Apocynaceae; *Caryocar brasiliensis* (pequi); Carocaraceae; *Terminalia argêntea* (capitão); Combretaceae; *Curatella americana* (lixeira, cajueiro bravo); Dilleniaceae; *Erythroxylum deciduum* (cabelo negro); Erythroxylaceae; *Dimorphandra mollis* (faveiro, barbatimão de folha miúda); Leguminosae/Mimosoideae; *Machaerium acutifolium* (jacarandá); *Machaerium opacum* (jacarandá); Leguminosae/Papilionoideae; *Qualea dichotoma* (pau terra); *Salvertia convallariaeodora* (colher de vaqueiro, bate caixa) – Vochysiaceae entre outras.

São espécies arbóreas típicas das áreas florestadas: *Lithraea molleides* (aroeirinha); *Schinus terebinthifolia* (aroeira vermelha); *Tapirira guianensis* (pau pombo); Anacardiaceae; *Aspidosperma ramiflorum* (guatambu); Apocynaceae; *Jacarandá macrantha* (carobão); *Tabebuia serratifolia* (ipê amarelo); Bignoniaceae; *Pseudobombax* sp. (embiruçu); Bombacaceae; *Protium heptaphyllum* (mangueira brava); Burseraceae; *Cecropia pachystachya* (embaúba); Cecropiaceae; *Croton* sp.

(sangra d'água); Euphorbiaceae; *Cabralea canjerana* (cangerana); *Cedrela fissil* (Cedro Rosa); *Trichilia clauseni* (piorra); Meliaceae; *Bauhinia* sp. (pata de vaca); *Copaifera langsdorffii* (pau d'óleo); *Hymenaea stilbocarpa* (jatobá); *Schizbium parahyba* (birosca, guapuruvu); *Senna multijuga* (canafístula); Leguminosae/Caesalpinoideae; *Anadenanthera talcata* (angico); *Enterolobium contortisiliquum* (tamboril); *Ingá* sp. (ingá macaco); Leguminosae/Mimosoideae; *Bowdichia virgilioides* (sucupira); *Erythrina* sp. (mulungu); *Machaerium villosum* (jacarandá pardo); *Platypodium elegans* (faveiro); Leguminosae/Papilionoideae; *Ficus* sp. (gameleira); Moraceae; *Rapanea* sp. (capororoca); Myrsinaceae; *Ouratea castanaefolia* (caju bravo); Ochnaceae; *acrocomia aculeata* (macaúba); *Geonoma* sp. (ouricana); *Syagrus romanzoffiana* (jerivá); Palmae; *Amaioua guianensis* (marmelada); Rubiaceae; *Cupania* sp. (camboatã); Sapindaceae; *Guazuma ulmifolia* (mutamba); Sterculiaceae; *Zanthoxylum* sp. (mamica de porca); Rutaceae; *Luehea grandiflora* (açoita cavalo); Tiliaceae; *Trema micrantha* (crindiúva); Ulmaceae; *Vochysia tucanorum* (pau de tucano).

Nas áreas cársticas, há uma maior frequência das espécies decíduais, particularmente dos angicos, sendo também marcante a presença da gameleira e do embiruçu.

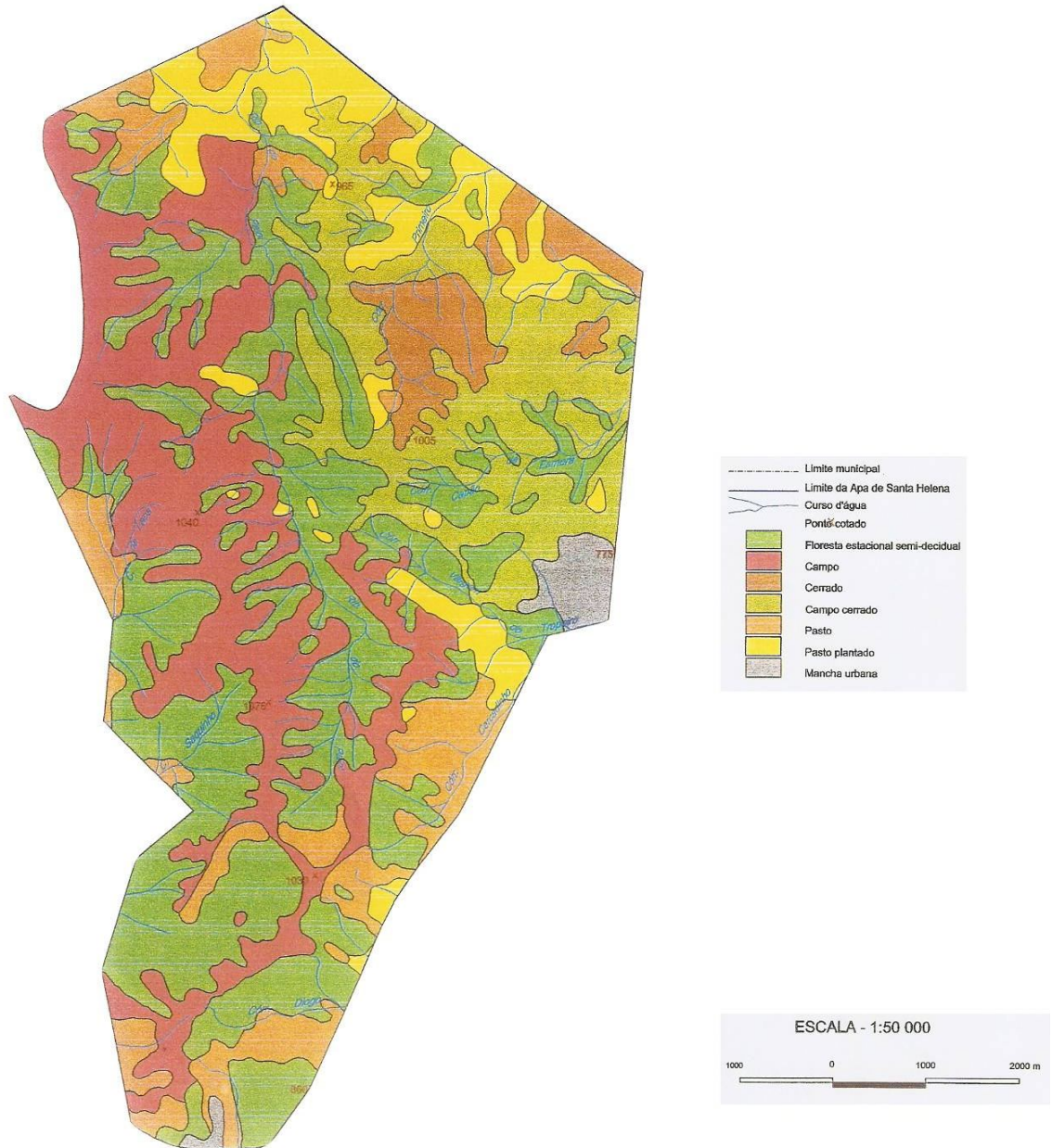
No estrato inferior da floresta estacional decidual, sobre as áreas cársticas, há uma riqueza de espécies que caracterizam bem este ambiente, tais como: *Ruellia brevifolia*, *Justitia* sp.; Acanthaceae; *Philodendron* sp. (banana de macaco); Araceae; *Piper* sp. (jaborandi); *Pothomorphe* sp. (capeba) – Piperaceae; *Cereus* sp. (mandacaru); Lactaceae; *Anemla* sp.; Schizaeaceae; *Adiantum* sp. (avenca); Polypodiaceae; *Pilea* sp. (brilhantina); Urticaceae; *Ipomoea* sp. (corda de viola); Convolvulaceae; *Mimosa* sp. (arranha gato); Leguminosae/Mimosoideae; *Jatropha urens* (cansanção); Euphorbiaceae; *Miconia* sp.; *Leandra* sp.; Melastomataceae, entre outras.

Outro grupo de plantas importante é o formado pelas espécies de hábito epífita das famílias: Cactaceae (*Rhipsalis* sp.); Bromeliaceae (*Bilbergia zebrina*, *Tillandsia*, sp.); Orchidaceae; *Brassavola* sp.; *Brassavola* sp., *Cattleya bicolor*, *Pleurothallis* sp., *Sophranitella violaceae*, *Sophranitis cernua*).

Contudo, verifica-se a ausência de orquídeas típica destes ambientes, muito possivelmente pela coleta predatória, tais como: *Cattleya walkeriana*; *Miltonia flavescens*; *Oncidium jonesianum*; *Laelia lundii*.

Citam-se as seguintes espécies como presumivelmente ameaçadas: *Annona crassiflora* (marolo, cabeça de negro); Annonaceae; *Cattleya bicolar* (orquídea); *Sophranitella qüífero* (orquídea); Orchidaceae.

Figura 7 – Mapa da vegetação na área da APA Serra Santa Helena.

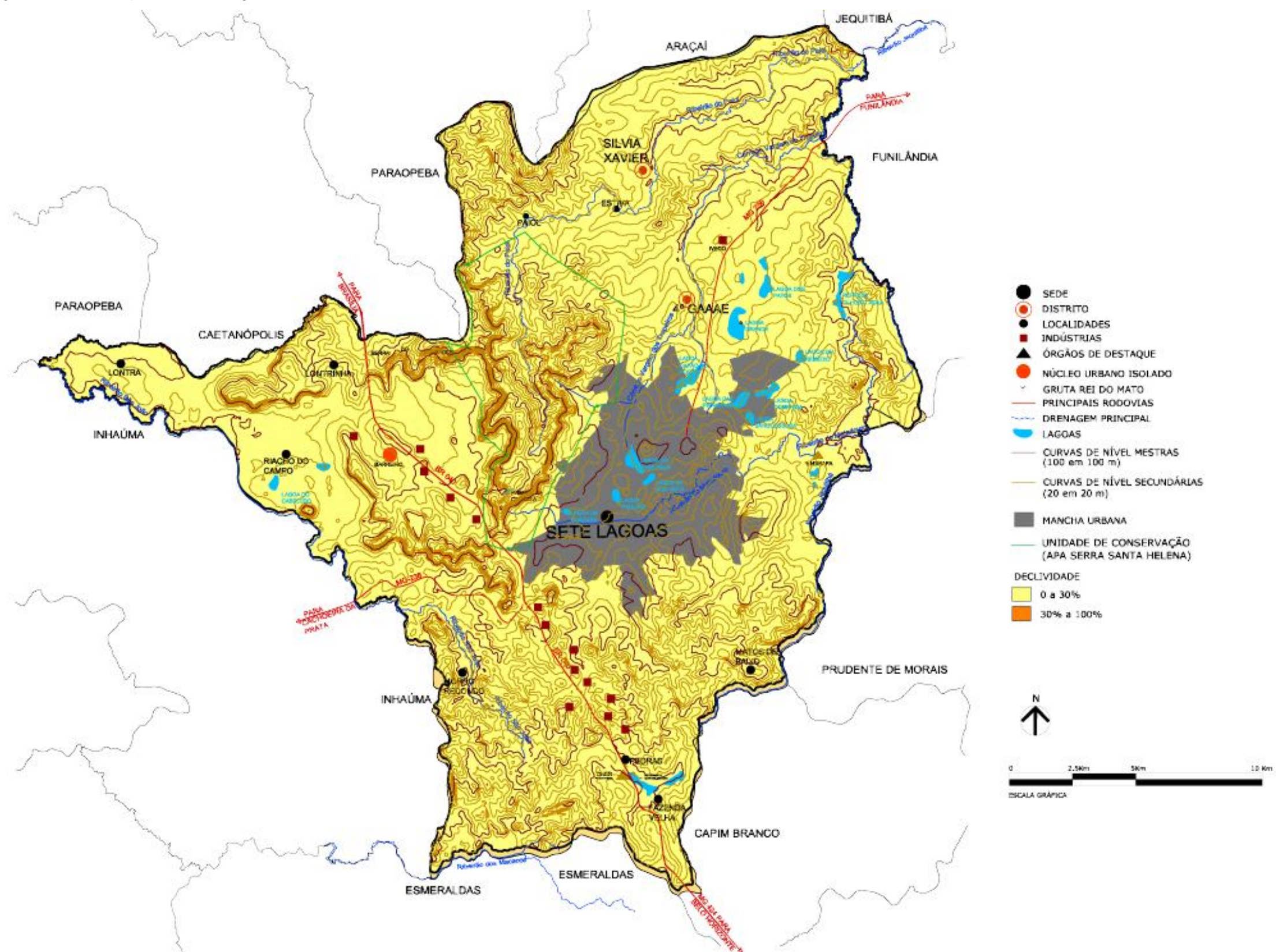


Fonte: ZONEAMENTO Ambiental APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG. Lei Municipal 5.570 de 1998, que estabelece a Serra de Santa Helena como área de proteção Ambiental

- Topografia

A Serra de Santa Helena apresenta relevo de ondulado a montanhoso, de topo abaulado, com níveis altimétricos variando de 800 a 1076 metros, apresentando várias áreas de vertentes ravinadas e vales encaixados e com algumas áreas de baixada (planície ou terraço fluvial), onde é explorada a agricultura. Nas encostas, os declives, em sua maioria, variam até 26°, porém apresentando trechos com ocorrência superiores a 45°. Segundo o documento de Zoneamento Ambiental efetuado no ano 2000 pela EMATER-MG, o Planalto Dissecado de Santa Helena situa-se na porção noroeste de Sete Lagoas e apresenta depósitos de cobertura parcialmente removidos, funcionando como divisor de águas das bacias do Rio das Velhas e Paraopeba (área de topografia acidentada que atinge cotas superiores a 900m de altitude). Esta está relacionada ao entalhamento dos cursos d'água, com predomínio de colinas de topo arredondado, com vertentes convexas e vales encaixados.

Figura 8 – Mapa Topográfico do Município de Sete Lagoas



Fonte: Relatório Técnico do Plano Diretor, 2006, anexos

- Geologia

De acordo com dados fornecidos pela EMATER-MG²⁶, na Serra de Santa Helena ocorrem rochas argilosas e carbonáticas. A partir das formações cársticas de relevo desenvolvem-se feições com cavidades subterrâneas naturais, as grutas, que são facilmente encontradas no município. Nelas ocorrem deposições minerais por processos químicos e de precipitação, dando origem aos espeleotemas. Suas paredes, pisos e tetos são recobertos por espeleotemas, como as estalactites, estalagmites, colunas, cortinas, represas de travertino, entre outras. As principais grutas da região são a Gruta da Passagem, a Gruta da Cascata I, a Gruta da Cascata II e a Gruta da Lapa do Boi.

Tabela 9 - Tabela referente às grutas de Sete Lagoas

Nome	Desenvolvimento (metros)	Nome	Desenvolvimento (metros)
Gruta do Espelho	Sem dados	Gruta Jean Louis	200
Gruta Capão do Inferno Superior	20	Lapa da Grutinha	200
Gruta Capão do Inferno Inferior	20	Gruta Mil Pérolas	270
Lapa do Mansinho	40	Lapa do Ninho	354
Gruta Mil Pedras	60	Gruta Cascata I	400
Gruta da Passagem	60	Gruta Bacuparí	600
Gruta Bocaina	86	Buraco do Medo	713
Gruta do Trevo II	110	Gruta da Taboa	768
Gruta do Trevo I	128	Lapa do Boi	866
Gruta do Trevo III	161	Gruta do Rei do Mato	998
Gruta do Trevo V	174	Gruta Cascata II	2000
Gruta do Poço Verde	200		

Fonte: Caracterização de Ecossistemas de Sete Lagoas realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG, 2007, p. 67 – Anexo.

26 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Ruara Do Estado De Minas Gerais – (EMATER-MG). Caracterização de Ecossistema de Sete Lagoa – MG: com base no desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Emater-MG, 2007.

A formação Santa Helena é constituída de siltitos argilosos e folhelho síltico, de cor acinzentada a esverdeada, que é caracteristicamente clivado segundo placas de espessura variável, mais finas quando se trata de folhelho síltico e mais grossa quando se tem siltito argiloso. Nessa formação são encontradas as ardósias comerciais de cor cinza e esverdeada e enferrujadas da região.

- Hidrografia

A rede hidrográfica do município de Sete Lagoas é seccionada pela Serra de Santa Helena. A região da Serra de Santa Helena é de “cabeceira de água”, uma importante zona de recarga de aquíferos, e abriga um número muito grande de nascentes, que formam vários córregos e ribeirões, sendo esses contribuintes para a composição de duas bacias hidrográficas, a bacia do Rio das Velhas e a bacia do Rio Paraopeba. Essas últimas acabam por constituir a bacia do Rio São Francisco. Os afluentes do Ribeirão dos Macacos e do São João fazem parte da bacia do rio Paraopeba. Já os ribeirões Jequitibá, Paiol, Matadouro e o Córrego Vargem do Tropeiro pertencem à bacia do Rio das Velhas. Já os mananciais de superfície encontram-se no Ribeirão de Matadouro e nos córregos do Diogo, Paiol e Tropeiros. Conforme dados fornecidos pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), referentes à qualidade das águas dos principais corpos d’água do município de Sete Lagoas, localizados próximos à Serra Santa Helena, como o Ribeirão Jequitibá e o Ribeirão São João, revelam que existe um Índice de Qualidade das Águas (IQA) médio. Dentre os mananciais de superfície de Sete Lagoas encontram-se o Ribeirão do Matadouro e os córregos do Diogo, Paiol e Tropeiros. Alguns mananciais estão sob proteção legal, destacando-se o do Ribeirão do Paiol, contido na APA do Paiol, para aproveitamento dos seus recursos hídricos.

Tabela 10 – Tabela com os principais ribeirões e córregos, com suas nascentes na área da APA da Serra de Santa Helena.

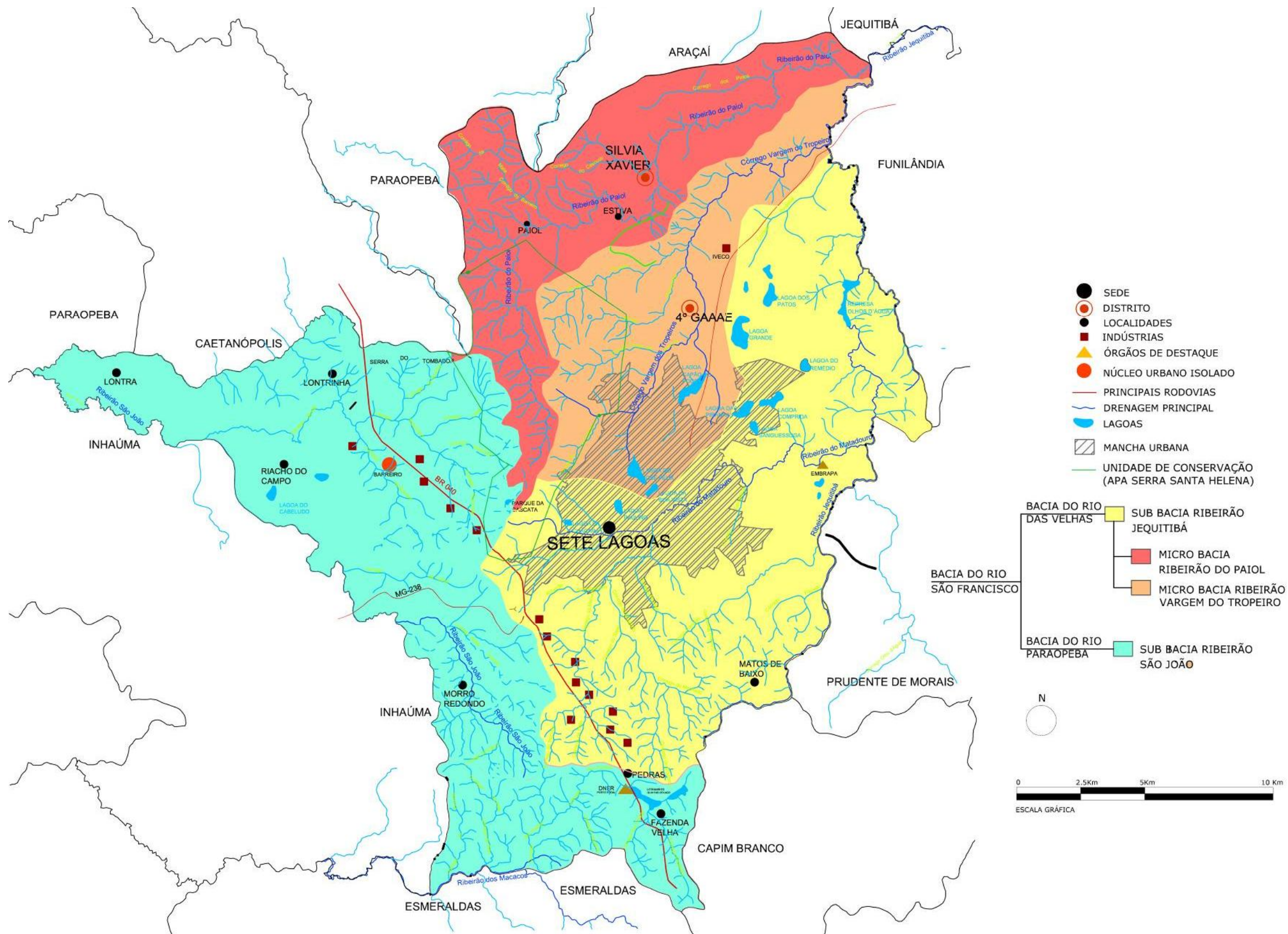
Ribeirões e córregos contribuintes da Bacia do Rio das Velhas	Número de nascentes
Cabeceira do Ribeirão do Paiol	43
Córrego Primeiro	13
Córrego Barreirinho	5
Córrego Capão da Esmera	9
Córrego Vargem dos Tropeiros	9
Córrego Cercadinho	3
Córrego Diogo	3
Córrego Boqueirão (1)	1
Ribeirões e córregos contribuintes da Bacia do Rio Paraopeba	Número de nascentes
Córrego Saquinho (1)	9
Córrego Riachinho (1)	2
Córrego da Lapa (1)	10
Córrego da Guariba (1)	2
Nascentes diversas	6
Total de nascentes	115

Fonte: Memorial Descritivo de Sete Lagoas realizado pela EMATER-MG em 2007.

(*) Levantamento de campo e dados registrados na Base Cartográfica do município de Sete Lagoas (Cartas do IGA/IBGE) e no Mapa do Levantamento Cadastral Perimetral da APA (Rota Topografia e Engenharia LTDA).

(1) Córregos fora da APA, porém com nascentes na área da APA.

Figura 11 - Mapa da Hidrografia no Município de Sete Lagoas



Fonte: Relatório Técnico do Plano Diretor, 2006, anexos. Alteração de formato realizada no Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG.

- Ecosistema

De acordo com a Caracterização de Ecosistemas de Sete Lagoas realizada em 2007 pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), há um ecossistema próprio da Serra de Santa Helena. Suas principais características são a associação de cambissolos e neossolos litólicos e a presença de cristas e vertentes ravinadas, que induzem à formação de voçorocas geradoras de problemas ambientais. O ecossistema da serra apresenta grande beleza natural e, conseqüentemente, alto potencial turístico.

Figura 12 - Mapa de Caracterização de Ecosistemas



Fonte: Caracterização de Ecosistemas realizada pela EMATER-MG, 2007, p. 46.

Tabela 13 - Tabela de caracterização do ecossistema da Serra de Santa Helena

15.6 Ecossistema 6 Serra de Santa Helena

Características	Crista e Vertentes Ravinadas ,associação de CAMBISSOLOS e NEOSSOLOS LITÓLICOS.
Potencialidades	Beleza Cênica.
Limitações	Relevo acidentado ,solos rasos e elevada instabilidade mecânica (CAMBISSOLOS).
Aptidão	Área de preservação.
Problema ambiental	Estabelecimento de voçorocas.
Uso atual	Área de preservação.

Fonte: Caracterização de Ecosistemas realizada pela EMATER-MG, 2007, p. 37.

6.2 Descrição do entorno

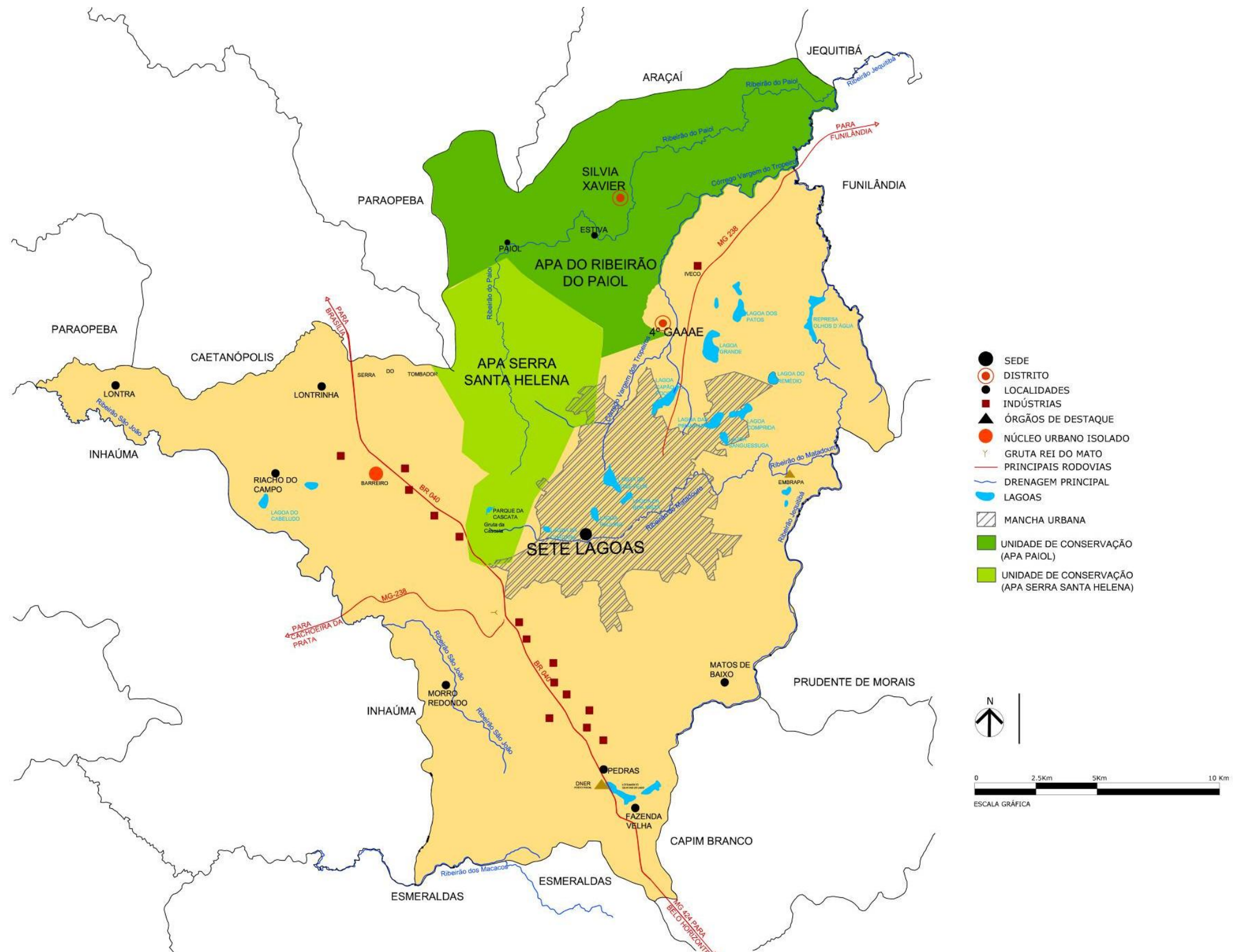
O município de Sete Lagoas está situado a 70 km de Belo Horizonte, na Zona Metalúrgica, fazendo parte da Microrregião 181 (calcários de Sete Lagoas) formada por 17 municípios. Constitui o portal de entrada para o Centro Oeste Mineiro, zona de transição para os cerrados de Minas Gerais. Sua área é de 539,55 km² e a sede do município encontra-se a uma altitude de 761m em relação ao nível do mar, sendo que a altitude mínima é na foz do Ribeirão do Paiol – 686m - e a máxima na Serra de Santa Helena: 1.076m. A temperatura média varia dos 19 aos 22 ° C; o índice pluviométrico anual fica entre 1150 e 1450 mm, com distribuição não homogênea; o relevo é predominantemente plano (70%); outros 20% do terreno do município é ondulado e o restante é área montanhosa.

No período 1991-2000, a população total de Sete Lagoas registrou uma taxa média de crescimento anual de 2,92%, passando de 144.014, em 1991, para 184.871 em 2000. Já em 2010 a população total é de 214.071²⁷

Para a caracterização do entorno da paisagem cultural da serra, vamos considerar o limite da Serra Santa Helena, como sendo o limite da APA (ver o mapa). Neste caso, quase todo o entorno imediato da Serra encontra-se no Município de Sete Lagoas. Somente uma pequena porção faz parte dos municípios de Paraopeba e Caetanópolis. No seu entorno ao Leste, localiza-se o núcleo urbano do município; ao Norte a APA do Paiol; ao Oeste, Sul e uma pequena porção ao Sudeste, encontramos áreas com baixíssima taxa de ocupação, com diferentes tipos de vegetação e atividades.

²⁷ FONTE: IBGE – 2005 e 2010

Figura 14 - Mapa Unidades de conservação do município de Sete Lagoas



Fonte: Relatório Técnico Plano Diretor de Sete Lagoas, 2006. Alteração de formato realizada no Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG.

Para facilitar a caracterização do entorno, criamos três grupos distintos, denominados: natural, industrial e urbano.

- Entorno Natural

Chamamos de entorno natural as áreas de baixa ocupação, com atividades rurais, ou áreas de vegetação nativa.

Na pequena porção Sudeste, caracterizada como zona de expansão urbana pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LEUS), localiza-se a Fazenda Arizona, um local que se assemelha a uma reserva florestal, pelo fato de preservar a vegetação nativa do cerrado. Dentro dessa, encontra-se a Lagoa da Chácara, uma das sete lagoas. A lagoa possui tombamento a nível estadual e municipal, porém está assoreada e precisa ser revitalizada. A área sofre fortes pressões de ocupação, por ser uma área bastante valorizada no mercado imobiliário. Está localizada na entrada do município, próxima ao shopping. É um lugar de grande beleza natural. Para essa área existem dois projetos, o de criação de um grande parque ecológico, já aprovado na Câmara dos Vereadores, porém vetado pelo atual Prefeito Municipal, e o de implantação de um condomínio fechado residencial, em processo de aprovação pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, o qual será apresentado neste inventário no item *Ações de Preservação*.

Figura 15 - Imagem satélite: Área da Lagoa da Chácara



Fonte: Imagem Google Earth

Ao oeste da APA, observamos uma grande área rural, com vegetação de cerrado, campo e plantações, pertencente ao município de Sete Lagoas. Mais ao Norte dessa porção de terra, encontramos a denominada Serra do Tombador, que possui as mesmas características de solo e relevo da Serra Santa Helena, por esse motivo, essa área faz parte do mesmo ecossistema, caracterizado pela EMATER.

Em uma área próxima da Serra de Santa Helena, ao Sul, às margens da BR-040, junto ao trevo de Sete Lagoas, localiza-se a Gruta do Rei do Mato, aberta a visitação. A gruta atinge 30 metros de profundidade e 235 metros de extensão. Nela, há quatro salões com pinturas rupestres datadas de seis mil anos, constituídas de figuras monocromáticas e de temática zoomórfica.

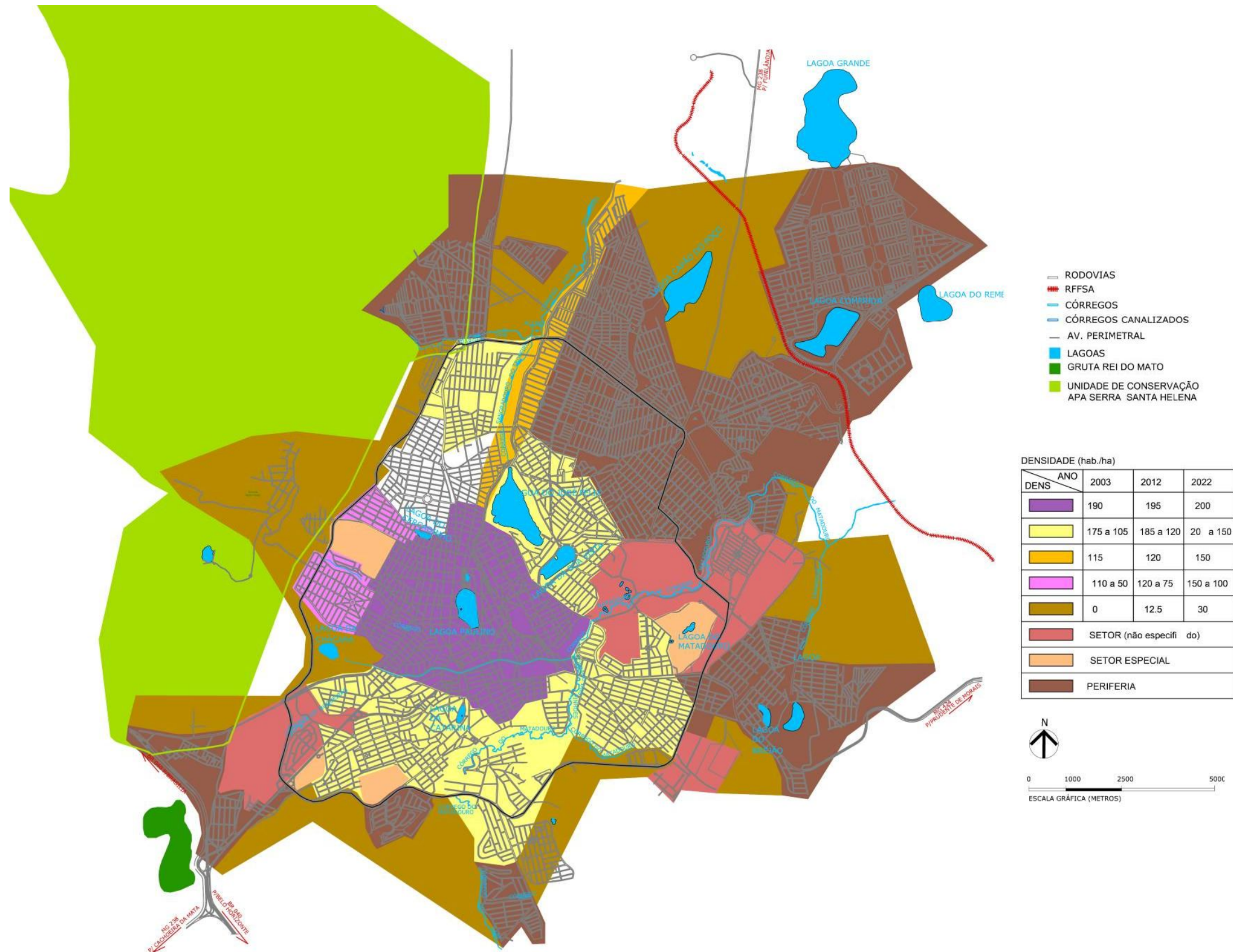
Além dos bens naturais citados anteriormente, no entorno da serra, ao Norte, existem também as cachoeiras do Córrego do Paiol. Alguns desses mananciais estão sob proteção legal, com destaque para o Ribeirão do Paiol, na Área Preservação Ambiental (APA) do Paiol.

- Entorno Urbano

A grande maioria da população do município concentra-se na sede, localizada ao Oeste da Serra Santa Helena. Observamos que o limite principal dessa ocupação, próximo à Serra, coincide com a Avenida Perimetral, que contorna o núcleo urbano. Porém, devido à elevada taxa de crescimento populacional nos últimos anos, cria-se uma tendência de ocupação da serra, principalmente através de parcelamentos residenciais de baixa densidade para a alta classe.

Em uma área mais distante do centro da cidade, observa-se uma ocupação de baixa renda que avança sobre a APA da serra, como mostra o mapa a seguir.

Figura 16 - Mapa de densidade habitacional no Município de Sete Lagoas.



Fonte: Relatório Técnico Plano Diretor de Sete Lagoas, 2006. Nota: Alteração de formato realizada no Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG.

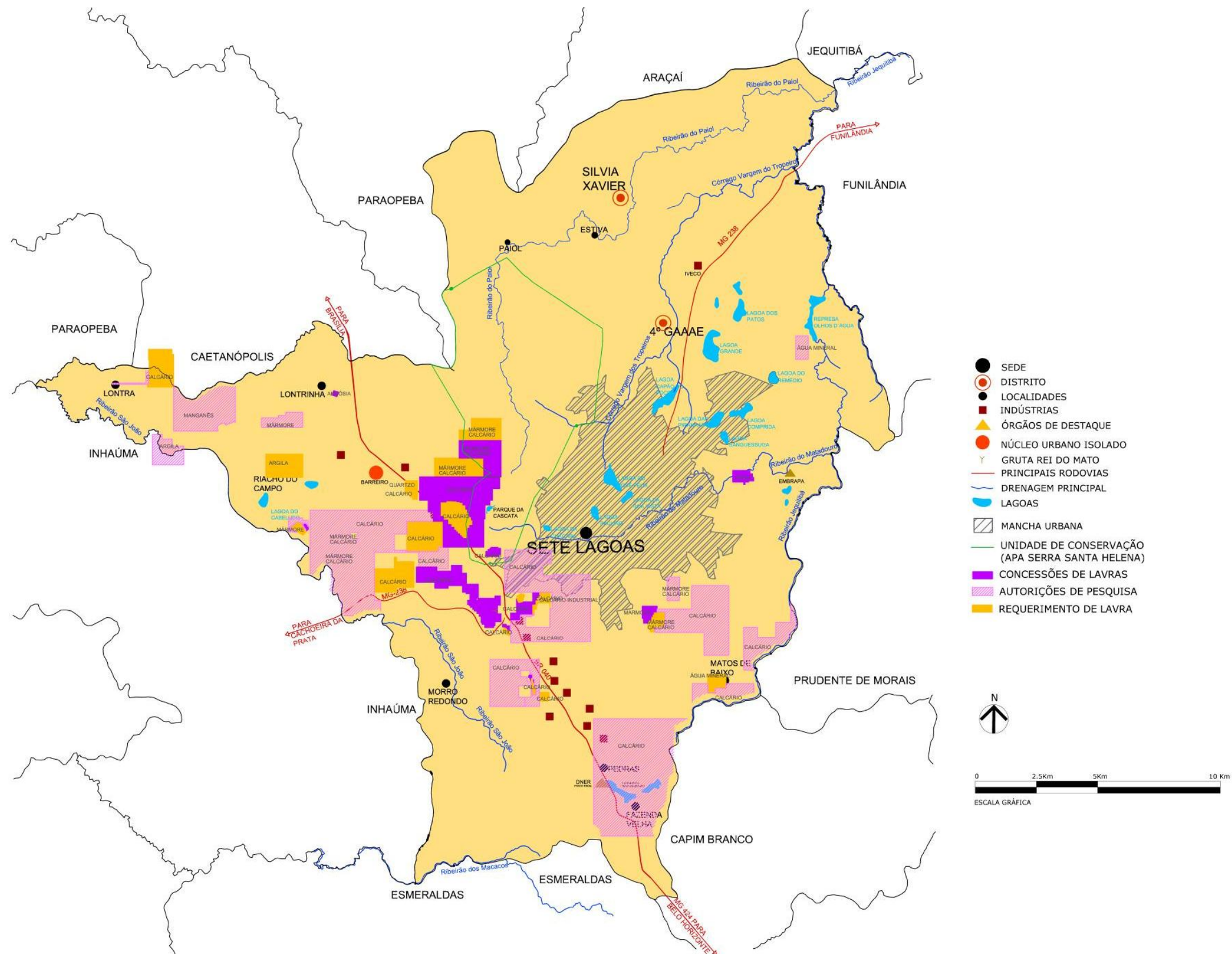
- Entorno Industrial

Ao Sul e ao Leste da APA encontramos uma concentração de indústrias ao longo da BR040, a maioria são indústrias de transformação de ferro-gusa e áreas de mineração de mármore e calcário.

As indústrias destinadas à transformação de minério em ferro-gusa geram grande impacto ambiental, pois requer além das instalações de altos fornos, áreas para o estoque de carvão vegetal (combustível) e áreas de estoque de minério de ferro (matéria-prima) interligadas por vias de circulação internas.

A mineração também gera grande impacto ambiental, principalmente na degradação da paisagem. Observa-se que existem áreas de mineração dentro da APA, onde algumas lavras já foram concedidas e outras estão em processo de requerimento.

Figura 17 - Mapa de localização das indústrias no entorno da Serra de Santa Helena.



Fonte: Relatório Técnico Plano Diretor de Sete Lagoas, 2006. Nota: Alteração de formato realizada no Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG.

6.3 Aspectos Históricos e Simbólicos

O relato sobre a Paisagem Cultural da Serra Santa Helena desenvolve-se à partir da história da ocupação e da apropriação do lugar, destacando, sempre que possível, relação da “cultura” e da “natura”, a luz dos condicionantes ambientais, culturais, sociais e econômicos.

Como muitas das cidades mineiras, a ocupação do território do município de Sete Lagoas está relacionada à penetração dos bandeirantes pelo interior do país, no final do século XVII.²⁸ Em três de abril de 1711, o paulista João Leite da Silva Ortiz, um famoso bandeirante, obteve a Sesmaria de Sete Lagoas. Surgiram outras sesmarias, divididas e transformadas em fazendas, em curto espaço de tempo. A propriedade de Ortiz, em menos de quarenta anos, pertenceu a quatro donos diferentes.

A sede da Fazenda das Sete Lagoas localizava-se ao lado da atual matriz de Santo Antônio, onde atualmente funciona o Museu Histórico da cidade. Os fazendeiros dos arredores fizeram surgir o povoado que deu origem ao município de Sete Lagoas. A posição estratégica do arraial atraiu tropeiros, boiadeiros e carreteiros, tanto na entrada do Caminho da Bahia, pelo Rio São Francisco, quanto na passagem para o Distrito Diamantino. Em 1841, a cidade de Sete Lagoas se tornou uma freguesia. Ganhou a posse do território de várias cidades vizinhas, como Fortuna, Cachoeira da Prata, Inhaúma, Jequitibá, Araçá e Cordisburgo. Há evidências da passagem dos tropeiros imigrantes pela **Serra de Santa Helena**, a caminho das minas de Diamantina e Ouro Preto.

Uma das versões populares que conta sobre a origem da capela de **Santa Helena, em 1852**, no alto da serra, atribui a sua construção a imigrantes, criadores de gado da região de Baldim, Santo Antônio da Lagoa e Jequitibá, que caminhavam pela serra conduzindo tropas e gados e trazendo mantimentos que seriam comercializados em outras fazendas e lugarejos. A Serra Santa Helena é o divisor

28 ANDRADE, Dalton A. A. A capela de Santa Helena. 1992. 11 f. Material datilografado cedido pelo Museu Histórico Municipal de Sete Lagoas, 1992.

de águas das bacias do Rio Paraopeba e do Rio das Velhas. Como o lugar mais elevado na topografia de Sete Lagoas ela poderia ser utilizada pelos bandeirantes como rota de cumeada²⁹ devido à melhor visibilidade. Ela era e ainda é o ponto de visão de todo o vale, da Serra do Curral, da Serra da Piedade, da parede lateral do Espinhaço, das montanhas de curto e médio alcance às suas costas.

Considerando a primeira hipótese de construção da capela, com o passar dos anos, esta rota de cumeada foi transformando-se na estrada dos tropeiros. Estes, devotos de Santa Helena, construíram a capela no alto da serra, no ponto de parada e de oração. Observamos que durante o século XVIII e XIX, a devoção religiosa procedente da cultura predominantemente barroca e católica incorporava nos valores sociais os padrões de comportamento, definindo a identidade sócio-cultural da maioria das freguesias da época.

A identidade sócio-cultural do século XVIII, na região de Sete Lagoas, era construída também, sobre as bases de um ativo mercado de escravos, movimentado até seu fechamento com a abolição da escravatura. Segundo LUNA (1980), em 1718, na Freguesia Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, região de Sete Lagoas, havia cerca de 460 escravos. Já em 1873, segundo LANZA (1967), a população de Sete Lagoas era de 5.160 pessoas livres, 911 escravos e 54 ingenuos. A presença de escravos africanos no início da ocupação da cidade desenvolve a cultura afrobrasileira, com diferentes manifestações religiosas, diferente da doutrina oficial católica. Como por exemplo, o congado, umbandas, entre outros. GARONE (2008) relata sobre essas manifestações regionais, que tiveram origem no séc.XVIII, e que estão presentes até os dias de hoje, na sociedade setelagoana:

No âmbito do congado, Sete Lagoas como um dos importantes redutos dessa tradição, em um estado, Minas Gerais, que tem

29 Dentro da Escola de morfologia Italiana, acredita-se que o ambiente territorial, denominados assentamentos e organismos urbanos, são formados em quatro fases distintas que se repetem em sucessivos ciclos. A primeira fase é denominada de implantação e decorre de uma cultura nômade. Na segunda fase, desenvolve-se a produção espontânea, fauna e flora, e requer assentamentos, mesmo que provisórios. A terceira fase inclui os assentamentos produtivos estáveis. E já na quarta e última fase aparecem os intercâmbios comerciais e por tanto os núcleos urbanos e proto-urbanos. Na primeira fase, os percursos se situam nos divisores de águas, evitando a poluição dos afluentes dos rios e permitindo aos nômades a visão do território. Seriam os percursos principais, denominados pelos italianos de rotas de cumeada. CANIGGIA, Gianfranco, *Lectura de lãs Preexistencias Antiguas em los Tejidos Urbanos Medievais*. In: POZO, Alfonso Del

destaque pela presença dessa manifestação religiosa. A prática congadeira em Sete Lagoas é bem antiga e bastante difundida, ostentando em seu histórico nomes de grades figuras do presente e do passado, e havendo na cidade, atualmente, mais de vinte guardas de congado. Além do congado a cidade apresenta varias outras tradições populares como as pastorinhas, quadrinhas e vinte grupos de folias de reis, o que demonstra a riqueza e a vitalidade do patrimônio imaterial do município e de seus arredores. Sete Lagoas também desponta como um importante reduto da cultura afrobrasileira, possuindo, além das guardas de congado, inúmeras casas de umbandas com seus médius, ogãs, cambonas, pais e mães de santo, sem falar nos vários sambistas, ritmistas, pagodeiros, capoeiristas, grupos de hip-hop, rappers, beakres. (GARONE, 2008, p.60)

Destacamos esse viés da cultura africana para apresentar a segunda versão popular para a construção da Capela de Santa Helena, no alto da Serra. Segundo o historiador Dalton Andrade³⁰, *quando Sete Lagoas se deu de fato, a igrejinha já estava lá em cima*. Porém, não se pode afirmar que a hipótese dos imigrantes seja a verdadeira, e não a história tradicional, a que o fazendeiro Lino Antônio de Avellar, com a ajuda de escravos, construiu a capela. Há ainda na memória coletiva da cidade estas informações, de que inclusive todas as tardes os escravos faziam uma roda de tambores em volta do cruzeiro, e que o batuque ainda hoje é escutado. A capela foi construída em adobe e madeira rústica, técnica construtiva que utiliza de materiais locais, extraídos da própria fazenda, o que poderia ter acontecido nas duas versões.

Oriundos dessa cultura afro-brasileira, a Serra Santa Helena, na qualidade de divisor de águas, constitui para os devotos um lugar de encruzilhada onde é possível estar em sintonia com o sagrado, por isso, propenso às atividades mágicas e religiosas, e à comunicação com entes espirituais. Além disso, os congadeiros e umbandistas extraem da reserva da mata nativa as ervas para práticas religiosas e âmbitos da vida cotidiana. GARONE (2008) relata sobre o ritual da coleta de ervas na mata:

30 ANDRADE, Dalton A. A. A capela de Santa Helena. 1992. 11 f. Material datilografado cedido pelo Museu Histórico Municipal de Sete Lagoas, 1992.

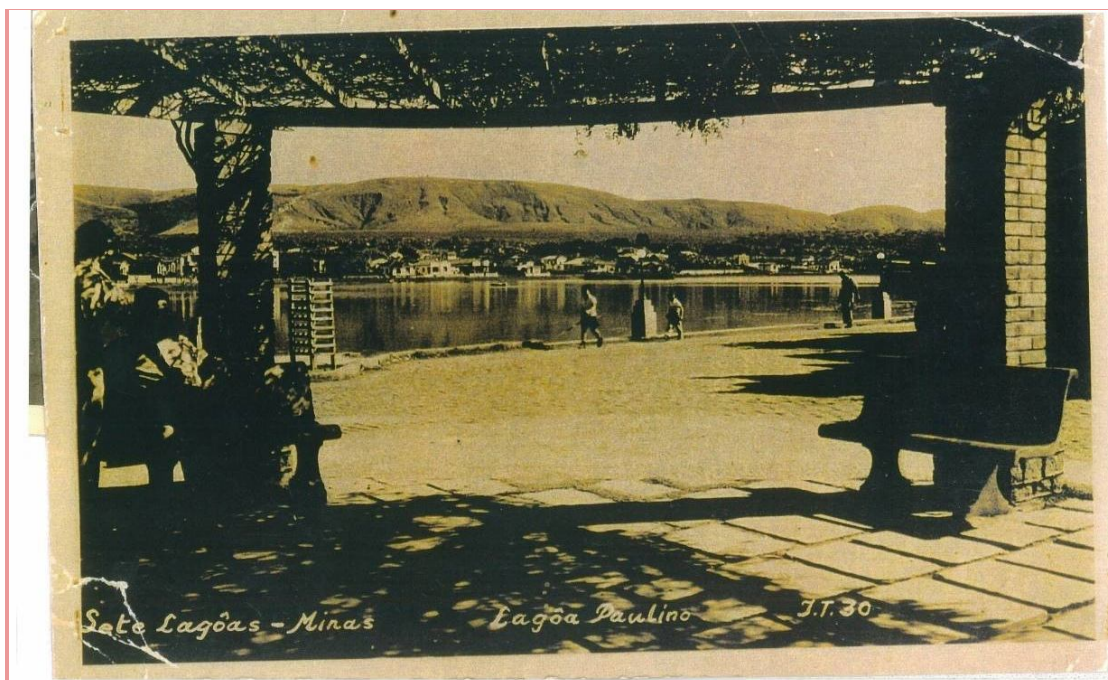
“Explicaram-me que quando você vai à mata da Serra, que alguns preferem chamar de “mata da caixa”, para recolher ervas rituais com algum colega, conversando, rindo, falando bobagem, a “mata engana”. Pois se a pessoa não estiver concentra recolhe as ervas erradas, parecidas com as que esta precisando, mas, quando chega em casa vê que não está com as ervas certas e acaba perdendo a viagem. Por isso, é preciso se preparar espiritualmente para sair em busca das ervas, pois a mata é forte e sensível. Ela sente todas as intenções de quem vai atrás do seu recurso, guiando aqueles que estão em sintonia com a sua força e enganando os que não estão na vibração correta, não condizente com a tarefa.” (GARONE, 2008, p. 176)

Destacamos aqui a forte relação entre a cultura e a natureza, a serra como fonte de recursos e ao mesmo tempo um lugar sagrado. Como divisor de águas, com grande numero de nascentes a Serra de Santa Helena é percebida pelas pessoas, como um lugar onde a natureza demonstra a sua força.

A Serra contém também importantes áreas de recarga aquífera no município e a preservação dessas áreas tornam-se fundamental para a manutenção do abastecimento de água de toda a cidade. Uma vez que Sete Lagoas é abastecida exclusivamente da água do subsolo, por meio de poços artesianos.

Para além dessa percepção do lugar sagrado como fonte de recursos, há também de se considerar o sagrado proveniente da fé, da religião, dos mitos, que foram construídos e reforçados ao longo da história. Independente da capela ter sido construída pelos imigrantes ou pelos escravos, ela formaliza a instituição do sagrado naquele lugar desde o início da ocupação. Construída em 1852, ela foi a segunda capela do município. Quanto ao cruzeiro erguido em frete a capela, a hipótese de que em 1857 foi erigido o primeiro cruzeiro em madeira. Contam os antigos moradores que foi a partir do aparecimento da Santa, em meados do Séc. XIX, no alto da Serra que hoje leva o seu nome, que iniciaram os cultos de adoração à Santa Helena, identificada como a principal protetora dos setelagoanos. Podemos constatar a popularidade dela, quando verificamos diversos estabelecimentos comerciais, rua, praça, bairro, escola com o seu nome. Essa popularidade acontece não apenas entre os congadeiros e demais representantes do catolicismo popular, mas entre os mais diversos segmentos da sociedade.

Figura 18 - Vista da Lagoa Paulino em 1930



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Sete Lagoas

No princípio da cidade, durante o Séc.XIX, quando a Vila desenvolvia-se principalmente na Região da Várzea, os moradores de Sete Lagoas, não tinham o hábito de subir a serra. Alguns moradores antigos contam que a serra era um lugar pouco visitado porque era tida como um lugar perigoso. É curioso observar que a frente da capela está voltada para a cidade Jequitibá, e não para Sete Lagoas. No final do séc.XIX a vila foi elevada a município. A mesma lei que criou o Município de Sete Lagoas, em 1867, exigiu a construção do Paço Municipal. Ele foi construído na Praça do Comércio, próxima à sede da antiga fazenda, em 1870. Nele ficava: a cadeia, a casa para o júri e a câmara. O primeiro hospital da cidade, o hospital Nossa Senhora das Graças, também foi construído na praça do comércio, em 1880. Em 1896, com a instalação da que a estrada de Ferro da Estação Central do Brasil, Sete Lagoas expande a sua ocupação para a região leste, próxima ao Bairro Boa Vista.

Assim, no início do séc.XX, com o aumento da população e com as poucas opções de lazer, contam os antigos moradores que as famílias de Sete Lagoas passaram a subir a serra para fazer piqueniques nos fins de semana e feriados. Segundo as

histórias, isto se tornou uma rotina e então começaram a vir pessoas conhecidas das cidades vizinhas como Santa Luzia, Esmeraldas, Belo Horizonte, e outras. Nesta época havia dois caminhos para a subida da serra. A Estrada dos Tropeiros, que era a estrada mais antiga e a trilha do cemitério, que atualmente é a estrada principal, o caminho mais curto.

Outro momento significativo para a cidade ocorreu com a II Guerra Mundial, que impulsionou a exploração das jazidas de cristal encontradas na região, e que existem, além do Brasil, apenas na Ucrânia. Sete Lagoas recebeu, assim, o título de Capital Mundial do Cristal. A fase mineradora se expandiu com mármore, ardósia e pedras portuguesas. Em algumas a extração teve início em meados do Séc.XX. Observa-se o avanço das áreas de mineração de calcário dentro dos limites da APA da Serra Santa Helena, algumas lavras já foram concedidas e outras estão em processo de requerimento. Devemos levar em consideração que esse tipo de atividade, apesar de antiga, desconfigura a paisagem existente da serra.

Da mesma forma que a segunda Guerra Mundial impulsionou a extração mineral, incentivou o início de uma manifestação popular no município. Contam os mais antigos, que a primeira festa da Santa Cruz e de Santa Helena aconteceu em comemoração à vitória dos aliados após a Segunda Guerra Mundial. E desde então, a Festa de Santa Helena, também conhecida como Festa da Serra, acontece todo primeiro fim de semana do mês de maio. É uma festa tradicional, considerada como um dos principais eventos relacionados ao patrimônio imaterial do Município de Sete Lagoas.

Não se sabe ao certo, como o ritual acontecia deste o início. Sabe-se que atualmente, no ano de 2010, no primeiro momento da festa, tem-se a procissão da bandeira com cerca de 5.000 fiéis partindo da Rua Princesa Isabel, no centro da cidade, em direção à capela de Santa Helena. Participam da procissão as guardas de congado de Sete Lagoas e região. Na procissão as guardas são organizadas de acordo com os fundamentos da tradição, no início da fila posicionam-se as guardas de congo que tenham nomes de grandes figuras do presente e do passado. E ao final da fila, posicionam-se as guardas de Moçambique da cidade, escolta de honra dos Reis de Congo Municipal e da Bandeira de Santa Helena. Atrás da bandeira, a multidão de fiéis: devotos, penitentes, curiosos, comerciantes e romeiros se diluem

numa multidão heterogênea. Diante de tamanha diversidade todos se deparam com um imperativo em comum: o sacrifício da subida.

Figura 19 – Festa de Santa Helena: o Público aguarda a chegada das guardas de congo, em frente à Capela



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2010.

A chegada das guardas na Serra de Santa Helena é aguardada com muita expectativa por parte dos organizadores do evento, como reis festeiros e a comissão zeladora da capela, e pelo público que em geral que prestigia o evento, notadamente os moradores da periferia e romeiros de cidades vizinhas. Enquanto as pessoas esperam a chegada da procissão, ao lado da capela é montada uma tenda, onde o pároco celebra uma missa dedicada à Santa Helena.

Após a chegada de todas as guardas ao alto da Serra de Santa Helena, as personalidades do congado que subiram a Serra a pé, como Presidentes de Associações, Reis, Congos Municipais e Estaduais, são chamados para compor a tribuna de honra em frente à capela. Em seguida são apresentadas as embaixadas. Logo após as apresentações, os mordomos do mastro e alferes da bandeira deslocam-se para o local reservado ao levantamento da bandeira para recitar a

última embaixada em louvor à bandeira. Após a leitura, seguida do levantamento do mastro, inicia-se um “show de pirotecnia” e o locutor anuncia quais serão as três pessoas que terão o privilégio de dar as três tradicionais voltas ao redor do mastro. Embaixo da chuva de fogos os congadeiros tocam, cantam e dançam com a promessa de retornarem no próximo ano para repetirem o feito. Os festejos continuam até a noite do dia seguinte, com barraquinhas de comidas e bebidas. Algumas famílias montam barracas de camping para passar a noite na Serra, na data da Festa.

Durante o ciclo festivo, a Serra de Santa Helena tornar-se um espaço consagrado e re-consagrado aos sentidos mais profundos da festa popular: do cantar, dançar, rezar, comer, beber e festejar. Destacamos aqui, a ocorrência de manifestação e representação do patrimônio material e imaterial, integrantes de um mesmo universo cultural. O patrimônio imaterial da chamada Festa de Santa Helena, aproxima-se do patrimônio material quando no ritual destaca-se o percurso, a peregrinação de fiéis no relevo da serra, como um ato de sacrifício. Mais uma vez está presente no alto da serra a percepção do lugar sagrado. Essa percepção muitas vezes é desenvolvida por meio do deslocamento de altitude. Os fiéis partem do centro, o ponto baixo da cidade, em direção ao *céu*, ao lugar sagrado. Esse ritual de peregrinação acontece não somente no dia da festa. Existem as pessoas que sobem a serra a pé, uma vez ao ano, ou uma vez ao mês, ou até uma vez na vida, como um ato de devoção à Santa. É muito comum entre os setelagoanos a subida da serra como um pagamento de promessas.

Voltando no tempo, ao século XX, após a Segunda Guerra, entre 1949 e 1959 chegaram à cidade as indústrias tradicionais, a Cedro Cachoeira, e a Itambé. E cada vez mais, a vida rural ia sendo substituída pela industrial-operária. Porém devemos destacar que na área rural, os ganhos obtidos pela mineração possibilitaram que os fazendeiros alterassem a composição de gado de Zebu e Nelore para Girolanda, que configura, atualmente, uma importante bacia leiteira no estado.

A partir dos anos 1960, com o estabelecimento das metas de desenvolvimento no governo de Juscelino Kubsticheck, surgiram as primeiras siderúrgicas em Sete Lagoas, que interceptavam e faziam duplo carreto com o carvão, na entrada do sertão, e com o ferro da Zona Metalúrgica. Por volta de 1973, com a inauguração da

BR040, um importante parque industrial se instalou em Sete Lagoas, às margens da rodovia. Ao final dos anos 80, a cidade transformou-se no maior produto de ferro-gusa da América Latina, o que afirmou sua condição industrial. Observa-se a presença de quatorze indústrias, em 2006, às margens da BR040, sendo a maioria delas siderúrgicas. As siderúrgicas contêm altos fornos, espaços para o estoque de carvão vegetal e inúmeras vias de circulação internas, com reduzida qualidade ambiental. São elas as maiores responsáveis pela poluição do ar e das águas, principalmente nas regiões mais próximas as suas instalações.

Figura 20 – Cruzeiro iluminado



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2010.

Essa idéia de progresso, relacionada à instalação e consolidação do parque industrial setelagoano, chega também a serra. No ano de 1972, o consórcio da siderúrgica SAMBRA, em homenagem à Santa Helena, doou todo o material necessário à pavimentação da estrada de acesso à Serra, revestida de 3,2 Km de mármore poliédrico. Esta estrada que atualmente facilita o acesso à serra, foi inaugurada em sete de maio de 1972. Na mesma época, um pouco antes, em 1971, o cruzeiro rústico, em madeira, foi substituído por outro de aproximadamente 10m de

altura, em concreto armado, com iluminação interna. A noite ele pode ser visto por vários pontos da cidade. O mesmo acontece com a estrada da serra, que desde a década de 80 passou a contar com postes de iluminação. A construção dessa estrada está relacionada à necessidade ampliar as atividades de lazer realizadas na serra desde início do séc.XX. Essas atividades, a princípio eram na maioria de contemplação e descanso, como por exemplo as famílias que faziam piqueniques. Com o passar dos anos, a serra vem sendo apropriada por grupos que desenvolvem nela, práticas esportivas, como por exemplo, rapel, caminhadas, ciclismo, cavalgadas, *camping*, *trail*, *rally*, *motocross*, *paraglider*, etc. A diversificação das atividades amplia também os grupos de usuários. Atualmente, no ano de 2010, o espaço da serra é cada vez mais utilizado, não só por moradores, como por visitantes de outras cidades. Há ainda que se observar que existem os moradores antigos e os moradores forasteiros, que devido à taxa elevada de crescimento são atualmente, quase um terço da população.

No ano 2000 foi inaugurada uma fábrica de veículos utilitários ligada à FIAT e à IVECO, como consequência da instalação de indústrias de autopeças na cidade. A expansão industrial atraiu um grande contingente de população e levou a cidade a um processo de crescimento, que além de promover uma forte pressão sobre a área central e a perda significativa do seu patrimônio e do seu espaço público, vem invadindo o território da Serra Santa Helena. No período 1991-2000, a população total de Sete Lagoas registrou uma taxa média de crescimento anual de 2,92%, passando de 144.014, em 1991, para 184.871 em 2000. Já em 2010 a população total é de 214.071³¹. Ou seja, no período de 20 anos a população aumentou quase 50%. Atualmente, em 2010, Sete Lagoas ocupa o 8º lugar na lista das cidades exportadoras de Minas Gerais em 2007, e ficou em 29º lugar, acima da média nacional, no ranking dos 300 municípios mais dinâmicos, por atrair investimentos, melhorando a oferta de emprego. A cidade possui, atualmente, 21 siderúrgicas, com 49 fornos funcionando e com uma produção estimada de 155,400 t de ferro gusa. É a 7ª melhor em termos de volume exportado. As expectativas futuras para o desenvolvimento econômico da cidade de Sete Lagoas são de crescimento. Está em

³¹ FONTE: IBGE – 2005 e 2010

fase de instalação uma unidade da fábrica de cimentos Brenand no município, resultado de um investimento de mais de R\$ 300 milhões. O Grupo Fiat vai investir R\$ 5 bilhões em Minas e a montadora da Iveco- Fiat vai utilizar parte deste capital. Será criado o novo Parque Industrial na MG-238. Além disso, novas empresas demonstram interesse em se instalar na cidade em função da proximidade do aeroporto Tancredo Neves (Confins) e pela excelente logística que o município possui. Sete Lagoas está entre os cinco melhores entroncamentos logísticos do Brasil. Tal crescimento econômico repercute diretamente na ocupação territorial do município. O parque industrial, citado acima, foi previsto no Plano Diretor de 2006 às margens da rodovia MG-238 e precisa ser regulamentado. Além disso, outras novas industriais, como o caso da Brenand, continuam sendo instaladas às margens da BR-040 e não da rodovia MG-238. Observamos que essas atividades industriais vêm cada vez mais ocupando espaços onde eram desenvolvidas as atividades tipicamente rurais. E na maioria das vezes, a instalação dessas grandes fábricas, além de ocuparem grandes áreas de propriedades rurais, causa impacto nas propriedades vizinhas.

A maioria do território da APA da Serra de Santa Helena é de propriedade particular, no qual as principais atividades econômicas são tipicamente rurais, compreendendo a pecuária e a agricultura. A pecuária bovina ocupa lugar de destaque, voltada principalmente para o leite, sendo 70% de leite e 30% de corte, caracterizando-se pela extensividade da exploração. No estudo recente da EMATER foram relacionadas 74 propriedades rurais - o que corresponde a aproximadamente 74 famílias residentes na área da APA da Serra de Santa Helena, exceto as chácaras loteadas e não habitadas. Também nos arredores da capela encontram-se algumas moradias, cujos donos receberam a posse pela Prefeitura de Sete Lagoas e que acompanharam boa parte da história da Serra. A alimentação do rebanho provém, em grande parte, das pastagens nativas e, em menor quantidade, de pastagens plantadas, principalmente com o uso do capim brachiaria e cana-de-açúcar. Nas pequenas e médias propriedades, encontram-se ainda pequenos animais, como suínos e galináceos. Na agricultura, atividade secundária e normalmente de subsistência, predominam as culturas tradicionais de milho e feijão, disseminadas praticamente em todas as pequenas e médias propriedades rurais e ainda, em menor expressão, algumas espécies de hortaliças e frutas. Destacamos que a

atividade rural, desenvolvida na APA da Serra, desenvolve um tipo característico de apropriação da paisagem cultural que se distingue da apropriação relacionada às atividades de lazer e devoção à Santa. Neste caso, a percepção diária vai desenvolvendo uma experiência individual, e por meio dessa percepção a pessoa vai cada vez mais se apegando ao lugar. “A serra é um pedaço da minha casa e da minha vida, faz parte da minha alma”. (Roberto Miranda, 55 anos, morador a 30 anos) Esse depoimento revela um profundo laço afetivo entre o indivíduo e a paisagem, a ponto de torná-la um lugar especial justamente porque ela contém os bens que ele considera essencial.

Faz-se a distinção entre os grupos de usuários da Serra, dos moradores, dos visitantes e dos pesquisadores. No grupo dos visitantes, observa-se pessoas que utilizam a serra como peregrinação e devoção e as que vão por lazer. No grupo que utiliza o espaço para lazer temos os moradores que nasceram e cresceram em Sete Lagoas e os moradores recém chegados ou turistas. Novamente distingue-se pelo laço afetivo com a paisagem, desenvolvido através do tempo. É interessante observar também, que em decorrência das atividades que são desenvolvidas em determinadas áreas, os diferentes tipos de apropriação acabam por desenvolverem-se de maneira setorizada. Destacamos, entre outros, cinco tipos de espaços de apropriação diferentes: as propriedades rurais, o mirante da turma do parapente, o espaço próximo à capela, o parque da cascata e as grutas e trilhas.

Figura 21 - Do alto da Serra Santa Helena, a vista da cidade



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

Utilizando como aporte teórico COSGROVE (1984), que interpreta paisagem sob o ponto de vista da identificação dos símbolos presentes no lugar, os quais reproduzem normas culturais para o estabelecimento de valores de grupos dominantes. Desenvolvemos a partir da observação em campo, uma interpretação sobre os símbolos instituídos e percebidos na paisagem da Serra Santa Helena. Seguindo a sugestão de COSGROVE de descodificar a paisagem, comparando a paisagem a um texto cultural. Percebemos que as áreas da serra Santa Helena que não contém cercas, nem porteiros, são experimentadas pelas pessoas como áreas públicas. Segundo o autor o simbolismo da paisagem serve aos propósitos de reproduzir normas culturais e estabelecer valores. Assim, quem quer que entre em uma área pública sabe intuitivamente os limites do comportamento, os códigos apropriados de conduta. O público em geral comporta-se de maneira a não invadir o espaço do outro. Por exemplo, a maioria dos visitantes não ligam o som do carro ao lado da capela, que é lugar de oração, nem próximo a pessoas que estão concentradas ou contemplativas. Diante dessas observações percebemos alguns códigos de comportamento, os quais transmitem um específico conjunto de valores. Anteriormente neste texto, definimos áreas na serra, de diferentes apropriações, observamos em cada uma delas diferentes códigos de comportamento. Por exemplo, no mirante da turma do parapente, no momento em que eles estão presentes, preparando os equipamentos para voar, os observadores que se aproximam mantêm a conduta de não invadirem a área de decolagem. Uma vez que é possível estacionar os carros em uma área descampada e plana, que fica ao lado da área de decolagem, dizemos que a conformação do espaço estimula esse tipo de conduta. Já na área próxima ao cruzheiro, como existe um comércio de bebidas, as pessoas sentem-se mais a vontade e comportam-se em alto som. Apesar de estarem em uma área que pertence a Arquidiocese, os visitantes sentem-se como se estivessem em um lugar público, sem monitoramento. Ali, as pessoas não encontram lixeiras, nem avisos proibitivos, nem placas indicativas e de orientação com relação à preservação do espaço. A área do Parque da Cascata, apesar de ser única área pública, tem o seu acesso limitado, com uma portaria e bilheteria. Logo na chegada, as pessoas recebem um panfleto com regulamento que explica as regras do parque. Na lagoa existe a indicação de que é proibido nadar, na praia de

areia é proibido fazer churrasco, ou seja, as regras de condutas são explicitadas, o que facilita a manutenção o espaço.

Essa ausência de entendimento entre o que público e o que é privado, na apropriação do espaço da serra, constitui um dos elementos de indefinição que dificulta a gestão e a preservação da sua paisagem cultural. Nas entrevistas percebemos a confusão que as pessoas fazem com relação às responsabilidades sobre o aspecto da preservação. Quem cuida da serra, e como? Os comerciantes da área do parque respondem que eles contratam uma pessoa para recolher o lixo acumulado à noite. Os esportistas de paraplanagem afirmam que eles próprios ou a própria comunidade recolhem o lixo. E algumas pessoas, principalmente os mais antigos, reconhecem a titularidade da Arquidiocese e percebem a atividade de visitação, na área próxima a capela, como uma descaracterização do lugar sagrado.

Quando se sobe a Serra Santa Helena e chega-se ao topo, próximo à área da Capela de Santa Helena, de onde tem-se a vista panorâmica de toda a cidade. Acreditamos que a vista desfrutada pelos moradores e visitantes, do alto da serra, permite às pessoas visualizarem a morfologia urbana do núcleo, sua evolução e as tendências de expansão. A partir dessa percepção, elas identificam os elementos da paisagem, tais como as lagoas e seus entorno, e assimilam as características diferenciadas. E na associação dessas peculiaridades, constroem o imaginário geográfico, tão importante na relação das pessoas com a identidade do lugar. No imaginário geográfico de que fala Castro (1997; 2000) a natureza não pode ser vista como um dado independente da representação social; quer dizer, em sua cristalização enquanto paisagem ela é percebida, interpretada e mediatizada pelas representações. Como no caso do morador que olha a cidade de cima e tem a sensação de que pode dominá-la. Em Sete Lagoas, é muito comum os moradores subirem a serra com os seus amigos visitantes de outros lugares, para desfrutarem da beleza do lugar e poderem do alto da serra contar as sete lagoas. *Venho aqui e trago meus amigos, para mostrar aos meus convidados a beleza mística da capela, a beleza da cidade e a vista das sete lagoas.* (Antônio Moura, 61 anos, morou em sete lagoas de 1961 a 1969) Assim, acredita-se que quando o morador apresenta a sua cidade, do alto da serra, às pessoas que vêm de outros lugares, e que mostra a eles as características de cada lagoa, por exemplo, ele não só está ajudando as

peças a construírem um imaginário geográfico, como também, está reforçando um imaginário que é coletivo. É coletivo porque essa experiência de contar as lagoas é compartilhada pela maioria das pessoas que visitam a Serra Santa Helena. É como se elas estivessem apropriando-se da paisagem para representar, justificar e reforçar o nome de Sete Lagoas.

Além dessa estrutura paisagística que pode ser contemplada do alto da Serra, ela também pode ser vista das lagoas, como um ponto de referência que reforça o seu significado. Quando os moradores vêm a Serra Santa Helena, eles têm a oportunidade de resgatar na memória as experiências vividas no espaço da serra. O que também contribuiu para a construção do imaginário coletivo, reforçando a relação de identidade do lugar. Destaca-se então o sentido de identidade e pertencimento da população que habita ou trabalha no território abrangido pela paisagem. E observa-se que além da serra, as lagoas são elementos marcantes dentro do contexto urbano, principalmente no cotidiano de quem vivencia a cidade. O próprio nome, *Sete Lagoas*, indica a estreita relação entre o meio físico e a identidade do lugar.

Figura 22 - Parque da Cascata.



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

Mesmo a Serra sendo apropriada como espaço de lazer para a população setelagoana e um dos pontos de maior visitação turística, a administração municipal não reconhece as suas responsabilidades no que diz respeito à sua manutenção e à preservação fora dos limites do Parque da Cascata. Como se trata de uma questão que envolve muitos agentes em diferentes tipos de gestão, para preservar a Paisagem Cultural da Serra Santa Helena seria necessária a gestão pactuada e compartilhada entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada. Porém, atualmente observa-se o aumento de problemas em decorrência da ausência de controle no território da serra. A APA da Serra Santa Helena está localizada em uma região típica do cerrado. Porém, a vegetação original vem sendo substituída, principalmente por pastagens e plantações agrícolas. Além disso, registram-se práticas de manejo agrícola inadequadas, como por exemplo: plantações em áreas de reserva natural e às margens dos rios e a utilização de defensivos agrícolas em áreas de relevo cárstico que aumentam o risco de contaminação de lençóis freáticos. A qualidade das águas superficiais também está comprometida com a instalação de assentamentos inadequados, sem saneamento básico. Outro problema é o de que atualmente, em 2010, na serra, o número de turistas e de práticas esportivas vem aumentando sem que haja nenhum tipo de controle e infraestrutura fora da área do Parque da Cascata. Além dos problemas que ocorrem dentro do limite da APA, existem outros fatores, localizados no entorno imediato da serra, que ameaçam a sua preservação. Como por exemplo, o aterro controlado que se localiza na porção Norte, a expansão territorial urbana do município, na porção leste e a área industrial e de mineração de calcário na porção sudoeste.

Não há regulamentação da APA da Serra Santa Helena, que contempla o plano de manejo e de preservação. Apesar de uma parcela da comunidade local reconhecer o valor dessa paisagem, de suas funções e transformações, existe a necessidade de sensibilizar a população, as organizações privadas e as autoridades públicas sobre a importância de criar instrumentos de planejamento e gestão os quais possam preservar a qualidade de vida da população, sobretudo naquilo que agrega o cotidiano a sua identidade antropológica.

6.4 Elementos patrimoniais existentes

6.4.1 Bens Móveis

6.4.1.1 Imagem da Santa Helena

Dentre os bens móveis que podem ser encontrados na Serra Santa Helena está a imagem da santa que se localiza na capela, atualmente. Segundo as autoras Maria Ângela Lacerda Bolson e Aíde Maria de Carvalho, evidências históricas sugerem que Helena nasceu no ano de 248 d.C., na antiga cidade de Drepanum (atualmente Herkes) na região de Bithynia (atual Turquia). Nessa época, essa região pertencia aos domínios do Império Romano.

Figura 23 - Altar da Capela de Santa Helena



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

Figura 24 – Imagem de Santa Helena no altar da capela



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

Não há registros de informações precisas sobre a origem social de Helena. Sugere-se que sua família fosse dona de uma hospedaria da cidade de Drepanum sendo, portanto, inquestionável a sua origem humilde, uma vez que na época era baixo o prestígio social das pessoas que trabalhavam ou possuíam hospedarias.

Por volta do ano 270 a.C., Constâncio Cloro, um militar romano descendente de uma nobre família da região da Dalmácia (atualmente Sérvia/ Croácia), foi designado pelo Imperador como comandante de um exército para combater os persas e outros povos que estavam se insurgindo contra a dominação do Império Romano na Ásia Menor. Ao chegar a Drepanum, conheceu e apaixonou-se por Helena. Tiveram um filho que se chamou Constantino e nasceu, provavelmente, em Naïssus (Sérvia) no ano 272 d.C. Helena e o filho foram então viver na corte na região da Dalmácia. Todavia, o casamento legal entre Helena e Constâncio Cloro não podia ser oficializado, uma vez que as leis romanas, apesar de permitirem que vivessem juntos, não permitiam casamentos legais entre pessoas de classes sociais

diferentes. Tudo indica que Helena e Constâncio Cloro tiveram um relacionamento conjugal estável até o ano 289 d.C. , quando Constâncio teve que separar-se de Helena e esposar Teodora, filha do nobre Maximiliano Augusto. Esse casamento era um pré-requisito para a carreira política de Constâncio, que logo a seguir foi designado para governar a região oeste, uma das recém criadas quatro províncias da tetrarquia em que se dividiu administrativamente o Império Romano.

Constantino foi criado na corte, em Nicomedia, onde recebeu uma excelente formação cultural e militar, supervisionada pelo próprio imperador Diocleciano. Em 306 d.C., após a morte de Constâncio Cloro, as tropas reunidas em York proclamaram Constantino como sucessor de seu pai e governador de uma das quatro províncias do Império Romano. Helena juntou-se à Corte de Constantino, instalada na cidade de Trier (sudeste da Alemanha, próxima a Luxemburgo), onde viveu durante vários anos.

Em 313 d.C., Constantino promulgou o "Édito de Milão" que garantiu tolerância e proteção ao Cristianismo em todas as suas províncias. Helena ostentava na Corte de Constantino o título de Mulher Nobre (Nobilissima Femina). No outono de 324 d.C, Constantino homenageou sua mãe com o título Augusta (imperatriz), o que veio reforçar sua grande ascendência e ligação com o filho, fato que, certamente serviu de influência nas decisões tomadas pelo imperador, sobretudo aquelas que se referiam a difusão do Cristianismo.

Segundo historiadores, Constantino colocou a disposição de Helena todos os recursos do tesouro do império, para que ela usasse principalmente na construção de igrejas e fortalecimento da fé cristã. O título de Augusta foi comemorado em todas as províncias do império, através de novas moedas com a inscrição "FL. Helena Augusta" que traziam o perfil da face direita de Helena.

O bispo Eusébio, um dos poucos historiadores da época, descreve na sua obra "Vida de Constantino" a generosidade de Helena durante toda a sua existência, e em especial durante sua visita à Terra Santa. Helena distribuiu alimentos e roupas aos pobres, libertou àqueles que sofriam injustamente nas prisões e também mandou libertar centenas de condenados ao trabalho escravo nas minas da região. Relata Eusébio que Helena visitou todas as cidades e rezou em todas as igrejas. Helena pregava e colocava todos os recursos do império à disposição das

comunidades para construção de igrejas e basílicas tanto na Palestina como nas províncias vizinhas.

Segundo Eusébio, Helena morreu aos 81 anos de idade, provavelmente, na cidade alemã de Trier, logo após seu retorno da viagem à Terra Santa. Após a morte de Helena, os escritores da época, entre eles Sócrates, desenvolveram diversas versões de narrativas sobre a viagem de Helena à Terra Santa, com ênfase na procura da cruz verdadeira onde Jesus Cristo foi crucificado. Contam os historiadores que Helena teve um sonho que a conduziu a Jerusalém e ao local exato onde Jesus fora sepultado. Outros contam que foi um judeu chamado Judas Cyriacus quem ajudou Helena a encontrar o local. Cobrindo esse local ela encontrou um templo pagão e uma estátua em homenagem à Afrodite, deusa grega.

A humildade e caridade de Helena auxiliando pobres e libertando prisioneiros durante sua peregrinação pela Terra Santa também ficaram na história como modelo de pessoa ao mesmo tempo poderosa e piedosa. Muitas imperatrizes e rainhas da Antiguidade e Idade Média se espelharam em Helena como modelo a ser seguido. É atribuída a Helena e seu filho Constantino a escolha do local (Monte Vaticano), onde São Pedro foi supostamente martirizado para a construção da primeira basílica de São Pedro, em cujas ruínas erigiu-se, posteriormente, a atual basílica e sede da fé católica. A estátua de Helena carregando uma cruz está representada numa das quatro colunas que sustentam a cúpula da basílica de São Pedro, no Vaticano. Dedicada à difusão do Cristianismo, Helena recebeu o título de "Santa", tanto da Igreja Católica como da Igreja Ortodoxa. O dia a ela dedicado pelos ortodoxos é 21 de maio, já a Igreja Católica celebra o dia de Santa Helena em 18 de agosto.

6.4.2 Bens Imóveis

6.4.2.1 Capela de Santa Helena

O principal bem imóvel encontrado na Serra de Santa Helena é a Capela de Santa Helena, cuja origem se relaciona com a história da própria cidade de Sete Lagoas e da Serra Santa Helena. De acordo com informações obtidas na monografia de Maria

Ângela Bolson e Aide de Carvalho, a gleba onde se localiza a capela foi doada pelos proprietários Carlos e Geraldo Filizola, posteriores à posse do fazendeiro Lino Antônio de Avelar, à comissão zeladora da capela. O terreno foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas e, em 1991, através da Lei Municipal número 4359, a prefeitura doou oficialmente para a Diocese de Sete Lagoas uma área de 14259 metros quadrados, que abrange o local da capela, do cruzeiro, da casa do zelador e uma área arborizada que os contorna.

Figura 25 - Exterior da Capela de Santa Helena



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

Figura 26 - Vista lateral esquerda da Capela de Santa Helena



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

A construção da capela segue o estilo colonial português. A nave central mede 8,40 metros de comprimento por 7,60 metros de largura. A altura é de, aproximadamente, 5 metros. No Museu Histórico de Sete Lagoas existem duas amostras do material da sua construção: o adobe, um tipo de tijolo de barro seco ao sol, e o tijolo de barro cozido. Os materiais empregados em sua construção demonstram que a origem da capela pode ser mesmo a constatada na primeira hipótese, do fazendeiro Antônio Lino de Avelar, ou na versão popular, de Célia Augusta.

O telhado é feito em madeira e revestido de telhas curvas de barro, feitas à mão, como as que compõem o telhado da catedral de Santo Antônio e do Museu Histórico Municipal. O piso, trocado em 1992, é de tábuas corridas, em madeira de paraju. Nas paredes conservam-se as cores coloniais: branco e azul-real. A parte mais alta das paredes, bem ao centro, à frente, passa acima do teto e traz uma cruz tosca de madeira. A iluminação, que antigamente era feita a velas, a lamparina, a lampião de querosene ou gasômetro de carbureto, é há vários anos à eletricidade.

Figura 27 - Interior da Capela de Santa Helena



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

No que se refere à composição do interior da capela, listam-se: um altar de madeira, para celebrações litúrgicas; uma placa de bronze afixada na parede, do lado direito do altar para marcar a comemoração do jubileu de Santa Helena comemorado em 03 de maio de 1951. A mesa que antes era utilizada para comunhão, que era realizada de joelhos, atualmente tem como finalidade separar as pessoas do altar, evitando aglomerações, tumultos e desrespeitos.

Há também duas cantoneiras presas às paredes, que servem como suportes de imagens; duas imagens de Santa Helena, sendo uma antiga de tamanho menor, feita em madeira, e a outra, moderna e maior, feita em gesso; um quadro muito antigo, com a pintura do Anjo da Guarda; escadão e balcão (coro), em madeira, situados na entrada da capela – todos são feitos em estilo rústico, colonial, e a base de sustentação é de madeira maciça, com seis vigas de 20x15 cm, suportadas por duas traves de 30x20 cm. O coro mede 1,35 x 4,30 metros -; duas laterais rebaixadas, onde são colocados os pedidos e objetos em agradecimento às graças alcançadas; uma abertura, para ventilação e enfeite, em forma de cruz, pequena, de cimento, sobre a porta grande central de entrada; duas janelas (1,25 x 0,65 m), uma em cada lateral em estilo colonial, com travas antigas; duas portas 92,10x 0,73 m), uma em cada lateral; uma porta (92,60x 1,35m), dividida em duas folhas, na entrada principal da capela; duas aberturas (3,00x 1,93m), uma em cada lateral interna da capela, perto do altar central, com moldura de madeira maciça; duas janelas (1,00x 0,45 m), nas laterais do teto, das quais duas são de igual tamanho, na frente da capela e outra duas (40x20cm), perto do teto, ao lado do altar, para dar uma boa ventilação dentro da capela; um cofre de esmolas, de tamanho médio de chão; um confessionário de madeira antigo; um genoflectório antigo; duas lanternas e uma cruz média para as procissões; um crucifixo médio, iluminado, em bronze, antigo na parede, mas preso ao teto, acima da cabeça da imagem de Santa Helena; forro do teto detalhado em madeira; suporte com sino antigo, na lateral direita da entrada da capela; o madeirame mais grosso do telhado parece ser da época da construção da capela pelo modo como foi construído. Sem cumeeira e em forma antiga, com os caibros de madeira um a um, se encontrado no centro da capela, paralelamente, na diagonal. Assim a água de chuva é conduzida para o telhadinho das laterais da capela; o beiral da capela é trabalhado e forrado com madeira maciça. Tem 0,60m de altura e contorna toda a capela.

Tendo em vista todos os elementos compositivos da capela, listados acima, tudo leva a crer que o responsável pelo planejamento e construção da capela era muito caprichoso e detalhista. A construção, apesar dos detalhes, utilizou materiais simples, provavelmente extraídos da própria fazenda. O estilo é colonial português antigo, rústico, sem luxo, sem afrescos ou pinturas. Outra evidência de que não poderia ter sido construída por tropeiros de passagem e que a construção foi demorada e demandou muitos recursos. Os tropeiros viajantes se deslocavam para aquele local a fim de encontrar descanso e cuidar de seus animais, logo, eles não teriam tempo nem recursos para construir uma obra tão bem executada.

No que se trata da restauração da capela, deve-se lembrar que fora restaurada diversas vezes, porém seu projeto inicial parece ter sido respeitado em todas elas.

6.4.2.2 Cruzeiro

A Capela de Santa Helena já possuiu três cruzeiros. O primeiro foi erguido no ano de 1852 e fora atribuído ao fazendeiro Lino Antônio de Avelar, que pode ter sido o responsável pela construção da capela, segundo uma das hipóteses da origem da mesma. Foi destruído por um raio. O segundo cruzeiro foi erguido pelo missionário Frei Francisco Coriolano de Otranto, em 1857, e bento pelo Frei Luiz, da Serra da Piedade, em 1863. Atualmente, há um novo cruzeiro, construído em cimento armado, erigido em 1971. O cruzeiro possui iluminação interna que permite que ele possa ser avistado em grande parte da cidade à noite.

Figura 28 - Cruzeiro da Capela de Santa Helena



Fonte: RAMON JUNIOR, 2010.

Figura 29 – Cruzeiro Iluminado no dia da Festa Santa Helena



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

6.4.3 Bens Imateriais

6.4.3.1 A Festa de Santa Helena

A Festa de Santa Helena, também conhecida como Festa da Serra, acontece todo primeiro domingo do mês de maio. É uma festa tradicional, considerada como um dos principais eventos relacionados ao patrimônio imaterial do Município de Sete Lagoas.

A devoção à Santa Helena, em Sete Lagoas, remonta há mais de um século. Há rua, praça, bairro, escola e diversos estabelecimentos comerciais que carregam o nome dessa Santa, evidenciando-nos sua popularidade, não apenas entre os congadeiros e demais representantes do catolicismo popular, mas também entre os mais diversos segmentos da cidade.

Conta-se que foi a partir do aparecimento da Santa, em meados do século XIX, no alto da Serra que hoje leva o seu nome, que se iniciaram no município, os cultos de adoração à Santa Helena. Em 1852 foi construída uma pequena capela em homenagem à Santa, como forma de consagrar o local onde é atualmente realizada sua festa. E no ano de 1972, o consórcio da siderúrgica SAMBRA, em homenagem à santa, doou todo o material necessário à pavimentação da rodovia de acesso à Serra, suntuosamente revestida de 3,2 Km de mármore poliédrico. E desde a década de 80 a rodovia também passou a contar com postes de iluminação.

Durante todo o ano, não apenas no ciclo festivo, inúmeros fiéis sobem a Serra para devotarem homenagens e orações à Santa Helena. E durante o ciclo festivo, a Serra de Santa Helena tornar-se um espaço consagrado e re-consagrado aos sentidos mais profundos da festa popular: do cantar, dançar, rezar, comer, beber, do festar.

Esquemáticamente, pode-se dizer que este ritual se divide em três partes de ocorrência consecutiva: a procissão da bandeira, as apresentações das embaixadas e o levantamento do mastro.

No primeiro momento da festa, tem-se a procissão da bandeira que parte da rua Princesa Isabel, no centro da cidade, em direção à capela de Santa Helena. Ainda na Rua Princesa Isabel as guardas serão preliminarmente organizadas, de acordo

com os fundamentos da tradição, para os acontecimentos que irão se desenrolar no alto da Serra. No início da fila se posicionará uma guarda de congo que tenha, em seu histórico, nomes de grandes figuras do passado e, em seguida, são arranjadas as demais guardas que participarão do evento. No final da fila encontra-se as guardas de moçambique da cidade, escolta de honra dos Reis de Congo Municipal e da Bandeira de Santa Helena. Atrás da bandeira, a multidão de fiéis acompanha.

Figura 30 – Festa de Santa Helena: Procissão à beira da Lagoa Paulino, Guarda Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2010.

Como todas as festas do congado setelagoano, a Festa da Serra se insere no bojo das chamadas manifestações populares, cheia de hospitalidade e plasticidade para com as pessoas que dela se aproximam, e logo são convidadas a participar, numa atitude de naturalidade frente a todas as presenças. Romeiros, camelôs, travestis, fiéis, bêbados, pesquisadores, todos são bem vindos ao banquete. Uma verdadeira profusão de tipos, gestos e sentimentos que vão desde o fiel ao folião, do silêncio compenetrado à gargalhada, da dívida à dádiva, do agradecimento à reivindicação. Parece não haver nada que possa se postar como um corpo ou como um *corpus*

estranho: devotos, penitentes, curiosos, comerciantes e romeiros se diluem numa multidão heterogênea. É do povo e é da rua, de Cristo a Xangô.

Mas diante de tamanha diversidade, há para todos um imperativo categórico: o sacrifício da subida. Como manda a tradição dessa festa centenária, todos os anos, em seu sétimo dia, congadeiros e fiéis se reúnem ao final da tarde na Rua Princesa Isabel, centro da cidade, para dar início ao cortejo rumo ao Santuário Sagrado de Gloriosa Santa Helena. Depois de cerca de duas horas percorrendo a cidade cantando, rezando e dançando, já à noite começa a subida da Serra, que dura mais de uma hora, onde é necessário enfrentar o frio, a fome e o cansaço. Assim, a despeito de minha primeira assertiva sobre certa vocação e sabedoria dos congadeiros em orquestrar as mais variadas e inusitadas presenças, a noção de interdito não se coloca como algo ausente, muito pelo contrário, sua existência é um demarcador de espaços, corpos, gestos, temporalidades. Sua não observância representa um verdadeiro risco para a eficácia das ações ali empreendidas. É nesse, sentido que o trajeto do cortejo, o que estimo ser anualmente executado por mais de 5.000 fiéis, não pode ser pensado como um mero deslocamento de pessoas, mas como uma profunda transformação de seus seres a partir da execução da caminhada.

Subir a Serra significa cumprir uma promessa, fazer um pedido, pagar uma penitência, que só será devidamente efetivada mediante a observância de determinados procedimentos: é preciso subir a pé, estar em sintonia como o sagrado e, de preferência, portar algum objeto que represente externamente essa transformação interior, além de orar, cantar, dançar, para que a promessa seja cumprida corretamente.

Garone (2008) cita em sua monografia a paráfrase popular dos ensinamentos de Santo Agostinho: *quem reza, canta e dança reza três vezes*. Vários outros exemplos se seguem a este, como o correto ordenamento de pessoas, grupos, objetos, enfim, um conjunto de ações e procedimentos cerimoniais que encontram fundamento nas narrativas tradicionais do congado.

A chegada das guardas na Serra de Santa Helena é aguardada com muita expectativa por parte dos demais organizadores do evento, como Reis festeiros e a

Comissão Zeladora da Capela, e pelo público que em geral prestigia o evento, notadamente os moradores da periferia e romeiros de cidades vizinhas.

No alto da Serra os congadeiros encontram montada a estrutura necessária como som, palco, pátio de refeições, fogos, para darem prosseguimento à execução do ritual, além de encontrarem instalada a parte, digamos, “profana” da festa, composta por barraquinhas e camelôs de vendas de artigos religiosos e um locutor cuja função é conduzir as duas últimas partes do ritual.

Figura 31- Segunda fase da Festa de Santa Helena no alto da Serra, apresentação das embaixadas



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2010.

A segunda fase do ritual, ou seja, a apresentação das embaixadas, inicia-se com a chegada de todas as guardas ao alto da Serra de Santa Helena. Antes de darem início às apresentações das embaixadas, personalidades do congado que subiram a Serra a pé, como Presidentes de Associações, Reis Congos Municipal e Estadual, são chamados para compor a tribuna de honra que ficará em frente à capela, privilégio concedido àqueles que possuem uma posição de destaque, além de anunciarem no microfone todas as personalidades presentes no evento.

A terceira fase do ritual inicia-se logo após a apresentação das embaixadas dos moçambiqueiros. Neste momento os mordomos do mastro e alferes da bandeira se deslocam para o local reservado ao levantamento da bandeira para recitar a última embaixada em louvor à bandeira. Após as formalidades dos agradecimentos sobre a realização da festa, recita-se a última embaixada da noite. Após a leitura, seguida do levantamento do mastro, inicia-se um “show de pirotecnia” e o locutor anuncia quais serão as três pessoas que terão o privilégio de dar as três tradicionais voltas ao redor do mastro. Neste último momento, encontram-se todas as guardas que participaram da cerimônia, em redor do mastro. Embaixo da chuva de fogos os congadeiros tocam, cantam e dançam com a promessa de retornarem no próximo ano para repetirem o feito: “Adeus, adeus! Vamos abraçar! Se Deus quiser, ano que vem tornar voltar!”.

Figura 32 – Festa de Santa Helena, levantamento da bandeira.



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2010.

Os festejos continuam até a noite do dia seguinte, com barracquinhas de comidas e bebidas, Algumas famílias montam barracas de camping para passar a noite na serra no dia da Festa.

6.4.4 Elementos Naturais de Interesse cultural

6.4.4.1 Vinháticos

A a espécie arbórea dos Vinháticos, existente no Parque da Cascata, é um bem natural inventariado pelo Prefeitura Municipal de sete lagoas. Os vinháticos pertencem ao gênero *Enterolobium*, à família *Mimifera*, à sub-família *Mimosasae*, à espécie *Plathymenia reticulata*. Conhecidos popularmente como vinháticos do campo, são perfeitamente adaptados em matas e ciliares e possuem, em média, 2,90 metros de perímetro, 47 metros de altura, 53 metros de copa irregular, que sobressaem as demais árvores que os circundam. Responsáveis pela Gestão da Política Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, pertencente à Secretaria Municipal de Cultura de Sete Lagoas, realizaram uma pesquisa detalhada sobre três exemplares de vinháticos existentes no Parque da Cascata. A partir da pesquisa concluída foi proposto o tombamento municipal da espécie, que atualmente foi executado.

6.4.4.2 Parque da Cascata

O Parque da Cascata está localizado na Serra de Santa Helena, a quatro quilômetros do centro da cidade de Sete Lagoas, e possui uma área de 295 hectares de mata nativa, com reserva de fauna e flora.

O parque é uma área de visitação e lazer com funcionamento diário. Nele, existe um lago com 450 metros de diâmetro cercado por mata nativa, um grande fragmento remanescente da floresta estacional semidecidual, muito denso e conservado.

À beira do lago, observamos quiosques em seu redor e uma lanchonete, um parquinho, uma quadra e trilhas no interior da mata.

Uma dessa trilhas dá acesso a um mirante que possibilita a visão de uma cascata que possui uma queda de 35 metros de altura. Nele também é praticado o rapel.

Figura 33 – Parque da Cascata – playground infantil



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

6.5 Gestão

6.5.1 Estado de conservação

O estado de conservação da paisagem cultural da Serra Santa Helena será analisado a partir do estado de conservação dos aspectos físicos originais, como principalmente o da vegetação e dos recursos hídricos e minerais, os quais vêm sendo alterados em decorrência da ação antrópica.

Outro aspecto observado são as condições de apropriação da paisagem cultural da Serra Santa Helena.

- A vegetação e os recursos hídricos e minerais da serra A APA da Serra Santa Helena

A Serra Santa Helena está localizada em uma região típica do cerrado que foi em parte substituída, principalmente por pastagens (capim brachiaria) e plantações

agrícolas (atividade secundária). Segundo estudo da EMATER³², no ano de 2008, ocorreu um aumento de área de pastagens e/ou produção agrícola através uso de queimadas, a prática da pecuária ocorre em condições inadequadas de manejo. Nas plantações, em alguns casos, nas áreas de reserva natural ao longo dos rios e das unidades, foram utilizados defensivos agrícolas, em áreas de relevo cárstico, o que pode levar a contaminação de lençóis freáticos. Tal fato compromete ambientalmente essa região e os municípios vizinhos. Apesar dessa descaracterização, decorrente da ação antrópica, merece registro a existência de significativos fragmentos de vegetação nativa em toda a área, principalmente na área correspondente ao Parque da Cascata (Floresta Estacional Semidecidual) e em seu platô e em toda a extensão de suas encostas (cerrado e suas variações campo, campo cerrado e matas de galeria com suas vegetações campestres, herbáceas, sub-arbustivas, arbustivas e arbóreas). Essa vegetação encontrada na região da APA é de grande importância para o município e para a região, principalmente levando-se em consideração a fauna regional, o clima, a conservação do solo e dos corpos hídricos. Algumas dessas áreas são frágeis à ocupação humana, já que em sua maioria são invasões “ao longo dos córregos, comprometem não só as nascentes, mas também a continuidade dos cursos d’água com o esgotamento sanitário e a deficiência de saneamento básico”. As atividades como a prática de trail, rally, motocross e congêneres, podem causar danos ao meio ambiente. Observamos ainda, o avanço das áreas de mineração para dentro dos limites da APA o que degrada paisagem da serra.

Em virtude da degradação ambiental (queda da fertilidade do solo, assoreamento dos córregos e rios, erosão, etc.) perde-se também a qualidade de vida da população.

- Expansão Urbana

No entorno da APA existe a expansão urbana do município (bairros) com suas indústrias, comércios e áreas residenciais. Dentre os principais vetores de pressão na área da Serra Santa Helena é possível citar a expansão imobiliária, com bairros e

³² PROJETO DE LEI, **Área de Proteção Ambiental, APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG**. [Sete Lagoas]: [Prefeitura], 2007. Material não publicado fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas.

loteamentos sendo planejados (ou até mesmo sem planejamento) para implantação no interior da APA ou em áreas limítrofes. Exemplo disso é o projeto de loteamento na área da Lagoa da Chácara, que está em processo de aprovação com cerca de 1773 lotes (sendo 1625 "unifamiliares", 90 "multifamiliares" e 58 lotes comerciais), detalhado no item de *Ações de Preservação*, desse inventário.

6.5.2 As condições para apropriação da paisagem da Serra

Todo o complexo natural representa um excelente potencial turístico/ecológico e, por isso mesmo, já atraem turistas locais e da região. Este potencial já vem sendo utilizado, porém sem mecanismos de controle.

A Serra Santa Helena é também uma excelente área para ser utilizada para desenvolver a educação ambiental e patrimonial, principalmente por escolas, associações, sindicatos, enfim, para a população em geral, que poderão observar e discutir os problemas pertinentes à sua fauna, flora, conservação do solo, recursos hídricos, identidade, valor histórico cultural, etc e, em consequência, concluir sobre a importância da paisagem cultural da Serra e da preservação da sua biodiversidade para as futuras gerações.

6.6 Titularidade

A Serra de Santa Helena é uma área tipicamente rural de propriedades particulares, excetuando-se a área da Capela de Santa Helena e do Parque da Cascata. De acordo com informações coletadas com a população residente e líderes da região, foram relacionadas 74 propriedades rurais - o que corresponde a, aproximadamente, 74 famílias residentes na área da APA da Serra Santa Helena, exceto as chácaras loteadas e não habitadas³³.

³³ PROJETO DE LEI, *Área de Proteção Ambiental, APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG*. [Sete Lagoas]: [Prefeitura], 2007. Material não publicado fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas.

Através do documento não-publicado a respeito de dados cadastrais de proprietários da APA cedido pela Prefeitura de Sete Lagoas, a titularidade privada dos terrenos existentes na Serra Santa Helena consiste em pequenas propriedades rurais, como sítios e chácaras, e grandes fazendas como a Fazenda Santa Helena, que possui 4,5 mil hectares e pertence a Marconi Reis. Exemplos de sítios são o do Capão Rico, com 27,647 mil hectares, o Sítio do Jairo, com 3 mil hectares, e o Sítio Guará, com 5mil hectares. Outras fazendas que podem ser citadas são a da Lapa, com 81070 hectares, além de outras menores, como a de Santa Edwiges, com 100 hectares, a do Estreito, com 250 hectares, além da Fazenda do Paiol, com 130 hectares.

Há também proprietários de lotes no Bairro Retiro da Serra, com 4000 metros quadrados e donos de chácaras como o do Chacreamento Santa Helena, com um total de 79631,5 metros quadrados.

A área da Capela Santa Helena e seu entorno imediato pertence à arquidiocese de Sete Lagoas.

A área total do Parque da Cascata, de titularidade pública, corresponde a 76,685 Km da superfície da Área de Proteção Ambiental da Serra Santa Helena. Esse número equivale a 8,7% do território do município de Sete Lagoas.

6.7 Proteção Jurídica

- Proteção do sítio.

A Lei Municipal 5.570 de 1998, estabelece a Serra de Santa Helena como Área de Proteção Ambiental (APA). A APA é uma unidade de conservação classificada na categoria de uso direto dos recursos naturais, onde são permitidas a ocupação e exploração dos recursos naturais, conforme normas que assegurem a proteção da unidade. A APA Serra de Santa Helena possui 4.928,0ha34a39ca (9,13% da área do município). Essa legislação propõe o limite da APA da Serra Santa Helena, porém as normas de uso e ocupação do solo não estão regulamentadas.

O mesmo acontece com o Parque da Cascata, que foi desapropriado pelo município, porém não possui uma legislação municipal específica de criação e manutenção.

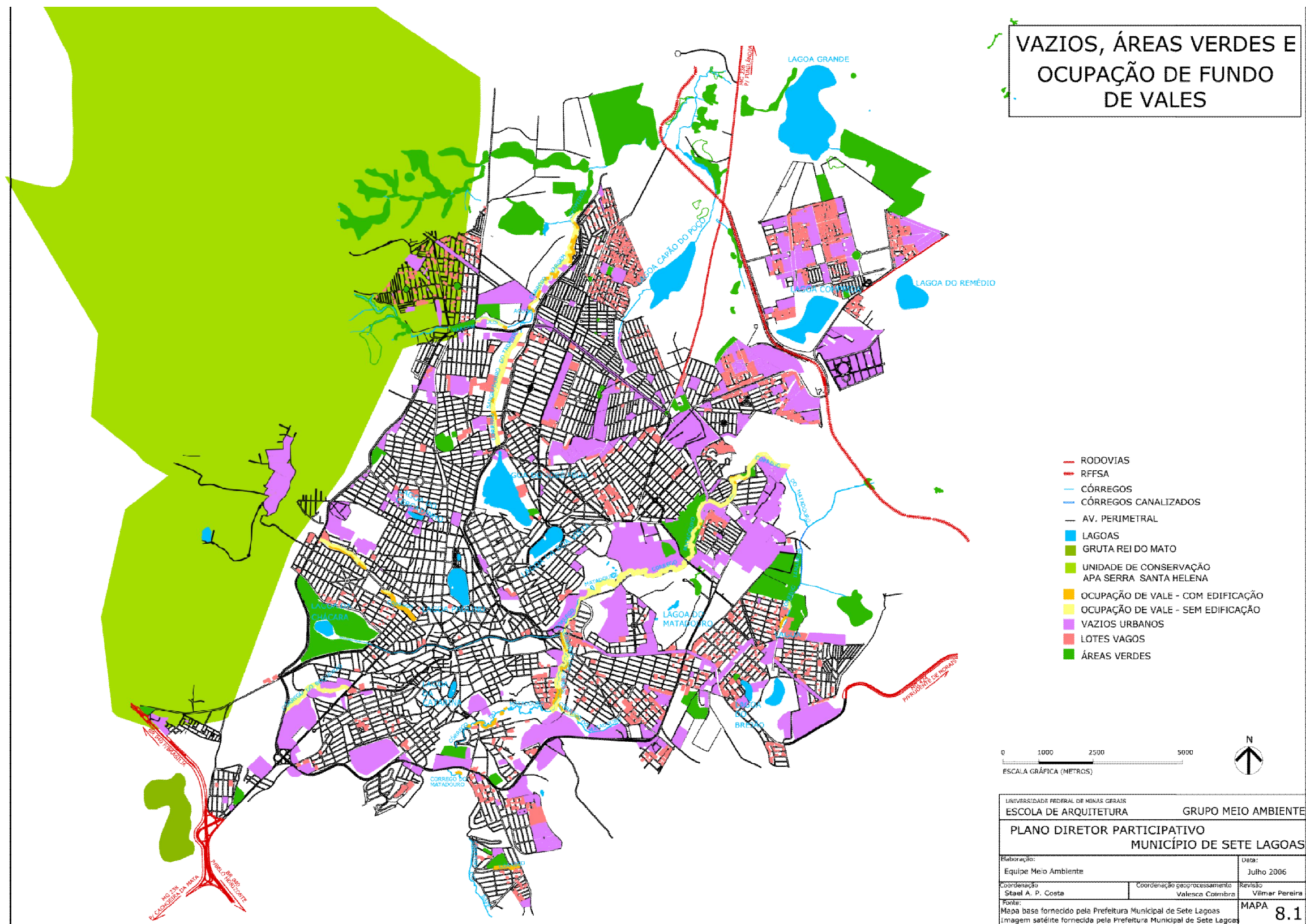
Atualmente, no ano de 2010, o Parque está sob a gestão da SELTUR, uma unidade administrativa da Secretaria Municipal de Turismo.

- Proteção do entorno

A Lei de Uso e Ocupação do Solo de Sete Lagoas, Lei Complementar nº 08 de 23 de Setembro de 1991, no artigo 278, estabelece um instrumento de proteção da linha da Serra de Santa Helena, incidindo sobre a margem oeste da Lagoa Paulino. Essa lei impede a construção de edificações de mais de três pavimentos, a fim de preservar o quadro paisagístico formado pela associação da Lagoa Paulino com a Serra de Santa Helena. Porém, a LEUS de 1991, não preserva as visadas da Serra e permite a verticalização no entorno das outras seis Lagoas.

Outra questão são as áreas previstas nesta Lei como *Áreas de Expansão Urbana*, passíveis de ocupação, porém a maioria não regulamentada. Algumas até já tiveram a sua ocupação regulamentada com emendas e decretos leis, porém, sem a observância do contexto geral da cidade. No mapa a seguir alguns dos vazios urbanos e áreas verdes são áreas de expansão urbana. Observa-se também que o crescimento populacional do município é bastante acelerado, o que induz a criação de novos loteamentos, inclusive no entorno imediato da Serra, ou até mesmo na área da APA, uma vez que esta não está regulamentada.

Figura 34 – Mapa das áreas verdes e vazios urbanos no Município de Sete Lagoas



Fonte: Relatório Técnico Plano Diretor de Sete Lagoas, 2006. Nota: Alteração de formato realizada no Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG.

6.8 Ações de preservação

6.8.1 Projetos de Lei

- O Decreto nº 2685 de 19 de junho de 2001

Sob a justificativa de interesse social, determina a desapropriação de imóveis no Bairro Retiro da Serra, contido dentro do perímetro da APA Santa Helena, para fins de preservação ambiental da Serra. O decreto prevê a desapropriação de 226 lotes, estando 150 deles em poder do empreendedor do loteamento Retiro da Serra Empreendimentos Ltda e 76 já vendidos para outros proprietários. O decreto não chegou a ser implementado, mas representa uma iniciativa de salvaguardar as encostas da Serra dos efeitos da expansão urbana.

- A Lei Municipal 5.570 de 1998

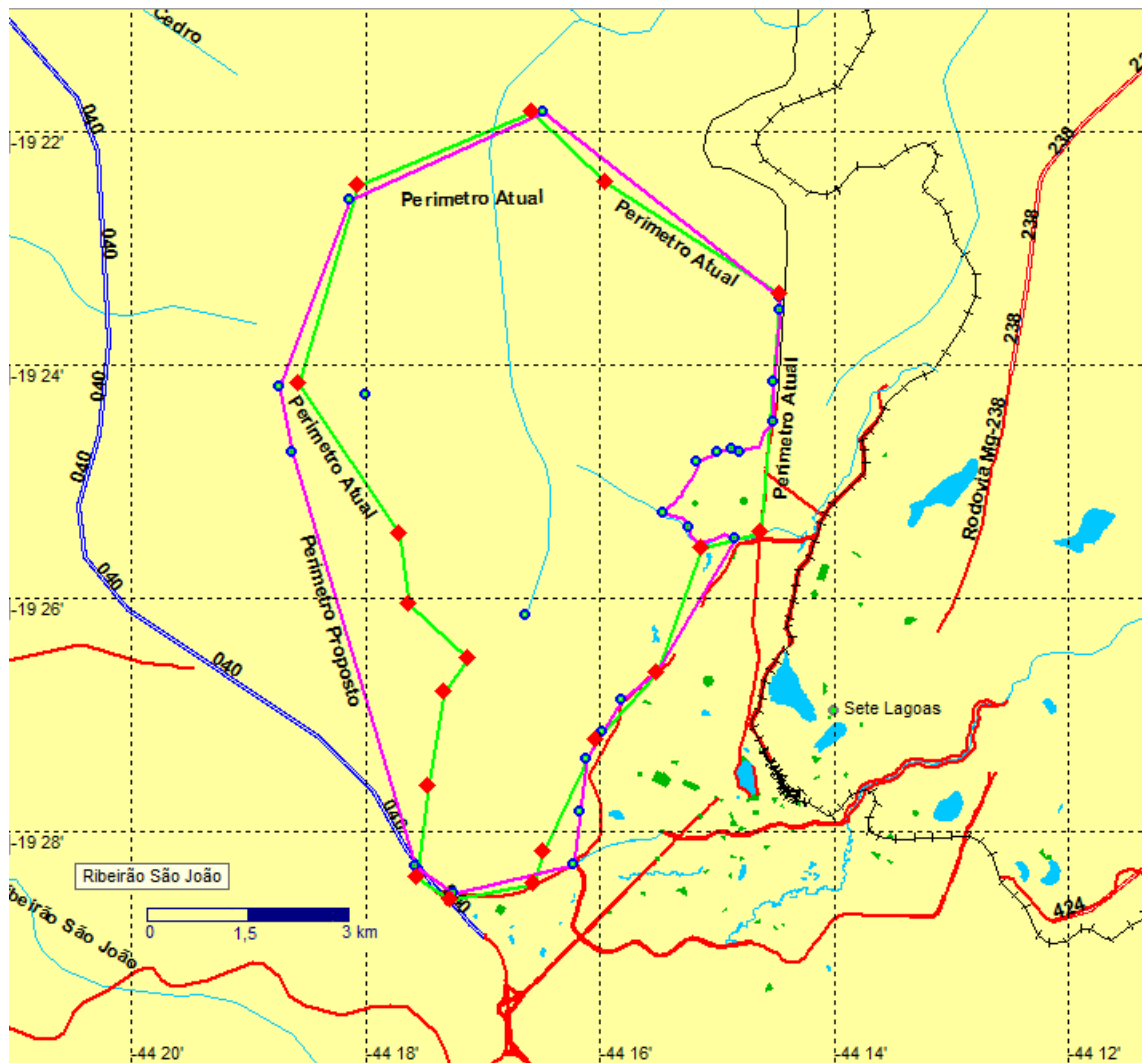
Que estabelece a Serra de Santa Helena como Área de Proteção Ambiental define somente o perímetro, é necessário a regulamentar o uso e ocupação do solo nesta APA, conforme Resolução do CONAMA nº 010 de 14 de dezembro de 1988, definindo zonas de intervenção que estabelecem manejos específicos, de forma a garantir o desenvolvimento econômico das atividades produtivas e manter a sustentabilidade ambiental dos sistemas naturais. Neste sentido, foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas, em parceria com a EMATER MG, uma proposta de regularização da APA da Serra Santa Helena, no ano de 2007, a qual encontra-se como um projeto de lei da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ainda não aprovado pela Câmara Municipal³⁴. Observamos pouco interesse da atual administração para encaminhar essa proposta à Câmara.

Na proposta, o perímetro da APA sofre variações, como no mapa a seguir. Essa proposta de Lei concentra-se na criação de três unidades ou zonas ambientais, identificadas a partir de aspectos bióticos e abióticos e das condições atuais de uso

³⁴ PROJETO DE LEI, **Área de Proteção Ambiental, APA Serra de Santa Helena: Sete Lagoas – MG**. [Sete Lagoas]: [Prefeitura], 2007. Material não publicado fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Sete Lagoas.

e ocupação do solo. Criaram-se as Zonas de Vida Silvestre da APA Santa Helena, que são destinadas a salvaguarda e proteção da biota nativa, para garantir a manutenção de ecossistemas naturais. Foram subdivididas em Zonas de Preservação da Vida Silvestre e Zonas de Conservação da Vida Silvestre. As primeiras estão situadas em locais de Preservação Permanente, segundo o artigo 7º do Decreto 33.944, de 18 de setembro de 1992, e correspondem a 16,88% da área da APA. As segundas ocupam uma área de 35,98% da APA e nelas é admitido o uso moderado e auto-sustentado da biota.

Figura 35 - Mapa dos perímetros: atual e proposto, para a APA da Serra Santa Helena



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

O zoneamento define áreas de restrições às atividades antrópicas que ocorrem na Serra Santa Helena e foram definidas áreas de atividades proibidas, limitadas e incentivadas. Dentre as atividades proibidas ou limitadas, estão as explorações minerárias de areias e cascalhos, granitos, quartzitos, britas e cerâmicas ribeirinhas, além do uso de corretivos e fertilizantes de plantio ou cobertura com teores expressivos de impurezas de elementos e metais pesados, por exemplo. Dentre as atividades estimuladas, estão a preservação e recuperação das APPs, o reflorestamento de proteção com espécies nativas, a estabilização de voçorocas e o turismo rural e ecológico, por exemplo. O novo zoneamento propõe, a criação de um Plano de Manejo, um instrumento de planejamento que orienta a gestão integrada, descentralizada e participativa. Ele estabelece diretrizes para programas, projetos e ações a serem executados na unidade de conservação por diferentes setores, governamentais ou não, que atuem de forma direta e indireta. Além do Plano de Manejo, a nova proposta de zoneamento prevê a criação de um Conselho Gestor, semelhante ao Conselho Consultivo proposto no antigo zoneamento, para administrar a APA e do Programa Administrativo; de Fiscalização; de Pesquisa Científica; de Educação Ambiental. O zoneamento proposto enfatiza que a utilização de florestas e das demais formas de vegetação dependerá do prévio parecer da entidade administradora da APA e da competente autorização do Instituto Estadual de Florestas (IEF) ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), quando for o caso. Ela determina também que todo produto e subproduto florestal cortado, colhido ou extraído com autorização, devem ser dados a aproveitamento sócio-econômico, inclusive quanto aos resíduos para o enriquecimento do solo e melhoria das condições ecológicas da área explorada. A utilização da vegetação considerada permanente pelo artigo 7º do Decreto Estadual nº 33.944, de 18 de setembro de 1992, além de parecer prévio da entidade administradora da APA, dependerá de prévia autorização do IEF no caso de obras, atividades, planos e projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante projetos específicos; no caso de extração de espécimes isolados, mediante laudo de vistoria técnica que comprove risco ou perigo eminente, obstrução de vias terrestres ou fluviais, bem como para fins técnico-científicos, estes mediante projeto apreciado pelo órgão competente; e no aproveitamento de árvores, de terras ou de material lenhoso, sem prejuízo da conservação da floresta, com licença concedida pelo órgão

competente. O zoneamento proposto, em relação à captação, canalização, retificação e aos barramentos de cursos d'água, determina que devam possuir uma licença especial da entidade administradora da APA e também da outorga de direito de uso pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM).

O novo zoneamento especifica o parcelamento do solo para fins urbanos e determina que ele dependa de uma licença especial da entidade administradora da APA, responsável por assegurar a obediência às posturas municipais, como a obrigatoriedade da implantação de um sistema de coleta e tratamento de esgoto e 20% de área do terreno reservada ao plantio de árvores, por exemplo.

Quanto às atividades poluidoras, como as industriais, deverá haver uma aprovação por parte do grupo que administra a APA. Quanto ao uso agropecuário, foi estabelecido que é proibido o uso de agrotóxicos e outros biocidas que ofereçam riscos sérios na sua utilização, inclusive no que se refere ao seu poder residual, e o pastoreio excessivo, capaz de acelerar processos de erosão. O cultivo da terra deverá ser feito de acordo com as práticas de conservação do solo, recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão agrícola.

6.8.2 Ações da sociedade civil

- Projeto nosso parque

A Organização Não-Governamental (ONG) de Sete Lagoas, denominada ADESA- Associação de Desenvolvimento Ambiental de Sete Lagoas, realiza o projeto denominado *Nosso Parque*, dentro da área do Parque da Cascata, desde 2008.

O Parque da Cascata, de titularidade pública, corresponde a 76,685 Km da superfície da Área de Proteção Ambiental da Serra Santa Helena. Esse número equivale a 8,7% do território do município de Sete Lagoas.

Para a realização do projeto a ADESA montou a sua sede no próprio parque, que funciona em uma casa de madeira ao lado da portaria do Parque.

Segundo a turismóloga Aline Gomes, de 27 anos, o projeto é financiado pelo Programa Petrobrás Ambiental, que seleciona projetos inscritos de acordo com o

edital lançado de 2 em 2 anos. No processo de seleção foram inscritos cerca de 900 projetos e aprovados 47.

O projeto Nosso Parque, ainda segundo à Aline, tem como objetivo principal recuperar as micro bacias do Córrego da Cascata e do Córrego Diogo e ajudar na sua preservação. Além disso, o projeto ajuda na preservação e conservação da biodiversidade, desenvolvendo corredores ecológicos e executando roteiros ecopedagógicos com a meta de 12.000 alunos e 12.400 visitantes. Dentre as metas do projeto destacamos a produção de 20 mil mudas e o plantio e monitoramento de 5 mil mudas.

Figura 36 – Placa existente no Parque da Cascata



Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2010.

O trabalho de educação ambiental desenvolvido pela ADESA recebe visitantes e alunos de escolas e instituições, todas às quartas, quintas e sextas feiras. Ele inicia na área da capela, com uma abordagem histórica do lugar. O roteiro segue com a visita à sede da ONG e ao viveiro de mudas, que fica próximo a portaria do parque. No viveiro é apresentado como é realizada a coleta de sementes, a questão da

proteção do solo. Ainda no viveiro acontece uma performance teatral infantil, desenvolvendo com as crianças o tema sobre reciclagem. Logo após, é realizado o plantio das mudas. Depois os visitantes descem, passam pela portaria e são levados para conhecer as barraginhas, que criam as bacias de contenção de águas pluviais. Nas barraginhas a ADESA desenvolve um trabalho de monitoramento e reflorestamento. Já no parque, na área da lanchonete, é oferecido um lanche e depois um passeio ao mirante da cascata. Neste passeio são aproveitadas as oportunidades para falar das plantas e dos animais do Parque.

6.8.3 Instituto Municipal de Meio Ambiente e Cultura

Em abril de 2010, um grupo de pessoas, preocupadas com a possibilidade de parcelamento do solo da área onde está localizada a Lagoa da Chácara reuniu-se e fundou uma Associação para viabilizar a criação, regulamentação, implantação e manutenção de um parque público nesta área - o "Parque Natural Municipal na Lagoa da Chácara". Esta associação criou o Instituto Municipal de Meio Ambiente e Cultura, com o seguinte objetivo:

Nosso objetivo é lutar para que esta área seja destinada a uso público, com a garantia da sua preservação e o desenvolvimento de um projeto voltado para a educação ambiental e criação de espaços de contato entre o visitante e a natureza, criando estruturas com um mínimo de impacto ambiental.

Estão inicialmente na luta dois empresários, especialistas em meio ambiente, moradores do entorno da área, vários servidores públicos e membros da imprensa. Ah! Temos o apoio de três vereadores e também do Ministério Público.(ANDRADE, *et al.*, 2010)³⁵

Desde então o Instituto Municipal de Meio Ambiente e Cultura – IMMAC - tem realizado ações no sentido de mobilizar e informar as pessoas sobre a Criação do

35 E-mail de mobilização encaminhado em 08/04/2010. Assinado por: Alessandra Lisboa, Davisson Andrade, Caio Pacheco, Lidiane Campos, Marcelo França e Rodrigo Vianna.

Parque Municipal na Lagoa da Chácara, dentre as iniciativas destacamos quatro audiências públicas e a elaboração do projeto de lei que cria o parque municipal, votado e aprovado pela câmara, vetado via decreto pelo atual Prefeito Municipal.

7 ANÁLISE DO INVENTÁRIO

O **Inventário da Paisagem Cultural da Serra Santa Helena** desenvolvido nesta pesquisa será avaliado neste capítulo sob a perspectiva da sua eficácia como um instrumento de pesquisa, preservação e caracterização da paisagem cultural.

O objetivo principal deste inventário é criar um registro dos aspectos relevantes para a identidade local que, posteriormente, poderá ser utilizado para a preservação da Serra.

7.1 Inventário como instrumento de pesquisa e preservação

Nos órgãos de preservação do Brasil, os inventários estão inseridos no contexto das medidas administrativas de proteção ao patrimônio cultural, e correspondem à atividade sistemática e permanente de pesquisa, identificação e documentação, desenvolvida conforme planejamento estabelecido pela instituição correspondente, visando ao cadastramento de bens culturais. Assim, na maioria das vezes as fichas de inventário contêm os campos de informação necessários à identificação, localização e descrição das características materiais e imateriais, compreendendo valores sociais, econômicos, históricos, estéticos, paisagísticos, ecológicos, construtivos e simbólicos do patrimônio cultural inventariado.

Destacamos os itens 1, 2, 3 e 4 da primeira coluna do quadro a seguir como referência³⁶ de avaliação do inventário como instrumento de pesquisa e preservação do IEPHA que segundo o órgão são essenciais ao inventário.

36IEPHA /MG, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. Inventário de Proteção Do Acervo Cultural De Minas Gerais – IPAC/MG. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/downloads/IPAC/sobre%20o%20ipac_mg.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

Tabela 37 – Tabela de avaliação do Inventário da Paisagem Cultural da Serra Santa Helena

<p>O inventário deve:</p>	<p><u>Quando o Inventário da Paisagem Cultural da Serra Santa Helena apresenta este item</u></p>	<p><u>Como o Inventário da Paisagem Cultural da Serra Santa Helena apresenta este item</u></p>
<p>1. subsidiar o conhecimento de bens de interesse de preservação, estado de conservação e fatores de degradação;</p>	<p>Descreve as condições ambientais, as características ecogeográficas, as características do entorno, os aspectos históricos, os bens patrimoniais existentes, a maneira como os grupos de pessoas utilizam a paisagem. Destacando o estado de conservação e as ações desenvolvidas pela comunidade para a sua preservação.</p>	<p>O Inventário da Serra Santa Helena apresenta de maneira satisfatória os elementos suficientes para subsidiar o conhecimento sobre o estado de conservação e fatores de degradação da paisagem, principalmente no que diz respeito aos bens materiais e aos aspectos ambientais.</p>
<p>2. instrumentalizar as ações no âmbito estadual, regional e municipal através da atuação do poder público;</p>	<p>O texto do inventário destaca as especificidades da Serra, chamando a atenção para a importância da preservação de dado elemento dentro de todo o sistema de significados da paisagem. Como por exemplo: no item <i>Hidrografia</i>, destaca-se a importância da Serra Santa Helena como <u>uma importante zona de recarga de aquíferos e por abrigar um número muito grande de nascentes fundamentais</u> no sistema hidrográfico de toda a região, que é irrigada pelas bacias do Rio das Velhas e do Rio São Francisco. Esse sistema integra vários municípios.</p> <p>O inventario apresenta tratamento da paisagem nas legislações federais e estaduais; e as leis e projetos de leis municipais desenvolvidos para a proteção do sítio. E ressalva que as leis federais e estaduais são importantes para regular e distinguir o que é certo do que é errado, mas somente através de um plano paisagístico a nível municipal, que a paisagem cultural da Serra Santa Helena poderá ser protegida.</p> <p>O Inventário apresenta também a proposta de gestão do projeto de lei, dentro do plano de manejo. Ao final deste item no texto o inventario expõe que se percebe morosidade frente ao encaminhamento do projeto à votação da Câmara Municipal.</p>	<p>A partir da característica destacada no Inventário observa-se que a Serra encontra-se inserida em um sistema que ultrapassa os limites do seu sítio e no qual está em posição de destaque. Assim, no processo de gestão da Paisagem da Serra ampliam-se as co-responsabilidades das autoridades e sociedade organizada ampliando também as possibilidades de mobilização e captação de recursos.</p>

<p>3. subsidiar diagnósticos e pesquisas voltadas ao planejamento urbano e regional, turístico e ambiental, a educação patrimonial, programas de revitalização de centros históricos e salvaguarda de manifestações culturais de toda natureza;</p>	<p>O inventário apresenta entre outros o estudo do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, que contém informações sobre a qualidade das águas e lista as nascentes que fazem parte da bacia hidrográfica da Serra Santa Helena.</p> <p>O inventário lista as espécies vegetais, e apresentar o mapeamento dos principais biomas, destacando o do cerrado, com a sua especificidade devido a proximidade com o Domínio Tropical Atlântico. E ressalta a importância dos remanescentes da vegetação nativa para a manutenção de algumas espécies animais</p> <p>O inventário cita todas as grutas do município, destacando a Gruta da Passagem, a Gruta da Cascata I, a Gruta da Cascata II e a Gruta da Lapa do Boi que fazem parte da APA da Serra Santa Helena, e denuncia a ausência de estudos sobre o estado de conservação.</p>	<p>O inventário reuniu informações de diferentes pesquisas em diferentes áreas: flora, fauna, geologia, história, etc.. Transformando-se em um dossiê de informações que traçam um diagnóstico do bem e que poderão ser utilizadas como referências bibliográficas importantes a futuras pesquisas e ações.</p>
<p>4. orientar a atuação dos Conselhos de Patrimônio Cultural na definição de áreas e diretrizes de proteção e a mobilização da sociedade civil na salvaguarda de acervos culturais.</p>	<p>O inventário apresenta a relação da história da ocupação da Serra, com o desenvolvimento da cidade e com a construção da Capela de Santa Helena. Destacando a capela como um bem imóvel de interesse cultural e a Festa de Santa Helena como bem imaterial de interesse cultural.</p> <p>Durante toda a leitura do texto inventário encontramos mapas e ilustrações que complementam as descrições. Em algumas vezes, como citado acima, o estado de conservação é apresentado na própria descrição dos itens. Mesmo assim, o inventário destaca o item <i>estado de conservação do bem</i>.</p>	<p>O inventário alerta que é urgente estabelecer e atuar políticas voltadas à proteção e gestão dessa paisagem. E mesmo que ele apresente várias iniciativas, principalmente da sociedade organizada, este processo não é de fácil execução, uma vez que há a necessidade de sensibilizar a população, as organizações privadas e as autoridades públicas sobre o valor das paisagens, de suas funções e transformações.</p> <p>O item <i>estado de conservação do bem</i> limita-se a destacar as alterações nos aspectos físicos originais, como principalmente o da vegetação e dos recursos hídricos e minerais, em decorrência da ação antrópica. Verifica-se a necessidade de preservação da Paisagem Cultural da Serra e uma investigação sobre as condições de aproximação entre os bens de interesse cultural tangível com os intangíveis</p>
<p>5. caracterizar o bem inventariado</p>	<p>No texto intitulado <i>importância histórica e simbólica</i>.</p>	<p>O texto descreve a Paisagem Cultural da Serra Santa Helena à partir da história da ocupação e da</p>

		apropriação do lugar, destacando, sempre que possível, a relação da “cultura” e da “natureza”, a luz dos condicionantes ambientais, culturais, sociais e econômicos.
--	--	--

7.2 Inventário como um instrumento de caracterização

A caracterização de uma paisagem cultural passa primeiramente pela identificação dessa paisagem. Como já dito antes, esta identificação está sujeita a diferentes tipos de abordagens. De acordo com a abordagem de preservação do patrimônio cultural faz-se necessário compreender a dinâmica da paisagem ao longo da evolução histórica da cidade, considerando sempre a experiência cotidiana da população atual. Assim, o ponto de vista de um observador pode revelar fatores importantes a serem considerados, que são influenciados pela própria cultura e percepção do lugar. Além dos itens 1, 2, 3 e 4 da primeira coluna do quadro de avaliação do inventário, a pesquisa inclui o item 5, como sendo essencial ao inventário uma forma de caracterização da Paisagem Cultural do bem inventariado.

O inventário produzido desenvolve uma narrativa intitulada **Importância Histórica e Simbólica** que inter-relaciona os diversos sistemas de significados fundamentais à caracterização sobre a paisagem cultural da Serra Santa Helena

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após entender sobre a evolução do conceito de paisagem e a administração deste conceito nas ações de preservação do patrimônio cultural o pesquisador propõe a estudar a paisagem da Serra Santa Helena a partir da pesquisas de observação in loco e de estudos, antes produzidos, a respeito das características da serra, tanto no aspecto natural, como no histórico e cultural. Para organizar as informações coletadas toma-se a decisão de desenvolver um inventário. E à medida que o inventário vai sendo construído, ele vai transformando-se no principal instrumento da investigação sobre a paisagem.

O Inventário da Paisagem Cultural da Serra Santa Helena segue os mesmos princípios dos inventários desenvolvidos nos órgãos de preservação, que privilegia a atividade sistemática e permanente de pesquisa, identificação e documentação. Porém, é produzido um roteiro inédito, desenvolvido de acordo com os atributos e as qualidades que particularizam o território estudado e com o tipo de abordagem da pesquisa. Neste sentido, achamos interessante que ele fosse apresentado e avaliado.

Na investigação sobre o conceito de paisagem, conclui-se que a paisagem, como todo texto, tem muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas.

Diante das múltiplas possibilidades de interpretação, o pesquisador caracteriza a paisagem a partir da história da ocupação e da apropriação da Serra Santa Helena, destacando sempre que possível a relação da “cultura” e da “natureza”, a luz dos condicionantes ambientais, culturais, sociais e econômicos.

A pesquisa torna-se importante à medida que constrói um modo de investigação sobre os valores e significados específicos de um determinado lugar, os quais são reconhecidos pela sua comunidade como seu patrimônio cultural próprio. Ao contrário da dinâmica geral dos órgãos de preservação que reconhecem nas classificações universais os “valores culturais” de uma dada sociedade.

Os aspectos abordados na caracterização da Paisagem Cultural da Serra destacam os valores e significados da experiência cotidiana da população atual considerando

o caráter evolucionista da presença humana, seus testemunhos e a sinergia entre os ambientes naturais, construídos e os modos de produção. Observa-se a ocorrência de manifestações e representações do patrimônio material e imaterial, integrantes de um mesmo universo cultural e o sentido de identidade e pertencimento da população que habita ou trabalha no território abrangido pela paisagem.

Ao final faz-se uma avaliação sobre o inventário produzido como instrumento de pesquisa. E com base nas informações compiladas no inventário torna-se possível desenvolver um texto que apresenta as principais características da **Paisagem Cultural da Serra Santa Helena**.

No inventário também são apontados problemas de gestão e preservação do patrimônio cultural. Diante desses problemas, observamos que o conceito de paisagem cultural parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada às ações tradicionais do campo da preservação, podendo servir para ampliar a perspectiva de visada sobre o patrimônio cultural urbano, permitindo leituras que compreendem justamente as interações entre os aspectos naturais e culturais, imateriais e materiais de conjuntos ou paisagens, muitas vezes ignorados. Porém, à medida que se amplia tais perspectivas, aumenta a complexidade da gestão. A qual é desafiada a propor estratégias integradas, capazes de combinar os diversos aspectos da paisagem na conservação.

Na tentativa de proteção da nova categoria de paisagem do patrimônio cultural brasileiro, em 2009, cria-se a chancela da paisagem cultural brasileira, a qual figura como instrumento de preservação do patrimônio cultural, inserida num contexto de ampliação da ação do IPHAN no território nacional.

Na chancela, constitui-se paisagem cultural brasileira: *“uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”*.

Importante destacar que chancela não se aplica a todos os sítios excepcionais ou singulares. Se os fatores preponderantes que singularizam o sítio forem materiais é possível que o tombamento seja o instrumento de proteção mais adequado. Se os elementos materiais forem secundários ou acessórios, o registro será possivelmente o instrumento indicado. Nos sítios onde são constatadas as singularidades materiais

de determinada área, somadas à sua relação intrínseca com a natureza e ao caráter dinâmico no convívio com o elemento humano, aí então caberá a chancela da Paisagem Cultural.

Considerando a complexidade do conceito, para que a chancela não resulte em mera declaração ou título e possa integrar-se no rol de instrumentos de preservação, O IPHAN torna a definição prévia de um pacto de gestão entre os diversos agentes que atuam na porção do território a ser chancelada, como um fator imprescindível para o reconhecimento da paisagem cultural. O pacto tem como objetivo traçar, minimamente, um plano de atuação de curto, médio e longo prazo, nunca deixando de considerar “o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica”, buscando a convivência harmoniosa com “as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis” e valorizando a “motivação responsável pela preservação do patrimônio”.

Assim, como na maioria da paisagem brasileiras, na paisagem da Serra Santa Helena o pacto de gestão está longe de ser efetivado. Além disso, ela pode não representar para os órgãos de preservação do patrimônio, uma porção peculiar do território nacional.

Porém, a Serra já faz parte do imaginário dos moradores de Sete Lagoas como o lugar onde são constatadas as singularidades materiais que se somam à sua relação com a natureza e ao caráter dinâmico no convívio com a comunidade. Ela está inserida em um contexto de vida que resguarda tradições locais. Neste sentido, ela pode ser caracterizada como uma das paisagens culturais de Sete Lagoas, porém, não reconhecida na chancela da paisagem cultural brasileira.

Uma vez que a paisagem cultural da Serra Santa Helena não venha a ser reconhecida pela chancela do IPHAN, a comunidade local precisa desenvolver novas alternativas de preservação as quais abrem mãos da possibilidade que a paisagem cultural oferece, a de ampliar a perspectiva de visada sobre o patrimônio cultural urbano, permitindo leituras que compreendem justamente as interações entre os aspectos naturais e culturais, imateriais e materiais de conjuntos ou paisagens, para retornar aos mecanismos das políticas setorizadas.

Assim, as várias reflexões que enquadram ou descartam as propostas de chancela das paisagens culturais nos órgãos de preservação continuam tendo que lidar com a constatação de que os fenômenos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais continuam colocando em risco contextos de vida e tradições locais em todo o território brasileiro.

Neste sentido, há ainda de se buscar uma estratégia de atuação dos institutos do patrimônio cultural, para o futuro, que contemple a revisão metodológica e conceitual, de inovação técnica e instrumental, acerca da aplicação do próprio instrumento da chancela de paisagem cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

BANDARIN, Francesco. Foreword. In: FOWLER, P.J. **World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002**. Paris: UNESCO World Heritage Center, 2003.

BERQUE, A. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84-91.

BIRNBAUM, Charles; PETERS, Christine Capella. **The secretary of the interior's standards for the treatment of historic properties with guidelines for the treatment of cultural landscapes**. US Department of the Interior. National Park Service, Washington DC, 1996.

BOLSON, Maria Ângela Lacerda; CARVALHO, Aíde Maria de. **“Santa Helena Rainha”: a história da devoção do povo setelagoano à Santa Helena**. 1998. 57 f. Monografia (Licenciatura plena em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas, Centro Universitário Educacional Monsenhor Messias, Sete Lagoas, 1998.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 127, Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira [2009]**. Disponível em: <[http://sigep.cprm.gov.br/destaques/IPHAN_portaria127_2009 Paisagem Cultural.pdf](http://sigep.cprm.gov.br/destaques/IPHAN_portaria127_2009_Paisagem_Cultural.pdf)>. Acesso em 27 de novembro de 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº 6513 Áreas de Interesse Turístico**. [1977]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm>. Acesso em 27 de novembro de 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº 6902 Áreas de Proteção Ambiental e Estações Ecológicas**. [1981]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm>. Acesso em 27 de novembro de 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº 6938 Política Nacional de Meio Ambiente**. [1981]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em 27 de novembro de 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Lei Federal Nº 10257, Estatuto da Cidade – Política Urbana** [Brasília]: Ministério das Cidades, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. [Brasília]: CONFEA; Ministério das Cidades, 2004. 158 p.

CANIGGIA, Gianfranco, Lectura de lãs Preexistencias Antiguas em los Tejidos Urbanos Medievais. In: POZO, Alfonso Del. **Análisis Urbano**. Sevilla: Instituto Universitario de Ciências de La Construcción, 1997. p. 27-60.

CANIGGIA, Gianfranco, MAFFEI, Gian Luigi. **Lettura dell'edilizia di base**. 9. ed. Venezia: Saggi Marsiglio Editori, 1995.

CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R.C.A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p.p. 133-155.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. In: **Topos - Rev. Arq. Urb**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.134-138, jul./dez. 1999.

CASTRO, I. E. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. IN: YÁZIGI, E. **Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil**. São Paulo: Abdo, 1999.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian L. **Architectural Composition and Building Typology**. Firenze: Alinea, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z (org). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998.

COSGROVE, D. E. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORR A, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ,1998. p. 92-123.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

FÉRES, Luciana Rocha. A evolução da legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. (org.). **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. 1.ed. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002. p. 15-27.

FERRO, Sergio. **Fundamentos para elaborar el inventário de paisajes culturales y jardines y sitios históricos en la región de centroamérica y el Caribe**. Facultad de Arquitectura. ISPJAE, La Habana, 1999.

FOWLER, Peter. Cultural Landscapes of Britain. In: **International Journal of Heritage Studies**. UK, vol. 6, n. 3, p. 201-212, 2000.

GARONE, Taís Diniz. **Uma poética da mediação**: história, mito e ritual no congado setelagoano – MG. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

HOHMANN, Heidi. Mediating Ecology and History. In: LONGSTRETH, Richard W. **Balancing Nature and Heritage in Preservation Practice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. p.109-128.

HOUGH, Michael. **Cities and Natural Process**. London: Editora Routledge, 1995.

ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). *Inventário de Paisagem Cultural*. Disponível em: <http://www.icomos.org/landscapes/ficha_inventario.htm#>. Acesso em: maio 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LANZA, Jovelino. **Histórias de Sete Lagoas**. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Criação do Município. Sete Lagoas: Prefeitura de Sete Lagoas, 1967.

LAPIDUS, Luis. **El Patrimonio Agroindustrial Cubano del Siglo XIX. Monuments and Sites Series**. ICOMOS. Sri Lanka, 1996.

LYNCH, Kevin. **Managing a Sense of Region**. 2. Ed. Cambridge, Massachusetts and London: MIT Press, 1978.

MINISTRA DE CULTURA, GOBIERNO DE LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES, *Dossiê encaminhado à UNESCO para inscrição de Buenos Aires como Patrimônio Cultural da Humanidade, 2007, Capítulo 03 - Justificación de la Inscripción*. p. 167- 192. Disponível em: < http://estatico.buenosaires.gov.ar/areas/cultura/paisaje/03_capitulo3.pdf >. Acesso em 27/08/2009.

MITCHELL N. J. **Cultural Landscapes**. Current Issues in the US. In: NARA CONFERENCE ON AUTHENTICITY, 1994, Japón. ICOMOS.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Brasília: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIGOL, Isabel. **Caribbean Plantations as Cultural Landscapes**. Report to the Experts Meeting on Plantations System in the Caribbean organized by UNESCO World Heritage Center and the Slaves' Route Project. Pendiente de publicación por UNESCO. Paramaribo, Suriname, 2001.

RIGOL, Isabel. **Cultural Landscapes in the Caribbean**. P. 259-276. The Cultural Heritage of the Caribbean and the World Heritage Convention. Comité des Travaux Historiques et Scientifiques. UNESCO. Paris, France, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso Sobre Ciências**. São Paulo:Cortez Editora, 2003.

SAUER, C.O. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.12-74.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras,1996.

SEMINÁRIO DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE URBANA, 1., 1992, Rio de Janeiro. *Em busca do desenvolvimento urbano sustentável*: o caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993. 290 p.

SETE LAGOAS (MG). **Decreto n. 2685, Interesse social – Imóveis no bairro Retiro da Serra para preservação ambiental da Serra de Santa Helena**. [Sete Lagoas]: Prefeitura Municipal, 2001.

SETE LAGOAS (MG). **Lei Complementar Nº109**, Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Sete Lagoas, aprovado pela lei complementar 06 de 23 de setembro de 1991, nos termos do capítulo III da lei 10.257 de 10 de julho de 2001 Estatuto da Cidade. [Sete Lagoas]: Prefeitura Municipal, 2006.

SETE LAGOAS (MG). **Lei Municipal 5.570**, que estabelece a Serra de Santa Helena como Área de Proteção Ambiental. [Sete Lagoas]: Prefeitura Municipal, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)*. Disponível em: <http://www.unesco.org/whc/world_he.htm> Acesso em: 01 março 2011.

UNESCO. **Documento Conceptual. Reunión de expertos sobre Paisajes Culturales en El Caribe: estrategias de identificación y salvaguardia**. Santiago de Cuba, 2005.

UNESCO. Documento **Conceptual. Reunión de expertos sobre Paisajes Culturales en El Caribe: estrategias de identificación y salvaguardia.** Santiago de Cuba, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.